

**MANOEL TADEU TEIXEIRA**

**ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DA  
ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NA ZONA DA MATA MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, para a obtenção de título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA,  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2012

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

T266a  
2012

Teixeira, Manoel Tadeu, 1963-

Assentamento Olga Benário: um estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira / Manoel Tadeu Teixeira. – Viçosa, MG, 2012. xviii, 129f. : il. (algumas color.) ; 29cm.

Inclui anexo e apêndices.

Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 113-118.

1. Reforma agrária – Visconde do Rio Branco (MG).  
2. Movimentos sociais. 3. Zona da Mata (MG: Mesorregião). 4. Visconde do Rio Branco (MG). I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 333.31

MANOEL TADEU TEIXEIRA

**ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO: UM ESTUDO DE CASO DA  
ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NA ZONA DA MATA  
MINEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade  
Federal de Viçosa, como parte das  
exigências do Programa de Pós-  
Graduação em Extensão  
Rural, para obtenção do título de *Magister  
Scientiae*.

APROVADA: 28 de novembro de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
Marcelo Leles Romarco de Oliveira

  
\_\_\_\_\_  
Manoel Pereira de Andrade

  
\_\_\_\_\_  
José Ambrósio Ferreira Neto  
(Orientador)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos que lutam em busca da realização de seus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me concedido a graça de chegar ao fim desse trabalho.

Aos meus pais, Luzia Rita Teixeira e João Borges Teixeira e meus irmãos Francisco Jorge Teixeira e João Jesus Teixeira, que já se encontram juntos ao Pai Celestial e que torceram por mim.

A minha esposa Dileny Aparecida Condé Teixeira, companheira e mãe exemplar e as minhas filhas Fanny e Fernanda, bênçãos de Deus, pelo apoio incondicional, foi com vocês que compartilhei minhas angústias e alegrias desta caminhada e sei que em alguns momentos o silêncio de vocês significava que era preciso persistir, pois essa confiança determinou, em momentos cruciais, a continuação e o término deste trabalho.

Ao prof. Dr. José Ambrósio Ferreira Neto, companheiro e orientador sou grato pela paciência e sabedoria, meu agradecimento mais que especial por ter acreditado na minha capacidade de prosseguir, crescer e concluir este trabalho. Você me ajudou a sair com a dignidade que entrei neste processo.

A Roseni Aparecida de Moura, estudante de doutorado em Extensão Rural-UFV, pelas sugestões apresentadas por ocasião da banca de aprovação do projeto e do Seminário.

Ao prof. Dr. Marcelo Leles Romarco de Oliveira e Dr. Manoel Pereira de Andrade, membros da banca de defesa sou grato pelas valiosas contribuições que só fizeram enriquecer este trabalho.

A professora Ana Louise de Carvalho Fiúza, pela dedicação, carinho e empenho o que fez tornar possível a realização do MINTER.

Aos professores do Departamento de Extensão Rural, que de uma forma ou de outra contribuíram para o meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

Aos servidores Técnicos Administrativos em Educação do Departamento de Extensão Rural, pela presteza e carinho.

Ao professor Dr. Carlos Miranda de Carvalho, pela sua demonstração de amizade e companheirismo.

Aos companheiros do MINTER, pela troca de experiências, por terem me ajudado a encontrar a saída em momentos difíceis e pelos momentos de descontração durante o período de convivência nesta relevante jornada.

Aos Colegas de trabalho do IFET Campus Rio Pomba, pelo apoio e incentivo.

Ao professor Dr. Francisco César Gonçalves, pela forte contribuição e amizade.

A CAPES, por ter me proporcionado realizar esta relevante pesquisa, que em muito contribuiu para meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

As famílias do assentamento Olga Benário e do acampamento Dênis Gonçalves, as quais perseverantes na luta pela terra e por dignidade me ensinaram que a vida é dura, porém vale à pena lutar por nossos sonhos.

## **BIOGRAFIA**

Manoel Tadeu Teixeira, filho de João Borges Teixeira e Luzia Rita Teixeira, nasceu no dia 18 de novembro de 1963 no município de Rio Pomba, Minas Gerais.

Cursou o Ensino médio na Escola Estadual professor José Borges De Moraes e o Ensino Técnico Profissionalizante na Escola Agrotécnica Federal ambos em Rio Pomba-MG. Em dezembro de 1985 assume o cargo efetivo de Técnico em Agropecuária na Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba. Em fevereiro de 1997, iniciou o curso de Graduação em História na Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), colando grau em 2000.

Em 2010 ingressou no Mestrado Interinstitucional (MINTER), uma parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais com o Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa-MG. Em novembro de 2012 defendeu esta dissertação no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa um marco importante em sua vida pessoal profissional e acadêmica.

Atualmente, ocupo um cargo efetivo de Nível Médio do Plano de Carreira de Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba- MG.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE TABELAS .....	x
LISTA DE QUADROS .....	xii
ABREVIATURAS E SIGLAS .....	xiii
RESUMO.....	xv
ABSTRACT .....	xvii
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	5
1.1. A Estrutura Fundiária .....	5
1.2. A Espacialização e a Territorialização da luta pela terra.....	16
1.3. A luta pela terra e os Assentamentos Rurais no Brasil .....	19
CAPÍTULO 2 A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS E A ATUAÇÃO DO MST .....	26
2.1. A espacialização da luta pela terra em Minas Gerais.....	26
2.2. A gênese do MST no Brasil .....	29
2.2.1. A gênese do MST em Minas Gerais .....	31
2.3. A Espacialização da luta pela terra em Minas Gerais nas décadas de 1990 e 2000 .....	33
CAPÍTULO 3 A LUTA PELA TERRA NA ZONA DA MATA MINEIRA .....	51
3.1. A Ocupação Territorial da Zona da Mata Mineira.....	51
3.2. A Chegada do MST na Zona da Mata Mineira .....	59
3.2.1 O Município de Santana de Cataguases e a Ocupação da Fazenda da Fumaça.. .....	62
3.2.2 O Acampamento Francisco Julião .....	65
3.3. O Município de Goianá e a Ocupação da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna.....	66
CAPÍTULO 4 O PROJETO DE ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO .....	76

4.1.	A Microrregião de Ubá .....	76
4.2.	Visconde do Rio Branco e o Assentamento Olga Benário .....	79
4.3	Origem e Trajetória de vida das famílias do Assentamento Olga Benário.....	83
4.4	A trajetória de luta pela terra.....	87
4.5	O Assentamento Olga Benário.....	91
4.5.1	Organização Sócio-espacial e Econômica do Assentamento Olga Benário.....	93
4.5.2	Moradia, Saúde e Lazer.....	99
4.5.3	Produção e Renda .....	101
4.5.4	Perspectiva de Futuro .....	107
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	108
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	113
	APÊNDICES.....	119
	ANEXO - Avaliação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa relacionado a pesquisa.....	129

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA-01:</b> Aumento percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da área ocupada, Brasil –1940 a 1970.....	13
<b>FIGURA-02:</b> Aumento percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da área ocupada, Brasil –1970 a 1985.....	14
<b>FIGURA-03:</b> Evolução da população brasileira por local de residência nos períodos de -1960 a 2010.....	15
<b>FIGURA-04:</b> Número de ocupações de terra e movimentos sociais mais atuantes no Brasil por macrorregiões, no período de 2000 a 2010.....	21
<b>FIGURA-05:</b> Evolução do número de ocupações de terras e do número de assentamentos rurais criados pelo INCRA no Brasil, no período de 2000 a 2010.....	22
<b>FIGURA-06:</b> Localização espacial dos assentamentos rurais criados pelo INCRA SR (06) em MG no período de 1986 a 1989.....	28
<b>FIGURA-07:</b> Localização espacial projetos de assentamentos rurais criados pelo INCRA em MG na década de 1990.....	36
<b>FIGURA-08:</b> Número de ocupação e Número de Projetos de Assentamentos rurais criados pelo INCRA SR (06) MG SR (28) DF por mesorregião em Minas Gerais no período de 2000 a 2011.....	42
<b>FIGURA-09:</b> Evolução do Número de assentamentos rurais criados pelo INCRA SR (06) MG SR (28) DF por mesorregião de M.G no período de 1986 a 2011.....	46
<b>FIGURA-10:</b> Formas de obtenção e quantidade total de terras em valores percentuais adquiridas pelo INCRA SR (06) MG e INCRA SR (28) DF para a implantação de projetos de assentamentos rurais em Minas Gerais no período de 1986 a 2011.....	48
<b>FIGURA-11:</b> Mapa demonstrando os assentamentos humanos existentes na região da Zona da Mata em 1855.....	52
<b>FIGURA-12:</b> Divisão mesorregional do Estado de Minas Gerais.....	54
<b>FIGURA-13:</b> População total e população rural da Zona da Mata Mineira nos períodos de 1991, 2000 e 2010.....	55
<b>FIGURA-14:</b> Número de Estabelecimentos agropecuários e área ocupada em percentual – Zona da Mata Mineira – Censo Agropecuário 2006.....	57

<b>FIGURA-15:</b> Evolução do PIB per capita dos municípios mineiros entre 1999 e 2008.....	58
<b>FIGURA-16:</b> Negociação entre a Polícia Militar e os militantes MST Fazenda Fortaleza de Sant' Anna.....	67
<b>FIGURA-17:</b> Divisão Territorial - Municípios Zona da Mata Mineira - Minas Gerais.....	68
<b>FIGURA-18:</b> Visita do Superintendente do INCRA SR (06) - Acampamento Dênis Gonçalves- Goianá – MG.....	71
<b>FIGURA-19:</b> Manifestação do MST- caminhada de 5 km na MG 353 – Coronel Pacheco/Rio Novo até a Prefeitura Municipal de Goianá - MG.....	71
<b>FIGURA-20:</b> Ato público promovido pelo MST em frente à sede da Prefeitura de Goianá - MG.....	72
<b>FIGURA-21:</b> Vista panorâmica do acampamento Dênis Gonçalves - Goianá-MG.....	73
<b>FIGURA-22:</b> Horta comunitária das famílias do acampamento Dênis Gonçalves - Goianá-MG.....	74
<b>FIGURA-23:</b> Divisão Microrregional da Zona da Mata Mineira.....	76
<b>FIGURA-24:</b> População da Zona da Mata Mineira e Microrregião de Ubá, nos períodos de 2000 a 2010.....	77
<b>FIGURA-25:</b> Instalações onde funcionava a usina de açúcar - Visconde do Rio Branco-MG.....	80
<b>FIGURA-26:</b> Localização do assentamento Olga Benário.....	82
<b>FIGURA 27:</b> Profissão exercida pelos pais dos 27 entrevistados.....	83
<b>FIGURA-28:</b> Atividades profissionais exercidas pelos 27 entrevistados, anterior ao ingresso na luta pela terra.....	85
<b>FIGURA-29:</b> Mapa do parcelamento final dos lotes do Assentamento Olga Benário.....	96
<b>FIGURA-30:</b> Aspectos de moradia provisória de uma família assentada no Olga Benário.....	99
<b>FIGURA-31:</b> Apresentação dos modelos de moradia para discussão e escolha das famílias do assentamento Olga Benário.....	100
<b>FIGURA-32:</b> Detalhe das instalações destinadas à criação de aves e suínos no quintal de uma família. Assentamento Olga Benário.....	103

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA-01:</b> Número de ocupações de terras efetuadas por Unidade da Federação no período de 2000 a 2010.....	20
<b>TABELA-02:</b> Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade de Projetos Assentados (QPA) criados pelo INCRA SR (06) nos municípios de Minas Gerais por mesorregiões. 1986-1989.....	27
<b>TABELA-03:</b> Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade de Projetos Assentados (QPA) criados pelo INCRA SR (06) SR (28) nos municípios de Minas Gerais por mesorregiões. 1990-1999.....	34,35
<b>TABELA-04:</b> Distribuição do Número de Famílias (NF), Quantidade de Projetos Assentamentos (QPA) criados pelo INCRA SR (06) e SR (28) DF organizados pelo MST nos municípios de Minas Gerais, por mesorregiões, 1990-1999.....	38
<b>TABELA-05:</b> Número de Ocupação de terra e Número de famílias envolvidas por município e mesorregião- MG, no período de 2000 a 2011.....	39,40,41
<b>TABELA-06:</b> Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade de Projeto Assentamento (QPA) por mesorregião e município, MG, 2000 a 201....	43,44,45
<b>TABELA-07:</b> Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade Projetos Assentados (QPA) criados pelo INCRA SR (06) MG e SR (28) DF organizados pelo MST por município e mesorregião de Minas Gerais - 1986-2011.....	47
<b>TABELA-08:</b> Quantidade total de terras em hectares obtidas pelo INCRA SR (06) MG e SR (28) DF consideradas como áreas reformadas para criação de projetos de assentamentos rurais em Minas Gerais, no período de 1986 a 2011.....	48
<b>TABELA-09:</b> Número total de estabelecimentos agropecuários por estrato de área - Zona da Mata Mineira – Ano de 2006.....	57
<b>TABELA-10:</b> Dados demográficos da população urbana e rural dos municípios da microrregião de Ubá, MG, 2000 a 2010.....	77
<b>TABELA-11:</b> Estrutura Fundiária do município de Visconde do Rio Branco, MG, 2002.....	81
<b>TABELA-12:</b> Naturalidade da população do P.A Olga Benário.....	92
<b>TABELA-13:</b> População por faixa etária, assentamento Olga Benário.....	93

<b>TABELA-14:</b> Nível de escolaridade da população do assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco.....	93
<b>TABELA-15:</b> Parcelamento final dos lotes do Núcleo Santa Helena.....	94
<b>TABELA-16:</b> Parcelamento final dos lotes do núcleo Lênin.....	95
<b>TABELA-17:</b> Parcelamento final dos lotes do núcleo União.....	95
<b>TABELA-18:</b> Principal atividade econômica de cada uma das 27 famílias entrevistadas.....	102
<b>TABELA-19:</b> Renda anual auferida no lote por família no assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco, MG.....	105
<b>TABELA-20:</b> Atividades exercidas fora do assentamento.....	106
<b>TABELA-21:</b> Renda auferida em atividades fora do assentamento Olga Benário.....	107

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO-01:</b> Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área – Brasil, 2006.....	24
<b>QUADRO-02:</b> Movimentos Sociais atuantes em Minas Gerais no período de 1990 a 2010.....	37
<b>QUADRO-03:</b> População total e população rural do município de Goianá- MG no período de 2000 a 2010.....	67
<b>QUADRO-04:</b> Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área, Microrregião Ubá, Anos de 1995 e 2006.....	78
<b>QUADRO-05:</b> Municípios e Estados por onde migraram as famílias assentadas no PA Olga Benário, Visconde do Rio Branco- MG.....	86
<b>QUADRO-06:</b> Última atividade profissional exercida pelos 27 entrevistados anterior ao ingresso na luta pela terra.....	87
<b>QUADRO-07:</b> Local e ano do primeiro acampamento das 20 famílias integrantes do MST assentadas no Olga Benário.....	89
<b>QUADRO-08:</b> Acampamento de origem e data de chegada das famílias assentadas no P. A Olga Benário.....	90
<b>QUADRO-09</b> Produção Agropecuária por Família em cada núcleo no assentamento Olga Benário e a sua utilização.....	104

## ABREVIATURAS E SIGLAS

**ACRQ:** Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos.

**ACRQB:** Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos Brejo dos Crioulos.

**APR:** Animação Pastoral Rural.

**ARCA-ZM:** Associação Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata Mineira.

**ATER:** Assistência Técnica e Extensão Rural

**ATES:** Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.

**CAA:** Centro de Agricultura Alternativa

**CEB:** Comunidades Eclesiais de Base.

**CCL:** Comissões Camponesas de Luta.

**CLST:** Caminho de Libertação dos Sem Terra.

**CONTAG:** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

**CPT:** Comissão Pastoral da Terra.

**DATALUTA:** Banco de Dados de Luta Pela Terra.

**DISS. DO MST:** Dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**FETAEMG:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais.

**FETRAF:** Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

**FST:** Fórum Sindical do Triângulo.

**FUNAI:** Fundação Nacional do Índio.

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IFET: Sudeste de Minas Gerais:** Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais.

**INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**LCP:** Liga dos Camponeses Pobres.

**LCPCO:** Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste.

**LCPNM:** Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas.

**LOC:** Liga Operária e Camponesa.

**MASTER:** Movimento dos Agricultores Sem Terra.

**MI:** Movimento Independente.

**MLT:** Movimento de Luta pela Terra.

**MLST:** Movimento de Libertação dos Sem Terra.

**MLSTL:** Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta.

**MPRA:** Movimento pela Reforma Agrária.

**MPST:** Movimento Popular dos Sem Terra.

**MST:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**MSTR:** Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

**MTR:** Movimento dos Trabalhadores Rurais.

**MTST:** Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

**MTL:** Movimento Terra Trabalho e Liberdade.

**NERA:** Núcleos de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.

**OLC:** Organização de Luta no Campo.

**OTL:** Organização Terra e Liberdade.

**OTC:** Organização de Trabalhadores no Campo.

**PA:** Projeto de Assentamento Rural.

**PDA:** Plano de Desenvolvimento do Assentamento.

**PAA:** Programa de Aquisição de Alimentos.

**PCB:** Partido Comunista do Brasil.

**PNAE:** Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**PTB:** Partido Trabalhista Brasileiro.

**SNCR:** Sistema Nacional de Crédito Rural.

**SAPPP:** Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco.

**SIDRA:** Sistema IBGE de Recuperação Automática.

**UDR:** União Democrática Ruralista.

**ULTAB:** União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

**UFJF:** Universidade Federal de Juiz de Fora.

**UFV:** Universidade Federal de Viçosa.

**UNESP:** Universidade Estadual Paulista.

## RESUMO

TEIXEIRA, Manoel Tadeu; M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, novembro de 2012. **Assentamento Olga Benário: Um Estudo de Caso da Espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira.** Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

A temática da luta pela terra e por reforma agrária é latente nos dias atuais, devido à ausência de uma política pública consistente visando à realização de uma reforma agrária massiva que atenda a demanda por terra existente. Nesse contexto os trabalhadores rurais e urbanos inseridos nos diversos movimentos sociais buscam, por meio das ocupações de terras que descumprem a função social ou terras devolutas que, supostamente, foram adquiridas ilegalmente, a possibilidade de adquirir um lote de terra para nela morar, trabalhar e produzir. É a reboque desta pressão que o Governo criou milhares de projetos de assentamentos rurais por todo o Brasil. Partindo deste contexto o referido trabalho tem como objetivo geral analisar como o processo de espacialização da luta pela terra conduzido pelo diversos movimentos sociais influenciou no aumento do número de assentamentos rurais em Minas Gerais, mais especificamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, por meio de sua atuação, chegou a Zona da Mata Mineira em 2005, ocupando simbolicamente uma fazenda improdutiva que já se encontrava desapropriada pelo Governo Federal, desde o ano de 2004, no município de Visconde do Rio Branco, culminando com a criação do primeiro projeto de assentamento rural de reforma agrária denominado Olga Benário e vem efetuando novas ações de ocupações de terras na mesorregião. Como resultado da pesquisa, pôde-se perceber que a ocupação de terras continua sendo o principal mecanismo de acesso a terra por meio dos projetos governamentais de assentamento de Reforma Agrária (P.As). No entanto, nem toda ocupação de terra se transforma em um projeto de assentamento ou em um acampamento. A pesquisa evidenciou que os trabalhadores e os mediadores envolvidos neste processo têm objetivos e ideais diferentes. Em se tratando do assentamento nota-se que não há senso de coletividade, pois as famílias se encontram em estágios distintos em relação às melhorias de suas condições de vida. Pretende-se fornecer subsídios para melhor entender a dinâmica da luta pela terra na Zona da Mata Mineira, bem como a atuação dos diversos mediadores envolvidos e

de que forma as famílias se relacionam entre si e suas estratégias de sobrevivência, além de auferir no caso em estudo a eficiência desta política pública em prol da melhoria de vida destas famílias, mediante a emancipação do assentamento que poderá vir a contribuir para o desenvolvimento rural local e regional.

## ABSTRACT

TEIXEIRA, Manoel Tadeu; M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, november, 2012. **Settlement Olga Benário: a Study of case from Specialization the Struggle for Land in the “Zona da Mata Mineira”**. Adviser: José Ambrósio Ferreira Neto.

The theme of the struggle for land and agrarian reform is latent these days, due to the absence of a consistent public policy aiming at the performance a massive agrarian reform and supply the existing demand for land. Within this context the rural and urban workers inserted in various social movements seek, through land occupations that violate the social function or empty lands that supposedly were acquired illegally, the possibility to purchase an area of land to live, work and produce on it. Is in favor of this pressure that the Government has created thousands of rural settlement projects all around Brazil. Based on this context said paper aims at analyzing how the process of specialization of the land struggle led by several social movements influenced the increase in the number of rural settlements in Minas Gerais (state of Brazil), more specifically the Movement of Landless Rural Workers (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra denominated as MST) that through its performance, reached the region of “Zona da Mata Mineira” in 2005, occupying symbolically a farm unproductive that was already expropriated by the Federal Government since the year 2004 in the city of “Visconde do Rio Branco” culminated with the creation of the first rural settlement project of land reform called Olga Benário and has been conducting new actions of land occupations in middle region. As a result of the research, it could be seen that the occupation of land is still the main mechanism of access to land through government projects of Agrarian Reform Settlement (P.As). However, not all land occupation turns into a settlement project or into a camp. The research showed that workers and mediators involved in this process have different objectives and ideals. In dealing with settling note that there is no sense of community because families are at different stages in relation to the improvement of their living conditions. Intended to provide information to better serve the dynamics of the struggle for land in the “Zona da Mata Mineira”, as well as the role of the various mediators involved and so that families relate to each other and their strategies for survival, besides getting the paper in study the efficiency of this public policy in

favor of improving the lives of these families through the emancipation of the settlement that could contribute to rural and regional development.

## INTRODUÇÃO

Na história do Brasil, um país muito novo do ponto de vista cronológico, os aspectos da dominação social se confundem com a trajetória de formação enquanto nação, como se pode observar na longa luta pela posse da terra por uma ampla categoria de trabalhadores rurais e urbanos.

Esta luta tem suas origens atreladas aos fatores históricos e culturais da formação da sociedade brasileira. Afinal num país com dimensões continentais como o nosso, a possibilidade da distribuição e ocupação da terra passa a ser uma responsabilidade de caráter eminentemente político.

A estrutura agrária brasileira marcada essencialmente pela acentuada concentração fundiária tem provocado historicamente a exclusão de uma grande parcela de trabalhadores rurais do acesso à terra e gerado sucessivos conflitos no campo. As ocupações de terras se tornaram um elemento fundamental no processo de espacialização da luta pela terra e, conseqüentemente, para a evolução do número de assentamentos rurais pelo país.

Discutir a luta pela terra e a sua espacialização na Zona da Mata Mineira nos remete a refletir sobre o processo de constituição dos assentamentos rurais que intensificou no Brasil a partir de meados dos anos de 1980, após a redemocratização do Brasil, e em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que iniciou a sua atuação em Minas Gerais nos anos 80 e no caso da Zona da Mata Mineira a partir de 2005 mobilizou famílias e efetuou a primeira ocupação de terra culminando com a criação do primeiro assentamento rural da região, neste mesmo ano, denominado Olga Benário, no município de Visconde do Rio Branco, utilizado como objeto desta pesquisa.

Desse modo o objetivo geral deste trabalho foi analisar como o processo de espacialização da luta pela terra, conduzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), influenciou na implementação de assentamentos rurais em Minas Gerais, tendo como parâmetro o Projeto de Assentamento (P.A) Olga Benário, localizado no município de Visconde do Rio Branco-MG, na Zona da Mata Mineira. Tendo como objetivos específicos: identificar a espacialização e territorialização da luta pela terra em Minas Gerais, tendo como referência a atuação do MST; analisar o processo de

criação do PA Olga Benário tomando como referência a atuação do MST e compreender a trajetória das famílias assentadas no PA Olga Benário e como elas expressam seus problemas e suas perspectivas em relação ao futuro do assentamento.

A pertinência do tema reside em entender a dinâmica deste processo que remete a refletir sobre a luta pela terra e a constituição de assentamentos rurais, verificando os elementos que deram coesão aos “sem terra” nas suas diferentes trajetórias de vida e como se forma e principalmente como se mantém um grupo de pessoas num assentamento.

No primeiro capítulo é apresentado o contexto histórico de como o processo de ocupação e exploração econômica do espaço agrário brasileiro conduzido pela Coroa Portuguesa contribuiu de forma decisiva para a consolidação de uma estrutura agrária concentradora e a exclusão do acesso democrático à posse de terra a uma grande parte da população, fazendo um resgate esclarecedor para o entendimento da formação dos grupos e movimentos de trabalhadores que lutaram e lutam pelo acesso democrático à posse da terra.

No segundo capítulo se identifica a espacialização e a territorialização da luta pela terra efetuada pelos diversos movimentos sociais e de que forma estas ações influenciaram na consolidação de centenas de assentamentos rurais reformadores em Minas Gerais. Em destaque a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No terceiro Capítulo é feita a análise do processo de espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira tendo como referência a atuação do MST que vem mobilizando e organizando famílias em ocupações de terras improdutivas, introduzindo esta nova dinâmica de luta pela terra na mesorregião.

O quarto capítulo é dedicado à compreensão da trajetória das famílias do assentamento Olga evidenciando que o acesso à terra significa o início de uma jornada dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida e cidadania, portanto é relevante saber como estas famílias expressam seus problemas e suas perspectivas em relação ao futuro do assentamento.

Na quinta e última parte deste trabalho são apresentadas algumas considerações a respeito dos impactos do presente trabalho na formação

profissional, acadêmica e pessoal do pesquisador, bem como pontuadas questões relacionadas à democracia e à participação popular na luta pela terra.

Para analisar a dinâmica da luta pela terra, a atuação dos diferentes atores sociais e o processo da criação do assentamento Olga Benário em Visconde do Rio Branco, a pesquisa utilizou de uma abordagem descritiva e explicativa revisão da literatura sobre o tema, com pesquisa bibliográfica em livros, artigos, dissertações, teses, revistas, publicações de órgão governamentais que possibilitaram embasar teoricamente o trabalho, além de consulta aos bancos de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) que é vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Campus Presidente Prudente criado em 1998, tendo como parceiros: o Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia (LAGEA), o Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Rondon, o Núcleo de Estudos Agrários (NEAG) do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA) da Universidade do Mato Grosso, o Laboratório de Estudos Rurais (LABER) do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, o Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) da Universidade Federal do Espírito Santo e o Grupo de Estudos Sobre Trabalho, Espaço e Camponato (GETEC), da Universidade Federal da Paraíba que juntos formam a Rede DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.

A pesquisa de campo foi realizada no assentamento Olga Benário, onde foram utilizados aplicação de questionários e entrevistas. Para que a pesquisa fosse efetuada foram feitas solicitações ao Superintendente do INCRA SR (06) e ao Presidente da Associação Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata Mineira – ARCA. Com a posse dessas autorizações iniciou-se a aplicação dos questionários a todas as 27 famílias que se encontravam no assentamento no momento da realização da pesquisa. Vale ressaltar que 20 famílias são oriundas de acampamentos do MST e 07 famílias de ex-agregados da fazenda

Santa Helena. O questionário continha 70 questões e foram avaliados os aspectos como: origem e histórico das famílias, organização social, espacial e econômica do assentamento, as condições de moradia, saúde e lazer, a capacidade de sobrevivência através das alternativas de produção de bens e geração de renda e finalmente as perspectivas para o futuro.

E como forma de aprofundar e compreender o processo de organização e espacialização do MST na Zona da Mata Mineira foram realizadas entrevistas com três assentados que participaram de outras ocupações de terras e acampamentos organizados pelo MST na região, identificados mediante a aplicação dos questionários, seis famílias que vieram para a ocupação simbólica da fazenda Santa Helena, o dirigente estadual do MST e o presidente da Associação Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata Mineira-ARCA-ZM.

Para aplicação dos questionários e entrevistas foram levadas em consideração as exigências do Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa. Vale ressaltar que os entrevistados são identificados por número em função de se resguardar suas identidades.

Pretende-se com essa pesquisa oferecer elementos para um entendimento da dinâmica da luta pela terra e como se mantém um grupo de famílias no assentamento, os seus fatores de erros e acertos, para que sejam buscadas alternativas tanto de políticas públicas quanto pelas famílias assentadas a fim de que possam contribuir para melhorias das suas condições de vida e para o desenvolvimento rural local e regional.

# CAPÍTULO 1

## 1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.

### 1.1 A Estrutura Fundiária.

Até a ocupação das terras brasileiras pela Coroa Portuguesa, a partir do ano de 1500, os habitantes que aqui viviam, estimados por estudiosos entre um a cinco milhões, organizaram-se em diversas tribos com costumes e cultura diferentes. Para sobreviverem praticavam a caça, pesca e a coleta de frutos; quando sedentários exerciam uma agricultura pouco desenvolvida, cultivavam o milho e a mandioca, dos quais processavam outros produtos e derivados, porém a terra era utilizada como um bem coletivo e pertencia a todos (GERMANI:2006).

Com a chegada dos portugueses, de acordo com a autora citada acima, houve mudança significativa na posse e no uso das terras brasileiras que passaram a pertencer à Coroa Portuguesa que inicia o processo de exploração econômica de sua mais nova colônia com a extração da madeira, principalmente o pau-brasil que perdurou por trinta anos.

A forma utilizada pelos europeus para o corte e transporte das madeiras até o navio foi o escambo. Os nativos executavam todo o processo de extração da madeira e recebiam em troca quinquilharias, ou seja, mercadorias de pequeno valor monetário. Vale ressaltar que durante este período as terras ainda não haviam sido distribuídas.

Com o fim do ciclo da madeira o que restou foi uma imensa costa brasileira desguarnecida e despovoada e já conhecida pelos europeus, o que obrigou a Coroa Portuguesa a iniciar o processo definitivo de posse, ocupação e divisão do território brasileiro.

Segundo Caio Prado Júnior (1970) os colonizadores conheciam o clima e o solo brasileiro e a perspectiva principal do negócio estava na implantação da cultura da cana para a produção de açúcar, produto de alto valor comercial no mercado europeu.

Entretanto, para a sua produção econômica seria necessária utilização de grandes áreas de terra e dispor de recursos financeiros para a implantação de todo seu processo produtivo, “a filosofia da colonização era a de plena

ocupação do solo com vistas à produção para o mercado, as sesmarias transformadas em engenho mereciam toda consideração da Coroa” (GERMANI:2006:24).

Desse modo foram envidados esforços para privilegiar a formação de grandes propriedades com a concessão de imensas áreas de terras para a sua exploração econômica, a princípio as chamadas capitânicas hereditárias<sup>1</sup> e, posteriormente as sesmarias<sup>2</sup>. Para obtenção legal das terras era preciso comprovar ter meios financeiros para explorá-la.

Em relação à população nativa, não se consentiu a ela direito algum sobre as terras brasileiras, “pelo menos até o século XVIII não podiam receber Sesmaria os que não fossem brancos, puros de sangue e católicos” (MORISSAWA:2001:58).

Ademais, foram forçados por mais de um século ao trabalho compulsório que perdurou oficialmente até o século XVIII, quando foram substituídos pelo lucrativo comércio de tráfico de escravos africanos. (MARTINS:2009)

A economia colonial tinha como base a grande propriedade, o trabalho escravo e a monocultura para exportação. Neste contexto, o mercado interno e a pequena propriedade foram relegados. Os pequenos produtores se apropriavam de terras por meio da posse, porém, não tendo garantia legal de sua propriedade e domínio, como pontua Martins.

A ocupação de terras obedecia a dois caminhos distintos: de um lado o pequeno lavrador que ocupava terras presumidamente devolutas; de outro o grande fazendeiro que, por via legal, obtinha cartas de sesmarias, mesmo em áreas onde já existiam posseiros (MARTINS:1979:24).

Vale ressaltar que as terras continuavam em poder da Coroa Portuguesa, no entanto a precariedade da legislação adotada em relação a sua concessão e os constantes conflitos entre posseiros e sesmeiros sinalizavam que seria necessária uma intervenção para sua governança. Em 1822, por decisão do príncipe regente, D. Pedro I, foi cancelada a concessão de terras em sesmarias, passando então a vigorar legalmente o regime de posse até que

---

<sup>1</sup> Consistiu em dividir o litoral brasileiro em doze setores lineares com largura que variavam entre 30 e 100 léguas GERMANI (2006).

<sup>2</sup> Segunda tal lei as terras eram concedidas por tempo determinado e o proprietário estava obrigado a trabalhar nelas, diretamente ou por terceiros, pagando a Coroa a sexta parte da obtenção da produção, chamada antigamente de “sesma” GERMANI (2006)

uma nova lei fundiária fosse expedida, o que veio a ocorrer somente quase três décadas depois, em 1850 (FAULSTICH et al:2006).

Portanto, na historiografia brasileira pode-se perceber que a Lei de Terras de 1850 determinava um novo regime fundiário regulamentando o acesso à terra, que só seria possível por meio da compra. Esta lei provocou profunda mudança na noção de propriedade, a terra passa então a ser considerada uma mercadoria. Além disso, a lei determinou também a obrigatoriedade do registro dos imóveis.

Os ocupantes de terras e os possuidores de títulos de Sesmarias ficaram sujeitos à legitimação de seus direitos, o que foi feito em 1854, através do que ficou conhecido como Registro Paroquial. Tal registro validava ou revalidava a ocupação da terra até essa data (MARTINS:1979:29).

O teor da Lei de Terras proibia principalmente a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra, sendo esta uma atribuição exclusiva do Estado. As terras que não tivessem registros seriam de propriedade do Governo Imperial e leiloadas por preços elevados.

Após setembro de 1850, os que estivessem na posse de terras não legitimada antes da lei, ou que não viessem a ser compradas ao governo corriam o risco de expulsão mediante ação dos “verdadeiros” proprietários, isto é, os possuidores do título de compra. A terra tornou-se acessível apenas ao possuidor de dinheiro. Generalizou-se, assim, o capital como o mediador na aquisição da propriedade territorial. (MARTINS:1979:122).

Desse modo a forma de organização fundiária condicionada pela Lei das Terras, contribuiu não só para garantir a propriedade privada, mas principalmente para limitar o acesso legal à posse da terra às diversas camadas pobres da população brasileira: os posseiros, os trabalhadores livres e os futuros escravos libertos com o fim da escravidão, além dos milhares de imigrantes pobres que chegavam ao Brasil para substituir o trabalho escravo, principalmente nas lavouras de café, como enfatiza Martins (1997).

Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e a falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo mundo, até hoje (MARTINS:1997:17).

Além disso, os fazendeiros concentravam terras por meio da dominação e do poder econômico ou da violência, expulsando os posseiros em regiões valorizadas, previamente desmatadas. Onde havia resistência os conflitos eram resolvidos pelo poder das armas prevalecendo a lei do mais forte.

Para a formação das fazendas desenvolveu-se um processo de grilagem<sup>3</sup> de terras. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores (FERNANDES: 2005:03).

Assim os fazendeiros foram apropriando das terras públicas utilizando da rapinagem legal e da violência, e consolidando os latifúndios; assegurando assim o domínio da principal riqueza, pois a terra era sinônimo de poder e status social. Neste sentido o domínio das terras foi fortemente arraigado, quando promulgada a primeira Constituição da República em 1891, ficando garantida a plenitude da propriedade da terra e a transferência das terras devolutas para os Estados da Federação que passaram a ter autonomia de sua concessão, as quais foram igualmente apropriadas pelos grandes proprietários ou por empresas para especulação imobiliária (GERMANI:2006).

Ainda segundo a mesma autora essa transposição favoreceu o fortalecimento das elites agrárias regionais e de empresas colonizadoras, com a concessão jurídica de terras em áreas valorizadas e, que em muitas das vezes, já estavam ocupadas por posseiros, provocando o surgimento de novos conflitos pela terra em diversas regiões do país.

Os trabalhadores rurais passam a evidenciar sua insatisfação, adotando uma postura de enfrentamento, sendo protagonistas de históricas ações de resistência e pela permanência na terra, como os quilombos, Canudos, Contestado, Trombas e Formoso, entre outras tantas lutas contra a expropriação e a expulsão de suas terras de trabalho por todo Brasil. Os trabalhadores rurais suportaram todo tipo de repressão, tanto do poder privado representado pelos jagunços quanto do poder público, através da repressão policial, negando a possibilidade de organização e voz aos trabalhadores do campo (MEDEIROS:2009).

---

<sup>3</sup> A origem do termo “grilagem” surgiu com a prática de se colocar algum papel de “comprovação” de propriedade dentro de uma gaveta com grilos – os dejetos do inseto dariam uma aparência envelhecida ao papel. Tornou-se uma denominação que se refere à pessoa que pretende comprovar a antiguidade da ocupação de uma determinada propriedade (CARNEIRO et al:2011:29)

A continuidade deste processo de expropriação e exploração a que os trabalhadores rurais estavam submetidos, levou-os à necessidade de se organizarem; de acordo com Martins (1995) entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses surgidos em diferentes regiões do país.

No Nordeste as Ligas Camponesas surgiram em meados da década de 1950, quando os trabalhadores rurais no estado de Pernambuco, no município de Vitória do Santo Antão, chegaram a uma condição de penúria tamanha que os mortos eram sepultados sem esquife, o corpo era conduzido até o cemitério em um caixão cedido pela prefeitura e o mesmo retornava para ser reutilizado (BARCELLOS:2005). Mediante esta situação os trabalhadores criaram, em 1955, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), entidade que abarcava 140 famílias de camponeses do engenho da Galileia, tendo como objetivos iniciais:

A tentativa de angariar fundos para comprar caixões, também o de obter recursos para construir escolas e garantir assistência médica e jurídica para os camponeses. “Também se pretendia formar uma cooperativa de crédito para a compra de sementes, adubos e instrumentos agrícolas. E ajudar a pagar a dívida dos que estivessem com o pagamento do foro atrasado” (BARCELLOS:2005:05).

No entanto, a Sociedade precisava ser legalizada e para esse fim os trabalhadores rurais procuraram o advogado Francisco Julião que optou por registrá-la como uma Liga, devido a ser um processo mais fácil e menos burocrático, conforme argumenta Barcellos (2005).

A entidade surgiu como uma sociedade civil de direito privado, e assim bastava registrá-la no cartório mais próximo, sem a necessidade de reconhecimento do Ministério do Trabalho. Para criá-la era necessário reunir um grupo de 40 associados, fazer um estatuto e eleger a diretoria. Depois, preparar uma ata que seria assinada por todos e fazer o comunicado à Justiça. E estaria fundada a nova Liga, que poderia ser de um só engenho, de um distrito, uma determinada área – ou seja, era possível criar várias no mesmo município. (BARCELLOS:2005:06).

A partir de então o advogado Francisco Julião começa a liderar e a delinear o objetivo da nova entidade: lutar contra a extinção do cambão (dias de trabalhos gratuitos ao proprietário como contrapartida ao direito de morar, de trabalhar ou de plantar) e do não pagamento da taxa pelo uso da terra, o foro (renda paga anualmente) que eram as formas de exploração do trabalho

de que os foreiros, não só, de Vitória de Santo Antão - PE, mas, de grande parte da região Nordeste, estavam sendo vítimas (CARNEIRO et al:2011).

No início da década de 60 as Ligas Camponesas estavam em fase de acelerada expansão e atingiram praticamente todo o estado de Pernambuco, embora suas lutas mais intensas fossem na Zona da Mata (BARCELLOS:2005).

A luta foi ganhando amplitude e tomando outros rumos, os trabalhadores rurais sem terra, de uma forma organizada, procuraram unificar a luta pelo acesso democrático à posse da terra através da resistência e das ocupações da mesma. Nesse sentido, a articulação dos trabalhadores rurais pela reforma agrária, capitaneada pelas Ligas Camponesas começou a adquirir força, sendo incorporada à pauta política nacional.

Ainda que as experiências mais significativas tenham se desenvolvido no Nordeste essas organizações tiveram núcleos também no Paraná, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e em Goiás. Entre 1960 e 1961, havia federações das Ligas em dez estados brasileiros (CARNEIRO et al:2011:26).

Já no Rio Grande do Sul, esse processo tem início em 1958 com a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), fortemente influenciado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que organizava acampamentos de trabalhadores rurais para pressionar o Governo Estadual a desapropriar terras para implementação de assentamentos rurais. No ano de 1962, o MASTER organizou um acampamento que abarcava mais de cinco mil trabalhadores no município de Sarandi - RS, nas proximidades de uma fazenda cuja área era de 24 mil hectares. Mediante tal pressão, o governo estadual sinalizou com a desapropriação, entretanto não foi possível comportar todos os demandantes por terra nesta área (MORISSAWA:2001)

As famílias que sobraram ocuparam como posseiros e arrendatários uma reserva indígena com mais de quinze mil hectares pertencente aos índios Caingangues, no município de Nonoai e ao final da década de 1970, havia no local mais 1.200 famílias (MORISSAWA:2001).

Em São Paulo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) criou em 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) cujo raio de ação atingiu quase todo o país, excetuando os estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul (MORISSAWA:2001).

Neste contexto, a Igreja Católica, segundo Fernandes (2000), para fazer frente ao processo de formação das organizações camponesas e tentando evitar a influência das ideias socialistas, organiza-se sobre duas correntes em defesa da reforma agrária: conservadora e progressista, sendo esta última liderada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que por meio do Movimento da Educação de Base objetivava a educação e a conscientização política das comunidades rurais com intuito libertador (FERNANDES:2000).

Nota-se que além da luta pelo acesso à terra estavam em jogo os conteúdos políticos da luta pela terra através de seus mediadores: as Ligas Camponesas, MASTER, PCB, da ULTAB e a Igreja por meio de suas correntes conservadora e progressista, sem que, necessariamente, os trabalhadores rurais se reconhecessem sob esses ideais.

Apesar da existência de divergências, toda esta efervescência política colocava em evidência a luta pela terra e também abria o debate sobre a temática da reforma agrária que passou então a fazer parte da agenda política nacional principalmente no Governo João Goulart.

Pressionado pelas forças à direita e à esquerda do espectro político, o governo, em 1962, criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), encarregada de executar a reforma agrária. As forças à esquerda, embasadas na participação popular, predominaram. Seguiram-se a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (março de 1963), regulando as relações de trabalho no campo e, em 13 de março de 1964, a assinatura do decreto que previa a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas nas faixas de 10 km ao longo de rodovias, ferrovias e açudes construídos pelo governo federal. (FERREIRA et al:2008:158).

A demonstração por parte do Governo de ser favorável à realização da reforma agrária se tornou um dos principais motivos para sua destituição do poder, o que veio a ocorrer por meio de um golpe militar. Como consequência “as Ligas foram fechadas. Uma repressão violenta abateu-se sobre os camponeses que tiveram participação mais destacada no movimento. Julião, assim como outros líderes políticos de esquerda, foi cassado e preso” (BARCELLOS:2005:13).

Por outro lado, logo após o golpe o governo militar surpreendentemente em meio à violência imposta pela repressão às principais organizações dos

trabalhadores e à opressão através de Atos Institucionais anunciava que estava elaborando um programa de reforma agrária (FERREIRA et al:2008).

Em novembro de 1964 o presidente militar Castello Branco promulgou a Lei nº 4.504 denominada por Estatuto da Terra que trazia em seu bojo as bases legais para promover a reforma agrária. Sua redação afirmava que a reforma agrária é o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça e do aumento da produtividade (BRUNO:1995).

Entretanto a execução da política agrícola de reforma agrária visando à distribuição de terras prevista no Estatuto não aconteceu. Priorizou-se o desenvolvimento de uma agricultura capitalista com a transformação dos latifúndios em modernas empresas rurais visando ao aumento da produtividade agrícola e o aprofundamento das relações com a indústria e de ambos com o setor externo, através de uma vigorosa subvenção financeira (DELGADO: 2005).

O Estatuto da Terra se configurou apenas como um instrumento estratégico e momentâneo para controlar os problemas no campo, ou seja, para controlar as lutas sociais no campo e desarticular os conflitos por terra.

O governo militar não fazia a reforma agrária: em duas décadas foram feitas apenas cento e setenta desapropriações de terra, quando, só em 1981, houve mais de 1.300 conflitos envolvendo um milhão e 200 mil pessoas (MARTINS:1979:35).

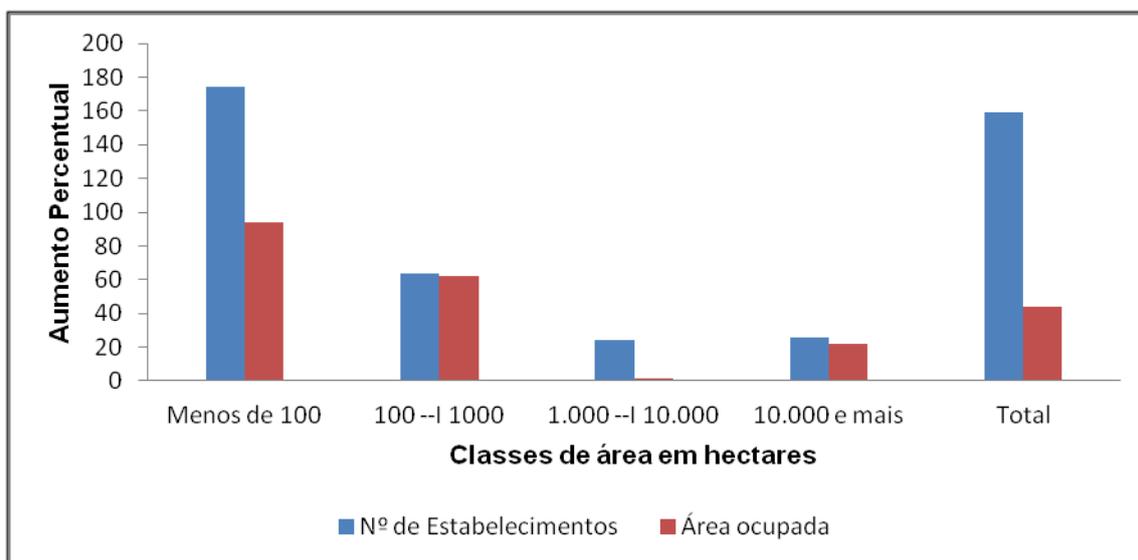
Nesse contexto, o foco do debate passou a abordar questões relativas à oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior, omitindo as questões sobre estrutura fundiária e as suas consequências para o país, evidenciando a derrota do movimento pela reforma agrária e a vitória da elite agrária e empresarial.

Durante o regime militar prevaleceu, inequivocamente, a vertente do 'desenvolvimento agrícola' em detrimento da "reforma agrária" do estatuto. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para geração de divisas. Medidas de "reforma agrária" (desapropriações por interesse social) foram usadas topicamente, para resolver um ou outro conflito (LEITE et al:2004:38).

Em relação aos conflitos no campo e à realização da reforma agrária Martins é enfático em seu ponto de vista, ao afirmar:

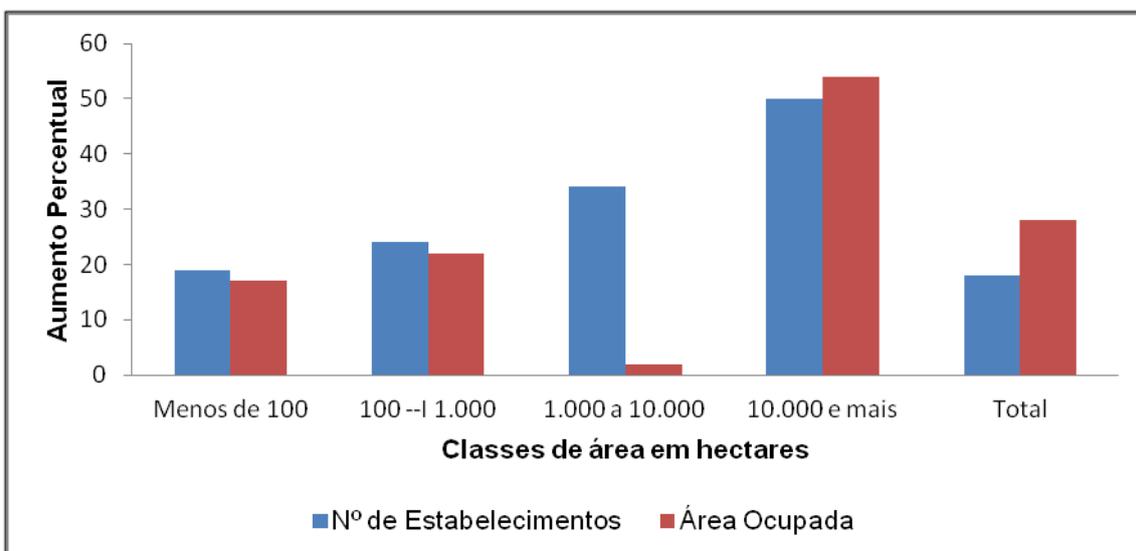
Porque, na verdade, o Estatuto da Terra não foi feito para concretizar o sonho de terras dos trabalhadores rurais. Foi feito para reprimir as lutas pela terra que vinham crescendo desde o fim da segunda guerra mundial, para evitar que uma vitória dos trabalhadores contra os grandes proprietários destruísse a aliança política que, desde a proclamação da República, é a base do estado brasileiro e do poder político no Brasil: a aliança entre os grandes capitalistas e proprietários (MARTINS:1986:49).

Durante o período de vigência do regime militar, houve aumento significativo na concentração da estrutura fundiária, ocorrendo um forte encolhimento do número de estabelecimentos de pequenas e médias propriedades (até 100 hectares) e a transmissão de mais terras aos comerciantes, aos industriais, e a cessão de terras às empresas estrangeiras, principalmente, na região amazônica (MORISSAWA:2001). Pode-se perceber a propensão da concentração fundiária ocorrida no Brasil ao longo do período em que se instalou o regime militar, confrontando os dados da tendência da inversão do número de estabelecimentos agropecuários e da área ocupada (Figuras 01 e 02) entre os dois períodos distintos, 1940-1970 e 1970-1985.



**Figura 01: Aumento percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da área ocupada - Brasil - 1940 -1970.**

Fonte: Gráfico elaborado por Bernardo Mançano Fernandes a partir de dados do IBGE. Ano de 1999.



**Figura 02: Aumento percentual do número de estabelecimentos agropecuários e da área ocupada - Brasil - 1970 -1985.**

Fonte: Gráfico elaborado por Bernardo Mançano Fernandes a partir de dados do IBGE<sup>4</sup>. Ano de 1999.

Para Delgado (2005) o modelo desenvolvimentista adotado pelos governos militares era conduzido conforme o pensamento norte americano. A partir de então a agricultura passava a exercer as seguintes funções: Liberar mão de obra para a indústria; suprir matéria prima para indústrias; gerar oferta adequada de alimentos; transferir renda real para o setor urbano; elevar as exportações agrícolas (DELGADO:2005).

Ainda conforme o mesmo autor isto resultou em mudanças nas bases técnicas dos meios de produção pelo uso intensivo de fertilizantes, defensivos, máquinas e tratores agrícolas, equipamentos de irrigação, visando ao aumento da produtividade (DELGADO, 2005), o que causou também um abalo de forma significativa nas relações sociais no campo, agravando as condições de sobrevivência dos trabalhadores rurais.

Segundo Graziano da Silva (1982) os efeitos das principais tecnologias modernas sobre as exigências de mão de obra no processo produtivo induzem a um aumento da sazonalidade do uso da força de trabalho, contribuindo para o aumento dos trabalhadores temporários no campo e, para o aumento da migração rural; de acordo com dados do IBGE milhares de brasileiros deixaram

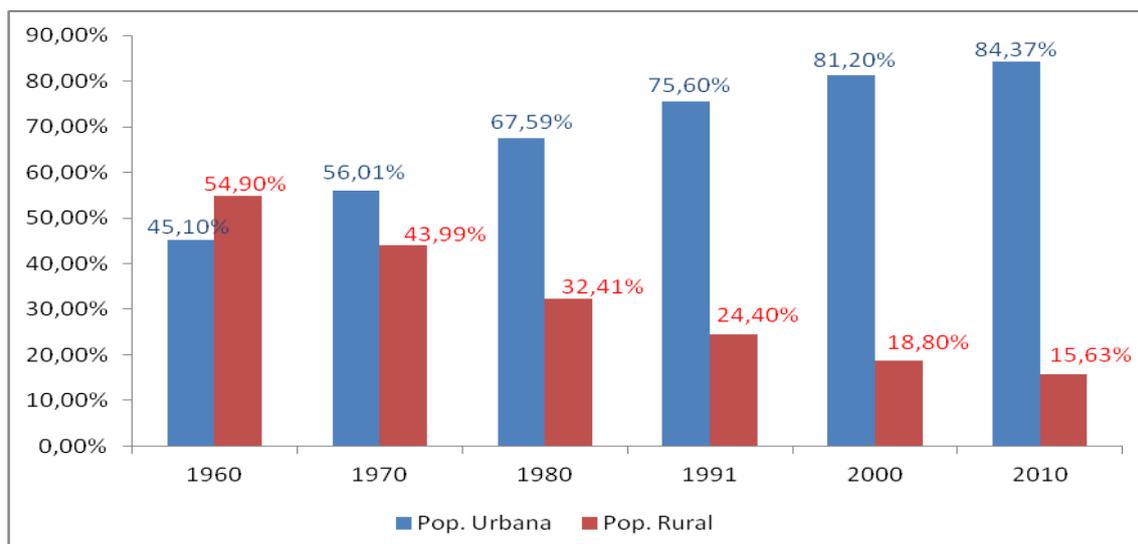
<sup>4</sup> Gráficos disponíveis em FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao Estudo do Camponato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST (1979-1999) (1999:32)

o campo a partir da década de 1960, fenômeno que ainda prevalece na primeira década do século XXI.

Nota-se que em 1960 a população rural brasileira era majoritária, representava 54,90% de seus habitantes. No entanto, a partir da década de 1960, há um processo de intensa migração da população rural, sendo que em 1970 a população urbana passa a predominar no país com 56,01%.

A tendência de urbanização da população não se arrefeceu ao final da década de 1970, atingiu o patamar de 67,59%, enquanto que a rural decrescia para 32,41%. Na década seguinte, a tendência de queda da população rural persistiu, passando a representar em 1991 24,40%, elevando a taxa de urbanização para 75,60%.

Pode-se perceber que nas duas décadas seguintes a população rural continuou a decrescer, chegando a representar em 2010 apenas 15,63% da população total do país. A Figura 03 apresenta a evolução deste processo de migração rural.



**Figura 03: Evolução da população por local de residência – Brasil -1960 a 2010.**

Fonte: IBGE - Censo demográfico – SIDRA. 2012.

Esse processo de intensa migração vai provocar efeitos perversos nas cidades, pois os empregos não são suficientes e muitos recorrem ao mercado de trabalho informal, passando a residir em habitações precárias nas periferias das cidades, causando outros problemas sociais urbanos, como a violência e a

pobreza. Nesse sentido Martins (2003), chama a atenção sobre o cerne da questão.

Alguns podem pensar que a questão agrária está espacial e politicamente lá longe, “no campo”. Enganam-se. Na verdade, temos aí o núcleo menos conhecido dos nossos dilemas históricos do presente. É em torno dele que nosso drama político se desenrola. Quando se fala nos problemas sociais urbanos, graves, da violência e da pobreza, nem todos levam em conta que as raízes desses problemas estão no campo e não nas pessoas que vem do campo (MARTINS:2003:18).

Os efeitos perversos da modernização da agricultura, a ampliação da concentração fundiária, o trabalho sazonal e a migração rural contribuíram para recolocar a reforma agrária na pauta da política nacional a partir dos anos 80, agora sobre o ponto de vista do questionamento das consequências socioeconômicas do desenvolvimento conservador adotado.

Além disso, a luta pela terra e por reforma agrária não desaparece durante o período em que vigorou o regime militar. Toda esta mobilização tinha como objetivo o enfraquecimento do regime militar e o fortalecimento da luta pela terra tendo, a reforma agrária como bandeira no processo de redemocratização do Brasil.

## **1.2. A Espacialização e a Territorialização da luta pela terra.**

Como se viu anteriormente, no delineamento da evolução da organização dos trabalhadores rurais em defesa da reforma agrária, a luta pela terra ocorre quando em um mesmo território existem situações contraditórias e diferentes interesses na exploração da terra, o que leva os diferentes atores sociais entrarem em conflito.

Para compreensão deste processo de luta pela terra utilizamos os conceitos de território, territorialidade, espacialização e territorialização.

Segundo Raffestin (1993) é a partir da ocupação que o espaço se transforma em território, pois o espaço é anterior ao território, portanto sendo o resultado das ações sociais ali produzidas mediadas por relações de poder. “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN:1993).

Nesse sentido, os movimentos sociais se apropriam do espaço transformando-o em território e lutam pela manutenção e ampliação de seus territórios, portanto, a dinâmica desta luta em movimento é o que se entende por espacialização, “espacializar é registrar no espaço um processo de luta” (FERNANDES:1996:136).

Portanto a espacialização da luta pela terra deve ser buscada nas ações realizadas pelos movimentos sociais, tais como: os acampamentos, caminhadas, as ocupações, as (re) ocupações de terras improdutivas, os acampamentos ao lado das áreas reivindicadas e das rodovias, passeatas, manifestações, etc., pois, estes são processos que fazem a luta mover-se e a possibilidade de materializar-se na conquista do assentamento, ou seja, o território.

Para Magno (2011) cada assentamento rural conquistado se configura em um território, onde as relações sociais formam a territorialidade e, daí a possibilidade de territorialização. A territorialidade abrange a dimensão simbólica cultural, principalmente quando se relaciona à construção de identidades que necessitam de espaço para sua concretização (SOUZA, apud MAGNO, 2011).

Essa definição de Souza sobre territorialidade é complementada nas palavras de Haesbaert (2002) que aponta como abstração humana, considerando-a imagem ou símbolo de um território, podendo se inserir como estratégia política eficaz por grupos, sendo um fenômeno social articulado à organização do território (MAGNO: 2011).

Ainda segundo esse autor, por esse posicionamento de Haesbaert (2002), compreende-se a territorialidade como um conjunto de relações sociais em que há a convivência de coletividades e alteridades, limitadas por um espaço material e imaterial.

A plasticidade desse conceito de territorialidade se adapta à estrutura dinâmica do território, abarcando as tensões produto das relações sociais, quando o próprio território pode deixar de existir, mas continuando o espaço como cenário de confronto. Desta forma, constrói-se a dualidade entre territorialização que se materializa a partir da delimitação de um território e territorialidade que vem a ser as relações sociais que mantêm a coesão do território (MAGNO:2011).

Apoiando-se nessas definições, passa-se a relativizar a importância do espaço, adquirindo maior relevo a transformação das territorialidades e, como consequência do próprio território e das identidades que o constituem. A sobreposição dos conceitos de identidade e território criam uma perspectiva interessante na construção da identidade territorial.

Sendo as identidades simbólicas, os símbolos que lhes dão forma e precisam ater-se a referências materiais da realidade entendida como as “relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, as mediações espaciais de poder, em sentido amplo, que estende do mais concreto ao mais simbólico” (HAESBAERT:2004: 339 apud MAGNO:2011: 29).

Desta forma, assume-se o território como espacialização do poder, em suas diversas gradações, contradições, desigualdades sociais e diferenças culturais, que se visualizam no concreto e no simbólico (MAGNO: 2011).

Assim, Magno (2011) argumenta que as identidades territoriais, na visão de Haesbaert (2004), se conjugam geográfica e historicamente em um cenário que se adensa à medida que as manifestações identitárias e as transformações pelas quais passa o grupo são identificadas, tornando-se essencial na compreensão que vincula a um território a construção identitária de migrantes (MAGNO: 2011).

Na afirmação de sua territorialidade, os movimentos sociais têm se recriado, com novas formas de organização, de produção e de existência coletiva. Por isso é que se entende o território como espaço, socialmente construído por um determinado grupo social na produção e reprodução de sua existência, não se delimitando em divisões político administrativas do Estado (MAGNO:2011).

Portanto, a dinâmica do processo da luta pela terra envolve relações de poder que são estabelecidas pela conflitualidade entre as classes sociais, que ao se apropriarem destes espaços, através de suas ações territorializam e são desterritorializadas em disputa permanente pelo controle territorial (FERNANDES:2005).

### **1.3. A luta pela terra e os Assentamentos Rurais no Brasil.**

Após a redemocratização do país a partir de 1985, os movimentos sociais retomam o processo de organização da luta pelo acesso da posse da terra, principalmente com ações de ocupações de áreas consideradas improdutivas, num processo que, segundo Fernandes (1999) se transformou na principal forma de acesso à terra, através da criação dos assentamentos rurais.

Para este autor os assentamentos rurais são resultado da pressão dos movimentos sociais, deixando evidenciar a inexistência de uma política sistemática para a realização de uma reforma agrária governamental, pois a criação de assentamentos rurais é uma resposta do governo conforme a pressão estabelecida pelos movimentos sociais, principalmente em locais de maior conflito pela terra.

Nesse sentido, conforme enfatiza Medeiros (2009) os movimentos sociais estrategicamente intensificam as ocupações, conseqüentemente, esta pressão contribuiu para a criação de diversos assentamentos rurais no Brasil.

(...) é quase que um consenso entre os pesquisadores da questão agrária brasileira de que ocupações e acampamentos têm sido o principal impulsionador da realização de desapropriações e assentamentos (MEDEIROS, 2009:11).

De acordo com os dados do Boletim DATALUTA Brasil (2010) na primeira década do século XXI foram registrados no Brasil a atuação de 110 movimentos de luta pela terra que juntos efetivaram 4.866 ocupações de terras.

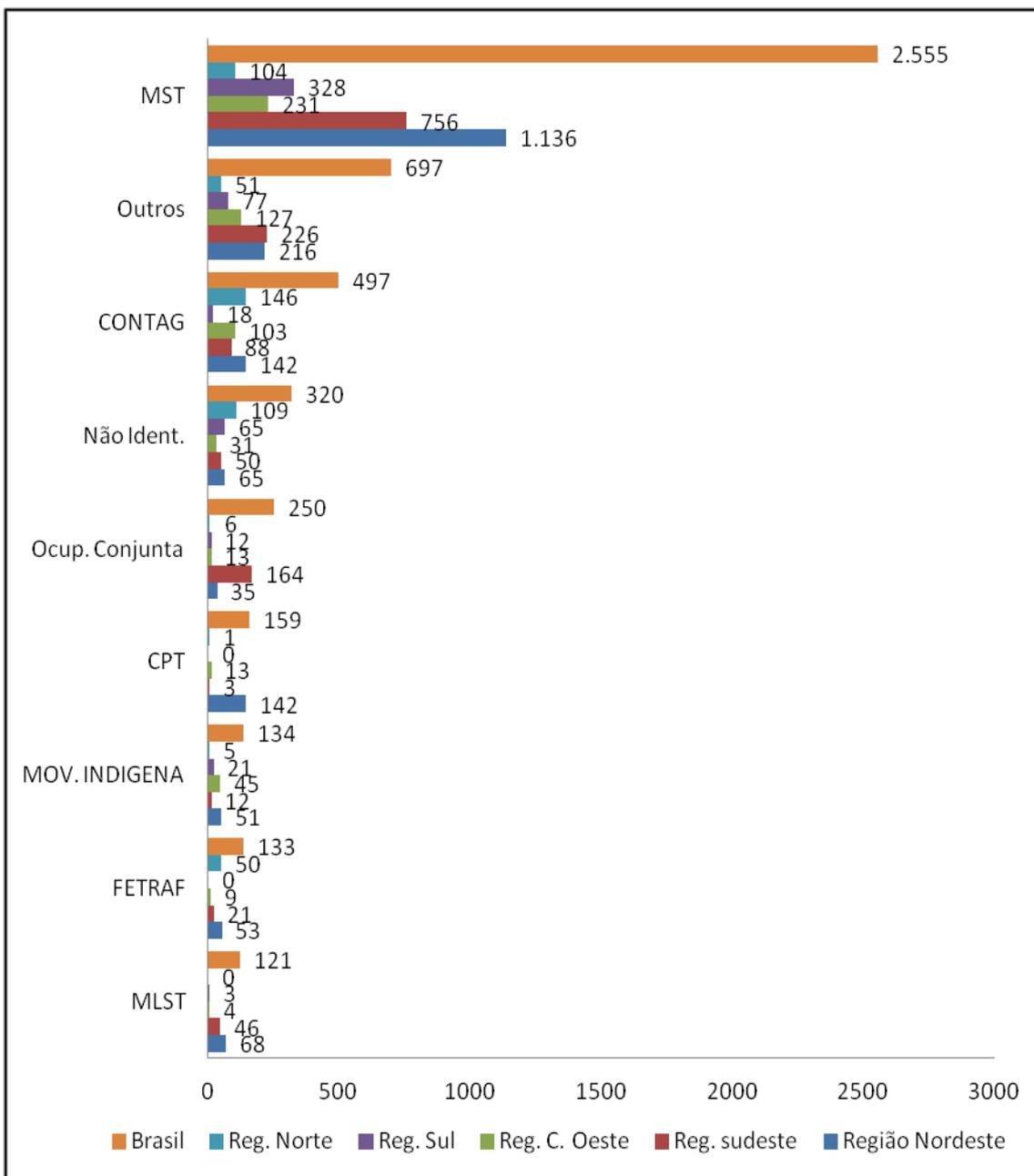
Na Tabela 01 pode-se observar que a região Nordeste aparece com o maior número de ocupações de terras, ou seja, 39,62% deste total destacando-se os estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia. Logo a seguir aparece a região Sudeste com 28,07% prevalecendo às ocupações de terras nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Na sequência o Centro Oeste com 11,83% destacando os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, a região Sul com 10,76% com predominância das ocupações no estado do Paraná e Rio Grande do Sul e por fim a região Norte respondendo por 9,69% das ocupações de terras que se concentram no estado do Pará.

**Tabela 01: Número de ocupações de terras efetuadas por Unidade da Federação no período de 2000 a 2010.**

<b>Unidade da Federação</b>	<b>Nº total de Ocupações</b>	<b>Valor em (%)</b>
<b>NORDESTE</b>	<b>1.928</b>	<b>100</b>
PE	800	41,49 %
AL	404	20,95%
BA	356	18,46%
PB	98	5,08%
SE	75	3,89%
CE	66	3,42%
MA	45	2,34%
RN	43	2,24%
PI	41	2,13%
<b>SUDESTE</b>	<b>1.366</b>	<b>100</b>
SP	789	57,75%
MG	453	33,16%
RJ	70	5,13%
ES	54	3,96%
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>576</b>	<b>100</b>
MS	241	41,80%
GO	231	40,11%
MT	78	13,56%
DF	26	4,53%
<b>SUL</b>	<b>524</b>	<b>100</b>
PR	317	60,49%
RS	132	25,19%
SC	75	14,32%
<b>NORTE</b>	<b>472</b>	<b>100</b>
PA	350	74,15%
RO	68	14,40%
TO	32	6,77%
RR	10	2,12%
AC	08	1,70%
AM	03	0,64%
AP	01	0,22%

Fonte: Boletim DATALUTA – Brasil, 2010.

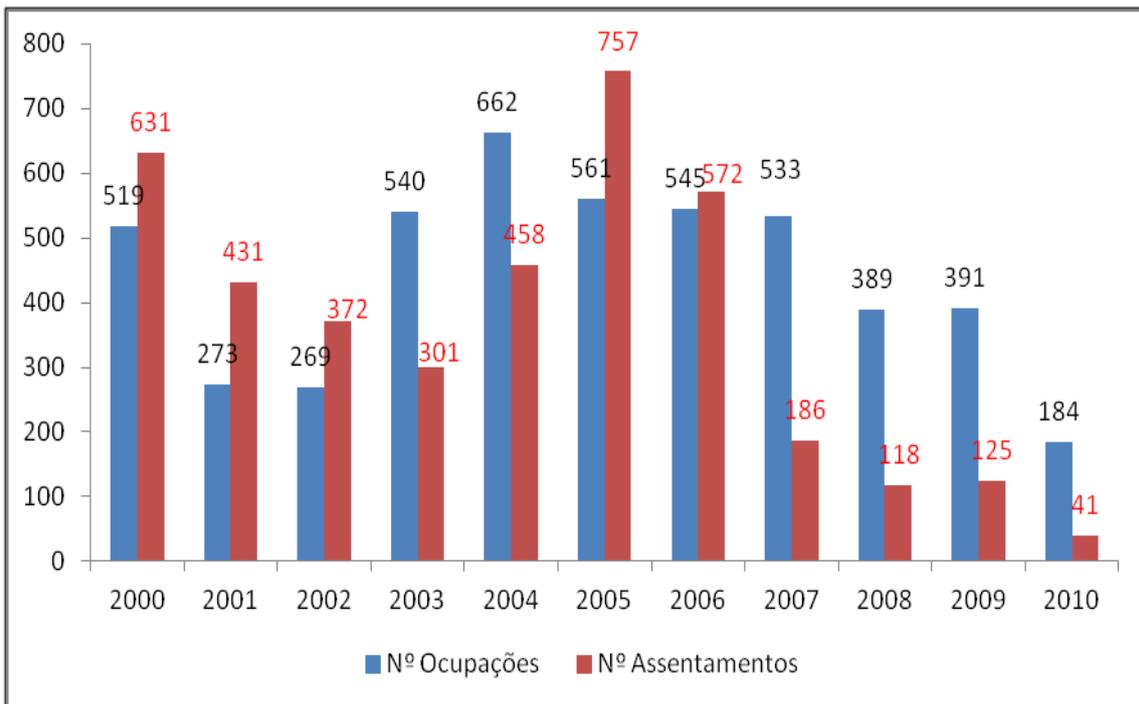
Os movimentos sociais que organizaram um maior número de ocupações terras foram: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Indígena, conforme podemos visualizar na Figura 04.



**Figura 04: Número de ocupações de terra e movimentos sociais mais atuantes por macrorregiões – Brasil, no período de 2000 a 2010.**

Fonte: Boletim DATALUTA – Brasil (2010).

Neste período no Brasil foram efetivadas 4.866 ocupações de terras e foram criados pelo INCRA 4.359 assentamentos rurais. Podemos observar na Figura 05 o número de ocupações e o número de assentamentos rurais criados em cada ano. Observa-se que a partir de 2007 há um arrefecimento tanto no número de ocupações quanto da criação de assentamentos, evidenciando uma simbiose entre a ocupação de terra e a criação de assentamento.



**Figura 05: Evolução do número de ocupações de terras e do número de assentamentos rurais criados pelo INCRA no Brasil, no período de 2000 a 2010.**

Fonte: Boletim DATALUTA – Brasil 2010

Há uma diversidade de movimentos sociais e diferentes formas e tipos de ocupações. Fernandes (2000) classifica as ocupações de terras conforme a propriedade ocupada e o nível de organização e experiência dos sem-terra: espontâneas e isoladas são aquelas geralmente efetivadas por grupos que têm como objetivo a conquista de uma determinada área. Já, as isoladas ou organizadas podem ou não realizarem outras ocupações, após a conquista da terra almejada.

Por fim as organizadas e especializadas engendradas, por meio da práxis trazidas pelos militantes com experiências de ocupações em diversos lugares espacializam e territorializam a luta pela terra que é materializada com a conquista do assentamento rural (FERNANDES:2000).

Neste contexto, é imprescindível ressaltar a importância da atuação dos trabalhadores organizados nos movimentos sociais na luta pela democratização do acesso à posse da terra, as ocupações de terras continuam sendo uma ferramenta eficiente de pressão para que o governo desaproprias

fazendas improdutivas que não cumprem a sua função social<sup>5</sup>, aumentando as áreas reformadas. Santos (2010) classifica esta política de obtenção de terras para a criação de assentamentos rurais, como:

1-Desapropriação: Transfere para os camponeses terras onde a função social não era observada por seus proprietários. Isso ocorre por meio do pagamento com utilização de Título da Dívida Agrária (TDA) pelas terras e em dinheiro pelas benfeitorias. É aplicada através da adjudicação, do confisco e da própria desapropriação.

2-Regularização: Legitimação de áreas já ocupadas pelos camponeses que ainda não possuíam título de posse delas. Possuem estas especificidades a incorporação, a cessão, o reconhecimento (nos casos referentes a títulos de posse) e a transferência.

3-Reconhecimento: São assentamentos criados por estados e municípios e que posteriormente são incorporados aos números de reforma agrária. Através desse processo, as famílias assentadas passam a ter direito aos recursos destinados aos programas de reforma agrária. Possuem esta finalidade os assentamentos obtidos pelo reconhecimento e que não se referem a casos de concessão de títulos de posse.

4-Compra: O Estado adquire as áreas onde serão implantados os assentamentos rurais pagando por elas aos seus proprietários. Somente a compra possui esta finalidade.

5-Doação: As terras são ofertadas por terceiros ao Estado que as destina para a reforma agrária através da criação dos assentamentos rurais. Somente a doação possui esta finalidade.

No entanto, a criação de assentamentos rurais não tem alterado o perfil da estrutura agrária brasileira. De acordo com os dados divulgados pelo censo agropecuário (IBGE-2006), o Brasil contabilizou 5.175.636 estabelecimentos agropecuários ocupando uma área total de 333.680.037 hectares (ha) de terras, sendo que os estabelecimentos com área de até menos que 20 hectares pertencem a 3.213.949 proprietários representando 62,09% do total das

---

<sup>5</sup> A propriedade da terra desempenha a sua função social quando simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labuta, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais renováveis; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam (FAULSTICH :2006:216).

propriedades cadastradas, no entanto ocupando uma área total de 18.088,535 hectares (5,42%) das áreas cadastradas. Já as áreas de 20 a menos que 1.000 hectares somam 1.659.090 estabelecimentos agropecuários (32,4%) ocupando uma área total de 165.448.806 hectares (49,57%).

E por fim, as áreas de classes acima de 1.000 hectares somam 47.578 (0,91%) estabelecimentos agropecuários, e ocupam uma área total de 150.143.096 hectares de terras, ou seja, 44,99% das áreas total contabilizadas. Como podemos observar no Quadro 01.

**Quadro 01: Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área – Brasil - 2006.**

Brasil	Estratos de área (hectares)				
	Até < 20	20 < 100	100 < 500	500 < 1.000	+ 1.000
Nº Est.Agr.	3.213.949	1.234.802	370.130	54.158	47.578
Em %	62,09%	23,85%	7,15%	1,04%	0,91%
Área Ocup.	18.088.535	52.604.220	75.603.795	37.240.391	150.143.096
Em %	5,42%	15,76%	22,65%	11,16%	44,99%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE – 2006. SIDRA, 2012.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

Para Navarro (2008) tecnicamente falando nunca houve reforma agrária no Brasil, visto que todos os assentamentos rurais criados pelo Estado através de desapropriações de imóveis rurais passíveis de sofrerem a ação foram compensados, ainda que por títulos públicos pela terra nua transferida e, sobre benfeitorias e melhorias realizadas, os proprietários são indenizados em dinheiro, portanto não houve transferência de direitos para o Estado (NAVARRO:2008).

Já Siqueira (2007) alerta que ainda falta uma política consistente para o desenvolvimento dos assentamentos, sendo uma política assistencialista, que não pode ser confundida com reforma agrária. O autor sinaliza a ineficiência das políticas dos assentamentos rurais, adotadas por governos até então, constrangidos pela ação dos trabalhadores inseridos nos movimentos sociais.

O INCRA, em 2010, tendo como objetivo constituir uma ampla base de informações para orientar a implementação da reforma agrária nos próximos anos e fornecer recursos para o estudo e a pesquisa brasileira sobre os impactos da reforma agrária realizou uma pesquisa que abarcou 804.867

famílias assentadas entre 1985 a 2008, em um universo 1.164 assentamentos rurais localizados por todo o Brasil, onde foram aplicados 16.153 entrevistas.

Trata-se de uma importante fonte de informações para a análise de questões referentes ao sentido econômico da reforma agrária e a viabilidade dos assentamentos rurais. De acordo com os resultados dos dados preliminares da pesquisa 62% destas famílias assentadas receberam Créditos de Apoio, Fomento ou para Aquisição de Material de Construção.

Portanto, mesmo que não se tenha alterado a estrutura fundiária brasileira, o relevante é que as áreas destinadas para a criação de assentamentos rurais, até então pertenciam a um único dono e a partir de então passam a ser divididas, habitadas e com perspectivas de melhorias das condições de vida das famílias ali assentadas.

## **CAPÍTULO 2**

### **2. A ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS E A ATUAÇÃO DO MST.**

#### **2.1. A Espacialização da luta pela terra em Minas Gerais.**

A ampliação do número de conflitos por terras em Minas Gerais vai aumentar a partir do início da década de 1980, devido a uma conjuntura política favorável, desde a mobilização popular em todo país pela redemocratização do Brasil, consolidada no ano de 1984, quanto pela expectativa da implantação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA), e o surgimento de novos mediadores sociais e de novos partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) (FERREIRA NETO:1999:235).

Este processo teve como protagonista a Igreja Católica, em um primeiro momento, com uma atuação moderada, conservadora e conciliadora dos Círculos Operários Cristãos, base da formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG.

Posteriormente, essa atuação contou com sua ala mais progressista das Comunidades Eclesiais de Bases e, de forma mais atuante, com a Comissão Pastoral da Terra. Nessa segunda fase a Igreja Católica passou apoiar e interagir com os sindicatos dos trabalhadores rurais e outros movimentos sociais criando novas formas de participação política e mobilização de luta, através das ações de ocupações de terra.

Além disso após a redemocratização do país, houve uma postura de maior apoio financeiro da FETAEMG ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR). Vale frisar que estes recursos foram adquiridos no período em que prevaleceu o regime militar, como enfatiza Ferreira Neto e Doula (2003):

A promulgação em março de 1971 da Lei Complementar n<sup>o</sup> 11, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), como executor do Programa, garantia ao MSTR grande presença junto a sua base, à medida que respondia a questões emergenciais de saúde, assistência social e previdência, bem como proporcionava grande estabilidade financeira ao movimento. Dessa forma, o avanço no processo de sindicalização, juntamente com o grande volume de recursos financeiros, provenientes principalmente do imposto sindical recolhido diretamente pelo governo federal, iria possibilitar ao sindicalismo

mineiro se apresentar, após a abertura política nos anos 80, como o principal mediador da luta pela terra em Minas Gerais (FERREIRA NETO e DOULA:2003:09).

Portanto, conforme Tabela 02 no período de 1986 a 1989 foram implementados pelo INCRA 13 assentamentos rurais em Minas Gerais beneficiando um total de 1.137 famílias, 12 deles organizados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e 01 projeto localizado no município de Santa Vitória na mesorregião do triângulo/Alto Paranaíba que foi criado sem apoio de movimento sindical ou social de luta pela terra.

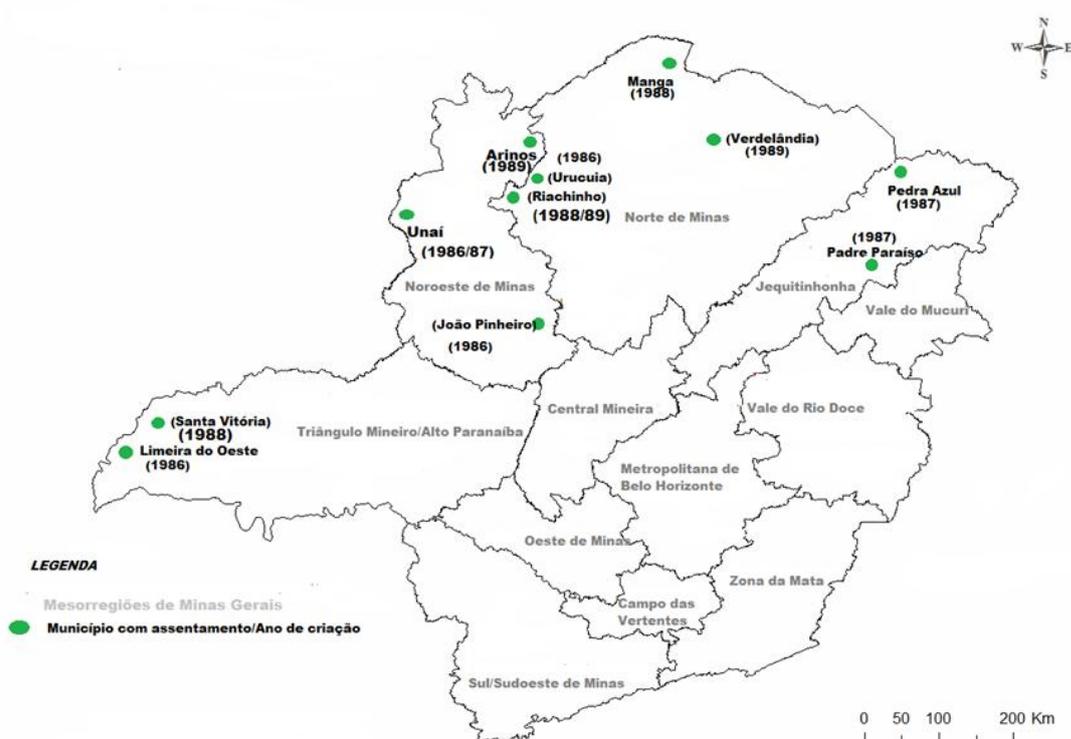
**Tabela 02: Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade de Projetos Assentados (QPA) criados pelo INCRA MG SR (06) nos municípios de Minas Gerais por mesorregiões, 1986 a1989.**

Mesorregião	Município	Projeto	Ano/Criação	Família
Noroeste	João Pinheiro	Fruta D' Anta	1986	215
	Unaí	Palmeirinha	1986	183
	João Pinheiro	Fruta D' Anta	1986	215
	Unaí	Bálsamo	1987	63
	Arinos	Mimoso	1989	59
<b>Subtotal</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>XX</b>	<b>520</b>
Norte	Urucuia	Vereda Gr.	1986	118
	Manga	Japoré	1988	102
	Riachinho	S. J, Boquei.	1988	57
	Riachinho	Brejo Verde	1989	59
	Verdelândia	Boa Esperança	1989	27
<b>Subtotal</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>XX</b>	<b>363</b>
Triângulo/Alto	Limeira Oeste	Iturama	1986	117
	Santa Vitória	Cruz/Mac.	1988	24
<b>Subtotal</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>XX</b>	<b>141</b>
Jequitinhonha	Pedra Azul	Aliança	1987	72
	Padre Paraíso	Córrego C.	1987	41
<b>Subtotal</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>XX</b>	<b>113</b>
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>XX</b>	<b>1.137</b>

Fonte: Relatório INCRA-MG (SR-06), 2011.  
Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

Os assentamentos rurais criados neste período, conforme podemos visualizar na Figura 06, estão distribuídos espacialmente em quatro mesorregiões: Norte de Minas, Noroeste, Triângulo Mineiro e vale do Jequitinhonha, que são consideradas áreas prioritárias de conflitos agrários, pois como enfatiza Ferreira Neto e Doula (2003):

Essas áreas se concentram nas regiões Norte, Noroeste, Nordeste e no Triangulo Mineiro, áreas de cerrados de ocupação capitalista mais recente, onde as ações de resistência de posseiros se combinam com as ocupações de terras devolutas e propriedades improdutivas (FERREIRA NETO e DOULA, 2003:28).



**Figura 06: Localização espacial dos assentamentos rurais criados pelo INCRA SR (06) em MG, no período de 1986-1989.**

Fonte: Relatório INCRA-MG (SR-06), 2011.  
Elaboração – Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

Nota-se que os assentamentos estão distribuídos em 11 municípios e que não há registro da criação de assentamento rural organizado pelo MST. No próximo item será abordado sobre a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a sua atuação em Minas Gerais.

## **2.2 - A gênese do MST no Brasil.**

Para MORISSAWA (2001) a gênese do MST foi em 1962 quando o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) organizou um acampamento que abarcava mais de cinco mil trabalhadores no município de Sarandi - RS, nas proximidades de uma fazenda cuja área era de 24 mil hectares. Mediante tal pressão, o governo estadual sinaliza com a desapropriação, entretanto devido a não eleição do seu sucessor e ao golpe militar, não foi possível comportar todos os demandantes por terra nesta área.

As famílias restantes deslocaram para o norte do Rio Grande do Sul e com o apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ocuparam como posseiros e arrendatários uma reserva indígena, com mais de quinze mil hectares pertencente aos índios Caingangues, no município de Nonoai. Sendo que ao final da década de 1970, havia no local mais 1.200 famílias (MORISSAWA:2001:123)

Em 1978 os índios entraram em conflito com estas famílias expulsando-as de seu território e as mesmas não tendo para onde ir seguiram caminhos distintos, umas acamparam na região de Ronda Alta/Sarandi, outras foram deslocadas para o parque de exposições Internacional, no município de Esteio-RS, sendo que em seguida uma parte delas foi encaminhada para um projeto de colonização no estado do Mato Grosso, enquanto outras permaneceram acampadas na região (FERNANDES:1999).

A partir de então os trabalhadores acampados organizaram assembleias e formaram comissões de base e representantes. Desta forma foram engendrando as condições para o advento de um novo movimento social. Este grupo reivindicou ao Governador a desapropriação das glebas Brilhante e Macali que haviam sido griladas por fazendeiros. Como não houve solução por parte do poder público, os trabalhadores resolveram ocupar as áreas solicitadas. A ação foi concretizada na noite do dia 06 de setembro de 1979, quando 110 famílias sem terras ocuparam a gleba Macali e no dia 25 do mesmo mês outras 170 famílias organizadas pelo nascente movimento ocuparam a gleba Brilhante, localizada no município de Ronda Alta. As famílias receberam apoio da sociedade civil. O Governo mediante pressão sinaliza em

assentar parte delas, já que as áreas eram insuficientes para assentar todas as famílias (MORISSAWA:2001).

A partir de então as famílias restantes firmaram a ocupação de terras como forma eficaz de mobilização. Em outubro de 1980, as famílias sem terra ocupam a fazenda Annoni, no município, de Sarandi e são despejadas. Desta luta nasce o histórico acampamento da encruzilhada do Natalino contando com 600 famílias que giravam em torno de três mil pessoas em barracos se alongando por quase dois quilômetros à beira da rodovia (MORISSAWA:2001).

Este contingente de trabalhadores sem terra foram construindo suas experiências e formas de lutas, na práxis de suas ações, implementadas em uma nova realidade a cada dia, foram se organizando em grupos, setores e comissões e elegeram uma coordenação (MORISSAWA:2001).

Segundo Fernandes (2000), “em cada estado os camponeses sem-terra criaram as condições necessárias para a luta e conquista da terra. Essas lutas foram os primeiros momentos de vida do MST” (FERNANDES:2000:75). Contudo era necessário que estas experiências de lutas, por meio, das ocupações e de acampamentos fossem articuladas e disseminadas, era preciso criar um movimento nacional com o objetivo de fortalecer politicamente e espacializar a luta pela terra.

Assim surge o MST que registra como marco de sua fundação a realização do primeiro Encontro Nacional dos trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1984, no município de Cascavel-PR, onde se constituiu a organização de um movimento de camponeses sem-terra emergindo então, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra.

Em 1985, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza o seu primeiro Congresso Nacional, na cidade, de Curitiba-PR, com a presença de 1.600 delegados de todo o Brasil, pauta a sua política na conduta para o enfretamento direto, pois entre as deliberações tomadas no congresso, a de maior impacto foi a de não pactuar com o novo Governo e tendo como bandeira principal da luta a ocupação de terra e a palavra de ordem “Ocupação é a única solução” (MORISSAWA:2001:141).

### **2.2.1 - A gênese do MST em Minas Gerais.**

Em 1984, no Vale do Mucuri, no município, de Poté-MG berço do sindicalismo rural mineiro, famílias de trabalhadores rurais sem terra reunidas em seus grupos de reflexões promovidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) meditavam sobre as ocupações de terra ocorridas no Sul do Brasil, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estas comunidades eram formadas por grupos heterogêneos: camponeses proprietários, meeiros, posseiros, parceiros, rendeiros, agregados e assalariados, entretanto, a causa que os unia era comunal, a luta pela terra. O grupo de famílias aumentava a cada reunião, em suas reflexões perceberam que somente a partir de suas próprias iniciativas é que poderiam obter melhorias em suas condições de vida. Em 1985 estes trabalhadores tomaram como decisão enviar representantes para o primeiro Congresso do MST, em Curitiba-PR. Ao regressarem, trouxeram como missão fundar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Minas Gerais (FERNANDES:1999).

Para iniciar o processo de organização do Movimento foram constituídas as comissões de sem terra, primeiro nas comunidades e posteriormente nos municípios. Com objetivo de fortalecer a luta pela terra os militantes do Movimento com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) articularam em parceria com os sindicatos rurais de diversos municípios a realização do primeiro encontro regional, em 1985, no município de Teófilo Otoni-MG.

Nesse encontro os trabalhadores rurais trocaram experiências sobre as formas de luta que estavam ocorrendo em diversas regiões do estado e votaram a favor da organização dos trabalhadores nos municípios. Além disso, foi eleita uma coordenação regional com o compromisso de iniciar os trabalhos de base nos municípios de Ladainha, Teófilo Otoni, Pavão, Ouro Verde de Minas e Frei Gaspar (FERNANDES:1999).

O trabalho de base segundo Fernandes (2001) é uma estratégia utilizada pelo Movimento iniciando o processo de socialização política, através da conscientização de trabalhadores para buscarem na ação coletiva a solução de seus problemas.

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito de sua participação na ocupação de terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com esta ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem (FERNANDES, 2001:56).

Prosseguindo com a dinâmica da organização da luta pela terra e por reforma agrária, o MST realiza em 1985 um encontro estadual, em Belo Horizonte, com representantes de diversos segmentos dos trabalhadores das regiões do Vale do Mucuri, Norte de Minas, Jequitinhonha, Zona da Mata Mineira. Durante o evento os trabalhadores trocaram experiências das diversas formas de luta e resistência, principalmente, as ações isoladas de ocupações de terra realizadas por posseiros que estavam ocorrendo no estado e as questões salariais. No entanto, o objetivo do MST no encontro era de unificar e organizar os trabalhadores camponeses para iniciarem o processo da ocupação de terra (FERNANDES:1999).

De acordo com o mesmo autor, havia divergências tanto na forma de luta, quanto ao apoio às diferentes frentes envolvidas no processo: a violência contra os posseiros e a luta por salários.

O fato é que a proposta de ocupação de terras foi preterida. Os militantes do MST encontraram dificuldades para organizar o Movimento em Minas Gerais, devido à resistência dos trabalhadores rurais sobre forte influência religiosa em não aceitar os métodos de luta do MST, a ocupação de terra como uma forma legítima de reivindicação e sim a resistência da posse (FERNANDES:1999).

No entanto o MST persistiu em seu propósito de luta e a primeira ocupação foi materializada no dia 12 de fevereiro de 1988 com apoio dos sindicatos e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), quatrocentas famílias ocuparam, no município de Novo Cruzeiro, no vale do Jequitinhonha, a fazenda Aruega de seiscentos e trinta hectares, a qual foi desapropriada pelo Governo neste mesmo ano, beneficiando vinte e cinco famílias. No entanto, eram muitas famílias acampadas para pouca terra (FERNANDES:1999).

Havia, portanto, a necessidade de uma nova ação e um mês depois as famílias excedentes ocuparam outra fazenda, a Sapezinho. Mas, desta vez não obtiveram sucesso. Em 1989, uma nova ação de ocupação no município de Teófilo Otoni, fazenda Boa vista, para solicitar e pressionar o INCRA a fazer a vistoria neste imóvel. A ação violenta dos jagunços e da policia impediram a realização do acampamento. Ao final de 1989, o MST inicia os trabalhos na região do Noroeste de Minas (FERNANDES:1999).

### **2.3 A Espacialização da luta pela terra em Minas Gerais nas décadas de 1990 e 2000.**

Na década de 1990 acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram montados em Governador Valadares, Buritis, Campo do Meio, Periquito e Tumiritinga (MORISSAWA:2001). Em 1994, 294 famílias organizadas pelo Movimento ocuparam a fazenda do Ministério, em Governador Valadares que foi grilada por fazendeiros e era reivindicada por trabalhadores rurais, desde 1964, culminando com a sua desapropriação pelo INCRA e a criação do projeto de assentamento Oziel Dias em 1997.

Neste período, houve também uma maior atuação da FETAEMG por meio da sua Diretoria de Política de Reforma Agrária incentivando e apoiando financeiramente os sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's) na organização de famílias para as ocupações de terras improdutivas, contribuindo para a criação de “73 áreas de assentamento rural, com 4.868 famílias de trabalhadores rurais” (FERREIRA NETO:1999:358).

De acordo com dados do DATALUTA–MG (2010) foram efetivadas neste período 171 ocupações de terra culminando com a criação de 143 assentamentos rurais. Houve um número maior de implantação de projetos de assentamentos nas mesorregiões do Noroeste (39,15%); Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (21,67%); Norte de Minas (21,67%). E de forma mais tímida nas mesorregiões do Vale do Jequitinhonha (8,39%), Vale do Rio Doce (4,19%), Metropolitana de BH (2,79%), Sul/Sudoeste (0,69%), Vale do Mucuri (0,69%) e Central Mineira (0,69%).

Na Tabela 03 pode-se verificar o número total de famílias beneficiadas e a quantidade de projetos de assentamentos rurais criados por municípios e mesorregiões incluindo os municípios mineiros de Buritis, Arinos, Unaí e Taquaril que fazem parte da mesorregião do Noroeste de Minas Gerais, porém são vinculados à Superintendência Regional INCRA do Entorno do Distrito Federal<sup>6</sup> (SR 28).

**Tabela 03: Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade de Projetos Assentados (QPA) criados pelo INCRA SR (06) nos municípios de Minas Gerais por mesorregiões, 1990 a1999.**

Mesorregião	Município	QPA	NF
Jequitinhonha	Jequitinhonha	03	88
	Minas Novas	01	24
	Rio do Prado	01	40
	Joaima	01	33
	Medina	01	35
	Senador Modestino	01	53
	Novo Cruzeiro	01	24
	Padre Paraíso	01	26
	Caraiá	01	28
	Pedra Azul	01	27
<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>378</b>
Rio Doce	Gov. Valadares	03	139
	Tumiritinga	02	111
	S. José da Safira	01	66
<b>Subtotal</b>	<b>03</b>	<b>06</b>	<b>316</b>
Metropolitana BH	Betim	02	64
	Funilândia	01	19
	Mariana	01	12
<b>Subtotal</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>95</b>
Mucuri	Teófilo Otoni	01	143
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>143</b>
Sul/Sudoeste	Campo do Meio	01	42
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>42</b>
Central	Pompeu	01	118
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>118</b>

Fonte: Relatório INCRA (SR06) – SR (28) – DF, 2011.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

<sup>6</sup> A Superintendência Regional do Entorno do Distrito Federal - SR-28 foi criada em dezembro de 1997, abrangendo municípios do Estado de Goiás, do Entorno do Distrito Federal (DF) e também alguns municípios localizados na mesorregião Noroeste de Minas Gerais, onde foram criados 31 dos 56 assentamentos rurais destinados a esta mesorregião.

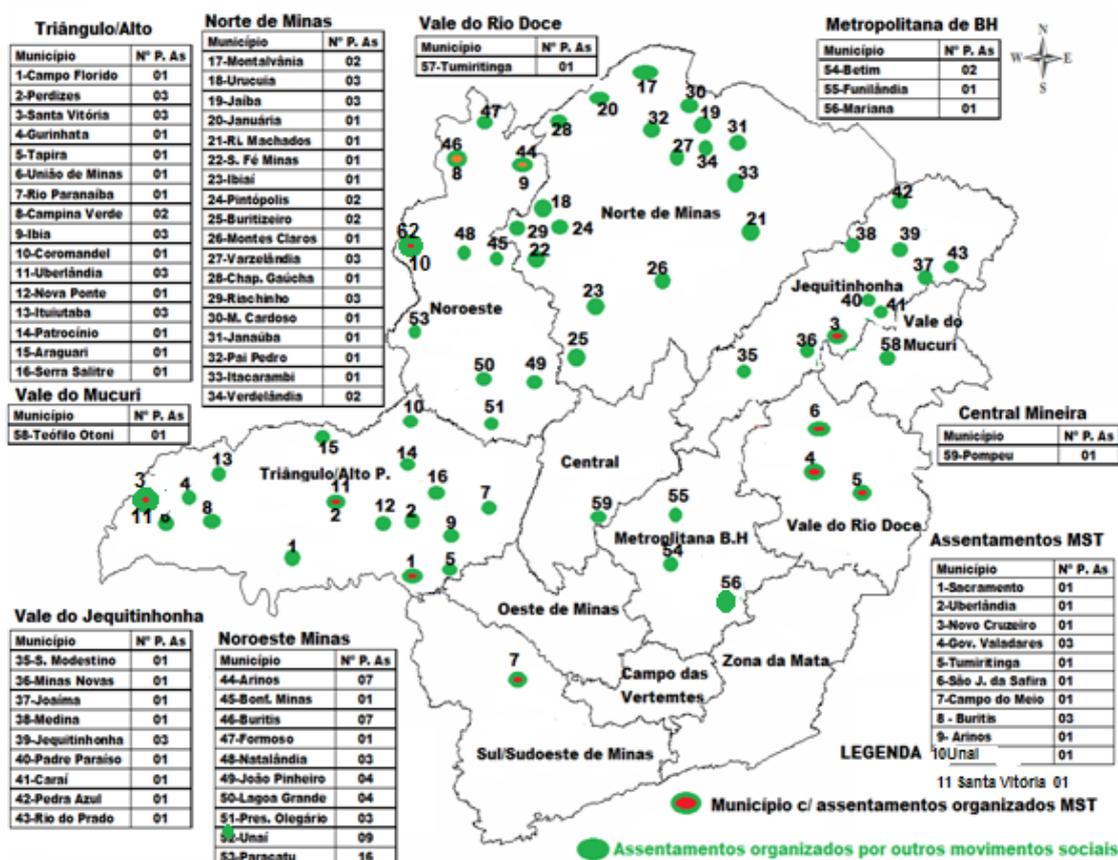
**Tabela 03: Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade de Projetos Assentados (QPA) criados pelo INCRA SR (06) SR (28) nos municípios de Minas Gerais por mesorregiões, 1990 a1999.**

Mesorregião	Município	QPA	NF
Noroeste	Unaí	16	1.151
	Paracatu	09	629
	Arinos	07	291
	Buritiz	07	249
	Lagoa Grande	04	187
	João Pinheiro	04	233
	Natalândia	03	175
	Pres. Olegário	03	215
	Taquaril	01	50
	Bonfinópolis Mi.	01	46
Formoso	01	69	
<b>Subtotal</b>	<b>11</b>	<b>56</b>	<b>3.295</b>
Norte	Varzelândia	04	124
	Riachinho	03	169
	Urucuaia	03	141
	Jaíba	03	791
	Verdelândia	02	36
	Montalvânia	02	101
	Pintópolis	02	51
	Buritizeiro	02	93
	Januária	01	62
	Ibiaí	01	28
	Riacho Machados	01	40
	Sta. Fé de Minas	01	137
	Montes Claros	01	20
	Chapada Gaúcha	01	73
	Matias Cardoso	01	30
	Janaúba	01	197
	Pai Pedro	01	30
	Itacarambi	01	78
<b>Subtotal</b>	<b>18</b>	<b>31</b>	<b>1.908</b>
Triângulo/Alto	Ibiá	04	130
	Uberlândia	04	112
	Ituiutaba	03	97
	Campina Verde	03	129
	Santa Vitória	03	125
	Perdizes	03	46
	Campo Florido	01	36
	União de Minas	01	34
	Rio Paranaíba	01	167
	Gurinhata	01	45
	Tapira	01	38
	Coromandel	01	36
	Nova Ponte	01	25
	Patrocínio	01	41
	Araguari	01	58
	Serra do Salitre	01	27
	Sacramento	01	10
<b>Subtotal</b>	<b>17</b>	<b>31</b>	<b>1.156</b>
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>143</b>	<b>7.451</b>

Fonte: Relatório INCRA (SR06) – SR (28) – DF, 2011.

Vale notar que ao final da década de 1990 os assentamentos rurais estavam distribuídos em 65 municípios, em nove mesorregiões, beneficiando um total de 7.451 famílias. Percebe-se também a criação de mais de um assentamento em determinados municípios demonstrando a relevância da espacialização da luta pela terra no Estado.

Na Figura 07 pode-se visualizar a distribuição espacial dos assentamentos criados em Minas Gerais, na década de 1990, entre eles 15 são organizados pelo MST.



**Figura 07: Localização espacial projetos de assentamentos rurais criados pelo INCRA SR (06) MG e SR (28) DF em MG na década de 1990.**

Fonte: Relatório INCRA SR (06) (MG)– SR (28) - I(DF) – 2011 – MST-MG – 2012.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

Percebe-se um aumento significativo de assentamentos rurais se comparados os períodos de 1986 a 1989 e a década de 1990. Nota-se também o surgimento de centenas de movimentos sociais de luta pela terra. De acordo com o DATALUTA-MG (2010), no período de 1990 a 2010 foram contabilizados trinta e seis mediadores atuantes em Minas Gerais (Quadro 02).

**Quadro 02: Movimentos Sociais atuantes no período 1990- a 2010-MG**

SIGLA	NOME DAS ORGANIZAÇÕES
ACRQ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
ACRQBC	Ass. das C. Remanescente de Quilombos Brejo dos crioulos
APR/CPT	Animação Pastoral Rural
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CCL	Comissões Camponesas de Luta
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DISS. DO MST	Dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MG
FETRAF	Federação da Agricultura Familiar
FST	Fórum Sindical do Triângulo
LCP	Liga dos Camponeses Pobres;
LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste
LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
LOC	Liga Operária e Camponesa
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLSTL	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
MI	Movimento Independente
QUILOMBOLAS	Movimentos Quilombolas
ÍNDIOS	Movimentos Indígenas
MPRA	Movimento pela Reforma Agrária
MPST	Movimento Popular dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais;
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade;
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
OLC	Organização de Luta no Campo
OTC	Organização de Trabalhadores no Campo
OTL	Organização Terra e Liberdade
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais (Locais)
UNLC	União Nacional da Luta Camponesa
Geraizeiros	Geraizeiros
VIA CAMPESINA	Via Campesina

Fonte: Relatório DATALUTA-MG, 2010.

Entre os assentamentos rurais criados pelo INCRA na década de 1990, 15 são organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e estão distribuídos espacialmente em cinco mesorregiões e presentes em 11 municípios beneficiando 656 famílias. Entretanto, estes dados representam apenas 10,48% do total de assentamentos criados neste período e 8,80% do total de famílias contempladas, como se pode verificar na Tabela 04.

**Tabela 04: Distribuição do Número de Famílias (NF), Quantidade de Projetos Assentamentos (QPA) criados pelo INCRA SR (06) e SR (28) organizados pelo MST nos municípios de Minas Gerais, por mesorregiões, 1990-1999.**

Mesorregião	Assentamento	Município	Ano/Criação	Nº Famílias
Jequitinhonha	Aruega	Novo Cruzeiro	1992	24
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>XX</b>	<b>24</b>
Rio Doce	Barro Azul	Gov. Valadares	1996	55
	1º de Junho	Tumiritinga	1996	79
	Oziel A. Pereira	Gov. Valadares	1997	68
	Formosa Urupuca	São J. Safira	1997	66
	Joaquim Nicolau	Gov. Valadares	1997	16
<b>Subtotal</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>XX</b>	<b>284</b>
Noroeste	Vida Nova	Buritis	1996	64
	Mãe conquistadas	Buritis	1997	60
	Riacho Claro	Arinos	1997	62
	Nova Itália	Buritis	1997	14
	Menino Jesus	Unaí	1999	28
<b>Subtotal</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>XX</b>	<b>228</b>
Sul/Sudoeste	1º do Sul	Campo Meio	1997	42
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>XX</b>	<b>42</b>
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>XX</b>	<b>656</b>

Fonte: Relatório INCRA SR (06)– SR (28)- 2011 – MST – MG, 2012.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

Já no período de 2000 a 2011, o MST fortalece a sua atuação no Estado. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT-2011) foram registradas 281 ocupações envolvendo um total de 33.134 famílias.

Deste total, 122 ocupações foram organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a participação de 17.135 famílias. Já os outros mediadores realizaram 159 ocupações de terras, envolvendo 15.999 famílias, conforme se pode observar na Tabela 05.

**Tabela 05: Número de Ocupação de terra e Número de famílias envolvidas por município e mesorregião- MG, no período de 2000 a 2011.**

Mesorregião	Município	Ocupação /MST	Famílias	Ocup./demais Mediadores	Famílias
Metropolitana	Betim	02	350	XX	XX
	Esmeraldas	02	408	01	250
	Funilândia	02	180	XX	XX
	Pará Minas	01	400	XX	XX
	Juatuba	01	250	XX	XX
	Mateus L.	01	150	XX	XX
	Pequi	01	120	XX	XX
	Nova União	01	70	XX	XX
	Açucena	XX	XX	02	23
	Ibirité	XX	XX	01	90
São J. B.	XX	XX	01	11	
<b>Subtotal</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>1.928</b>	<b>05</b>	<b>374</b>
Noroeste	Unai	06	500	03	105
	Buritis	06	1.780	02	130
	Uruana M.	03	550	01	40
	L.Grande.	01	300	02	70
	Vazante	01	60	01	24
	Arinos	01	50	XX	XX
	Paracatu	XX	XX	02	110
	Brasilând M.	XX	XX	02	195
	Dom Bosco	XX	XX	01	63
	Bonfi. M.	XX	XX	01	63
	J. Pinheiro	XX	XX	01	54
Varjão	XX	XX	01	40	
<b>Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>3.240</b>	<b>17</b>	<b>894</b>
Central	Pompeu	XX	XX	01	20
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>20</b>
Rio Doce	Frei Inoc.	10	1.961	XX	XX
	Itambacuri	02	420	XX	XX
	Resplendor	01	250	XX	XX
	São J. da S	01	100	XX	XX
	Gov. Valad.	01	97	XX	XX
	Santa M. S.	XX	XX	01	114
	Tumiritinga	XX	XX	01	35
	Periquito	XX	XX	01	20
Tarumirim	XX	XX	01	05	
<b>Subtotal</b>	<b>09</b>	<b>15</b>	<b>2.828</b>	<b>04</b>	<b>174</b>

Fonte: Conflitos no campo - Comissão Pastoral da Terra, 2011.

**Tabela 05: Número de Ocupação de terra e Número de famílias (NF) envolvidas por município e mesorregião- MG, no período de 2000 a 2011.**

Mesorregião	Município	Ocupação .MST	NF	Ocup./demais Mediadores	NF
Triângulo/Alto	Uberlândia	05	710	13	2.007
	Sacramento	03	330	XX	XX
	Prata	02	122	12	1.286
	Araguari	02	138	XX	XX
	Uberaba	02	110	01	200
	Sta. Vitória	02	90	01	18
	Campo Flo.	01	150	XX	XX
	Perdizes	01	60	01	100
	Ituiutaba	01	56	03	142
	Comend. G.	XX	XX	02	178
	Canápolis	XX	XX	02	662
	Patrocínio	XX	XX	05	207
	Veríssimo	XX	XX	04	580
	Monte A. M.	XX	XX	03	490
	Gurinhata	XX	XX	03	480
	Araxá	XX	XX	01	70
	Tiros	XX	XX	01	68
	Iturama	XX	XX	01	30
	Campina V.	XX	XX	01	23
Coromandel	XX	XX	01	15	
<b>Subtotal</b>		<b>19</b>	<b>1.766</b>	<b>55</b>	<b>8.322</b>
Jequitinhonha	Felisburgo	03	750	XX	XX
	Palmópolis	02	320	XX	XX
	Rubim	01	300	01	NI
	Almenara	01	200	03	121
	Jequitinh.	01	150	01	50
	Joáima	01	150	XX	XX
	Novo Cruz.	01	150	XX	XX
	Salto Divisa	01	150	XX	XX
	Minas N.	XX	XX	02	98
Jordânia	XX	XX	01	30	
<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>2.170</b>	<b>08</b>	<b>299</b>
Mucuri	Teóf. Otoni	01	150	XX	XX
	Machacalis	01	140	XX	XX
	Pavão	XX	XX	01	300
	Sta. Hel. M.	XX	XX	01	43
	Águas For.	XX	XX	01	--
<b>Subtotal</b>	<b>05</b>	<b>02</b>	<b>290</b>	<b>03</b>	<b>343</b>

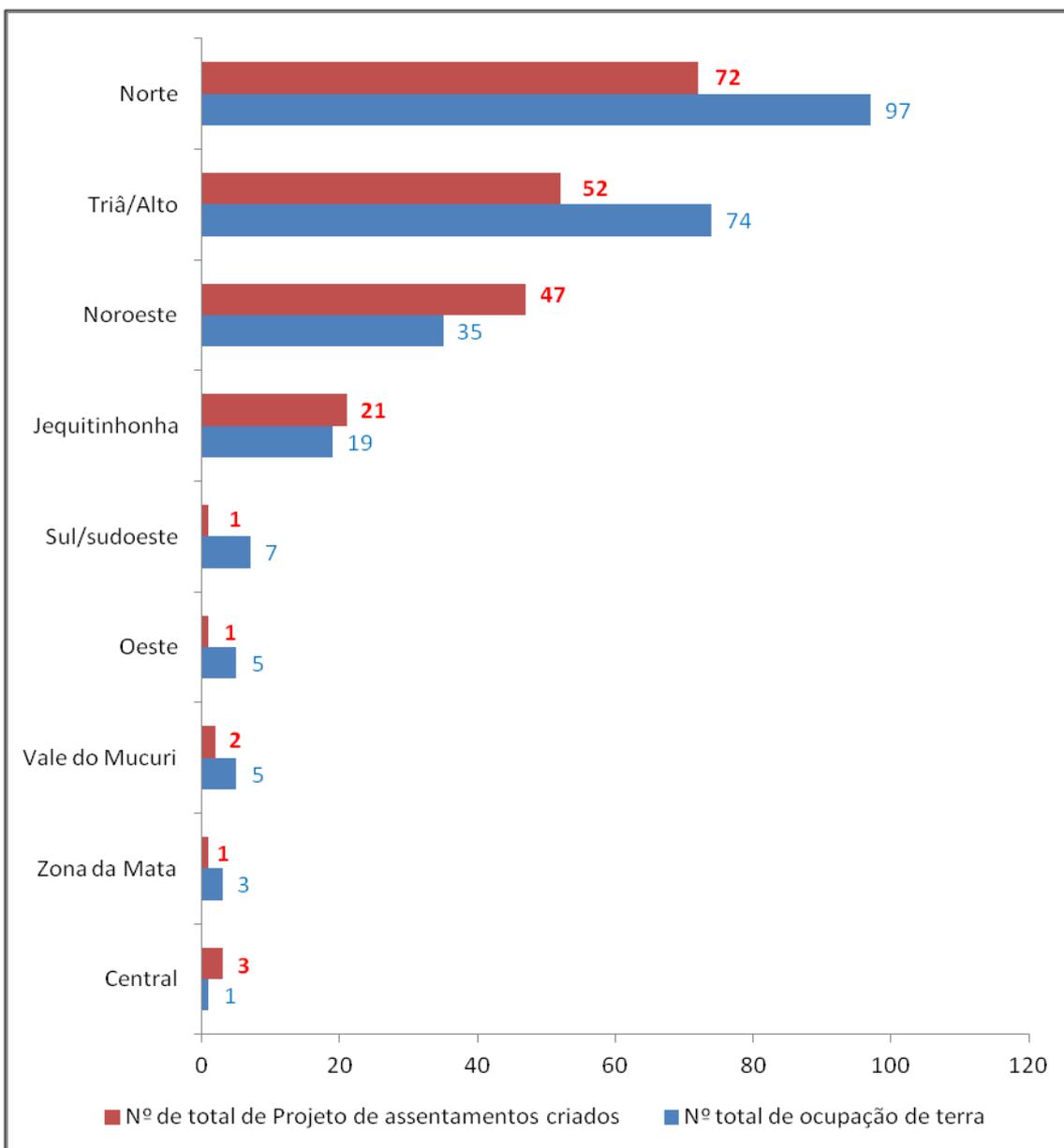
Fonte: Conflitos no campo - Comissão Pastoral da Terra, 2011.

**Tabela 05: Número de Ocupação de terra e Número de famílias (NF) envolvidas por município e mesorregião- MG, no período de 2000 a 2011.**

Mesorregião	Município	Ocupação /MST	NF	Ocup./demais Mediadores	NF
Norte	Montes Clar.	02	500	06	321
	Cap. Enéas	04	320	01	30
	Pirapora	03	280	02	480
	Rio P. de M.	03	66	04	158
	Eng. Nav.	02	372	XX	XX
	Jequitaí	02	350	XX	XX
	Janaúba	02	250	01	25
	Varzelândia	02	90	02	80
	Taiobeiras	01	400	XX	XX
	Grão Mogol	01	280	02	170
	Indaiabira	01	245	01	250
	Campo Azul	01	180	XX	XX
	Japonvar	01	120	01	164
	Manga	01	100	05	330
	Bocaiúva	01	100	02	75
	São Francis.	01	100	XX	XX
	Porteirinha	01	20	07	222
	Cor. Jesus	01	78	XX	XX
	Januária	01	50	02	560
	São J. da P.	XX	XX	07	750
	Jaíba	XX	XX	04	168
	Verdelândia	XX	XX	03	200
	Vázea da P.	XX	XX	02	187
	Montalvânia	XX	XX	02	160
	Mat. Card.	XX	XX	02	160
	Buritzeiro	XX	XX	02	120
	N. de Minas	XX	XX	01	300
	São Romão	XX	XX	01	300
	Juvenília	XX	XX	01	200
	Itacarambi	XX	XX	01	36
	São J. Mis.	XX	XX	01	35
	Brasília M.	XX	XX	01	30
Francis. Sá	01	XX	01	12	
<b>Subtotal</b>	<b>33</b>	<b>32</b>	<b>3.901</b>	<b>65</b>	<b>5.523</b>
Oeste	Bambuí	02	110	XX	XX
	Carmo Mata	01	150	XX	XX
	Cór. Danta	01	60	XX	XX
	Car. Cajuru	01	30	XX	XX
<b>Subtotal</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>350</b>	<b>XX</b>	<b>XX</b>
Sul/Sudoeste	Campo Meio	04	320	XX	XX
	Campos Ger	01	120	XX	XX
	Guapé	01	105	XX	XX
	Sivianópolis	XX	XX	01	50
<b>Subtotal</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	<b>545</b>	<b>01</b>	<b>50</b>
Zona da Mata	Goianá	01	50	XX	XX
	Visc. R. Br.	01	35	XX	XX
	Sant.Catag.	01	32	XX	XX
<b>Subtotal</b>	<b>03</b>	<b>03</b>	<b>117</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
<b>Total</b>		<b>122(43%)</b>	<b>17.135</b>	<b>159 (57%)</b>	<b>15.999</b>

Fonte: Conflitos no campo - Comissão Pastoral da Terra, 2011.

Na Figura 08, pode-se visualizar o número total de ocupações e o número total de assentamentos rurais implementados pelo INCRA por mesorregião em Minas Gerais no período de 2000 a 2011.



**Figura 08: Número de ocupação e número de projeto de assentamentos rurais criados pelo INCRA SR (06) MG SR (28) DF por mesorregião em Minas Gerais, no período de 2000 a 2011.**

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – 2011 – Relatório INCRA- SR (06) MG – SR (28) DF.  
 Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

Neste período foram criados 228 assentamentos rurais, beneficiando 10.151 famílias. Na Tabela 06 pode-se verificar o número de assentamentos rurais criados por mesorregião e município e o número total de família contempladas.

**Tabela 06: Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade de Projeto Assentamento (QPA) criados pelo INCRA SR (06) MG e SR (28) DF por mesorregião e município, MG, 2000 a 2011.**

Mesorregião	Município	Q. P. A	N.F
Noroeste	Buritis	11	399
	Arinos	07	405
	Unaí	07	250
	Formoso	01	160
	Uruana de Minas	01	187
	João Pinheiro	01	127
	Brasilândia de M.	01	185
	Lagoa Grande	01	107
	Paracatu	01	69
	Bonfinópolis de M.	01	08
	Guarda Mor	01	40
	Dom Bosco	01	36
<b>Subtotal</b>	<b>12</b>	<b>47</b>	<b>1.973</b>
Triângulo/Alto	Uberlândia	10	641
	Campina Verde	09	362
	Uberaba	03	106
	Ituiutaba	03	69
	Prata	03	353
	Veríssimo	03	160
	Gurinhata	03	183
	Santa vitória	01	173
	Perdizes	01	75
	Patos de Minas	01	95
	São Francis. Sales	01	29
	Coromandell	01	59
	Limeira do oeste	01	196
	Campos Altos	01	24
	Tupaciguara	01	163
	Campo Florido	01	36
	Araguari	01	50
	Patrocínio	01	43
	Rio Paranaíba	01	18
	Comendador G.	01	47
	Ibiá	01	46
<b>Subtotal</b>	<b>21</b>	<b>52</b>	<b>2.928</b>
Rio Doce	Itueta	06	20
	Resplendor (4)	04	107
	Jampruca (3)	03	93
	Tumiritinga (3)	03	60
	Santa M. Suaçui (2)	02	100
	Periquito	01	40
	Tarumirim	01	21
	Água Boa	01	40
	Aimorés	01	03
	PingoD'Água	01	47
<b>Subtotal</b>	<b>10</b>	<b>23</b>	<b>535</b>

Fonte: Dados relatório - SR (06) MG – SR (28) DF, 2011.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

**Tabela 06: Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade de Projeto Assentamento (QPA) criados pelo INCRA SR (06) MG e SR (28) DF por município e mesorregião, MG, período de 2000 a 2011.**

Mesorregião	Município	Q. P. A	N.F
Norte	Jaíba	09	250-
	Botumirim	05	167
	Matias Cardoso	05	80-
	Juvenília	04	207
	Manga	03	73
	Buritzeiro	03	132
	Capitão Enéas	03	87
	Várzea da Palma	03	470
	Grão Mogol	03	116
	Verdelândia	02	44
	Cristalia	02	47
	Montalvânia	02	82
	Porteirinha	02	68
	Janaúba	02	50
	São Romão	02	97
	Montes Claros	02	40
	Bocaiúva	02	798
	Pirapora	02	99
	Varzelândia	02	69
	Olhos D'Água	01	92
	Francisco Dumont	01	43
	Francisco Sá	01	33
	Itacambira	01	17
	Japonvar	01	47
	Vargem Gran R. P.	01	30
	S. João da Lagoa	01	15
	Campo Azul	01	18
	Nova Porteirinha	01	45
	Coração de Jesus	01	29
	São Francisco	01	55
	Januária	01	24
	Pintópolis	01	38
	R. dos Machados	01	40
<b>Subtotal</b>	<b>33</b>	<b>72</b>	<b>3.532</b>
Jequitinhonha	Leme do Prado	04	91
	Jequitinhonha	02	130
	Itamarandiba	02	87
	Chapada do Norte	01	31
	Angelândia	01	10
	José Gon. Minas	01	28
	Diamantina	01	26
	Capelinha	01	33
	Turmalina	01	45
	Berilo	01	42
	Rubim	01	40
	Almenara	01	19
	Pedra Azul	01	26
	Senador Modestino	01	34
	Itaobim	01	23
Joáima	01	25	
<b>Subtotal</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>690</b>

Fonte: Dados relatório - SR (06) MG – SR (28) DF, 2011.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

**Tabela 06: Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade de Projeto Assentamento (QPA) criados pelo INCRA SR (06) MG e SR (28) DF por município e mesorregião, MG, período de 2000 a 2011.**

Mesorregião	Município	Q. P. A	N.F
Central	Pompeu	02	75
	Joaquim Felício	01	105
<b>Subtotal</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>180</b>
Metropolitana BH	Betim	01	49
	Nova União	01	40
	Pequi	01	24
	Funilândia	01	20
	Brumadinho	01	20
<b>Subtotal</b>	<b>05</b>	<b>05</b>	<b>153</b>
Sul/Sudoeste	Guape	01	49
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>49</b>
Oeste de Minas	Bambuí	01	49
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>49</b>
Mucuri	Itaípe	01	32
	Teófilo Otoni	01	NI
<b>Subtotal</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>32</b>
Zona Da Mata	Visc. do Rio. Branco	01	30
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>30</b>
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>228</b>	<b>10.151</b>

Fonte: Dados relatório - SR (06) INCRA-MG – INCRA-DF SR (28), 2011.

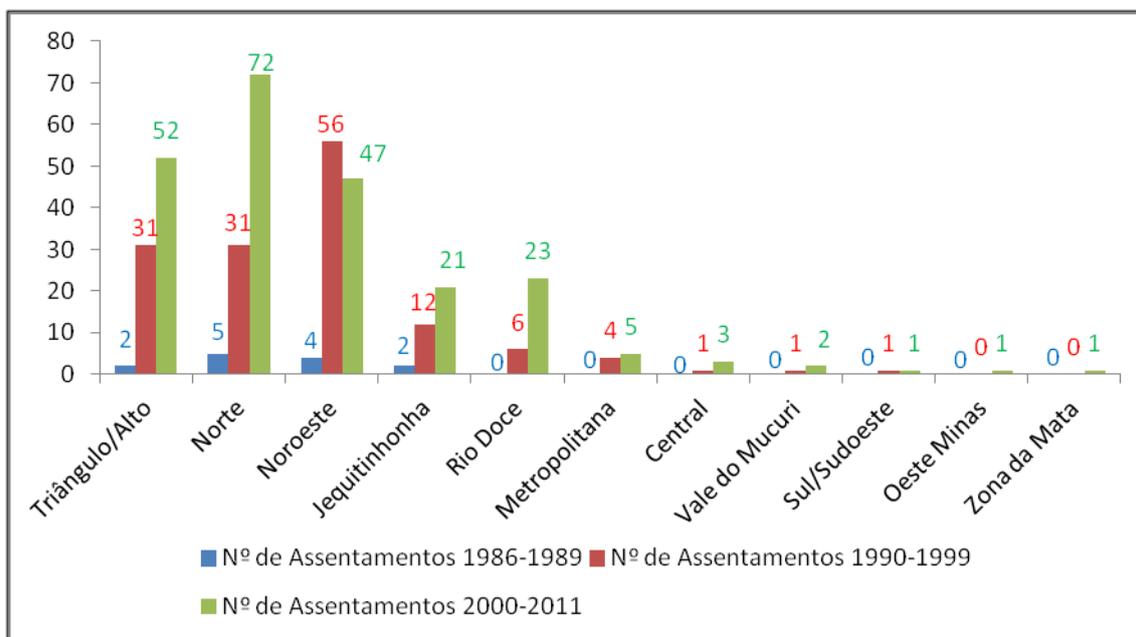
Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

Somando estes 228 projetos criados com os 156 já existentes pode-se verificar que a distribuição dos 384 assentamentos rurais implementados pelo INCRA no período de 1986 a 2011 em Minas Gerais não é homogênea.

Conforme Figura 09 houve uma concentração de assentamentos rurais nas mesorregiões do Norte de Minas (28,12%), Noroeste (27,86%), Triângulo/Alto Paranaíba (22,13%), Vale do Jequitinhonha (9,11%) e Vale do Rio Doce (7,55%) que são as regiões onde se concentram os conflitos pela terra no Estado.

No entanto, percebe-se a mobilidade dos movimentos sociais em direção às outras mesorregiões do Estado culminando com a criação de assentamentos rurais, porém de forma mais tímida eles estão presentes nas mesorregiões: Metropolitana de BH (2,34%), Central Mineira (1,04%), Vale do Mucuri (0,78%), Sul/sudoeste (0,56%), Oeste de Minas (0,26%) e Zona da mata Mineira (0,26%).

Portanto os projetos de assentamentos rurais estão presentes em 11 das 12 mesorregiões de Minas Gerais, excetuando a mesorregião do Campo das Vertentes.



**Figura 09: Evolução do Número de assentamentos criados pelo INCRA SR (06) MG SR (28) DF por mesorregião de M.G – 1986-2011.**

Fonte: Dados relatório INCRA SR (06) MG e SR (28) DF, 2011.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

Deste total de 384 assentamentos rurais, 49 (12,76%) foram criados contando com a mediação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Tab.07), localizados em 37 municípios, distribuídos em nove mesorregiões, beneficiando um total de 1.844 famílias. Essas famílias representam, de acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), apenas 10,76% das 17.135 famílias que participaram de ocupações organizadas pelo MST, no período de 2000 a 2011. As 1.844 famílias beneficiadas correspondem a 9,84% do total das 18.739 famílias assentadas de 1986 a 2011, em Minas Gerais.

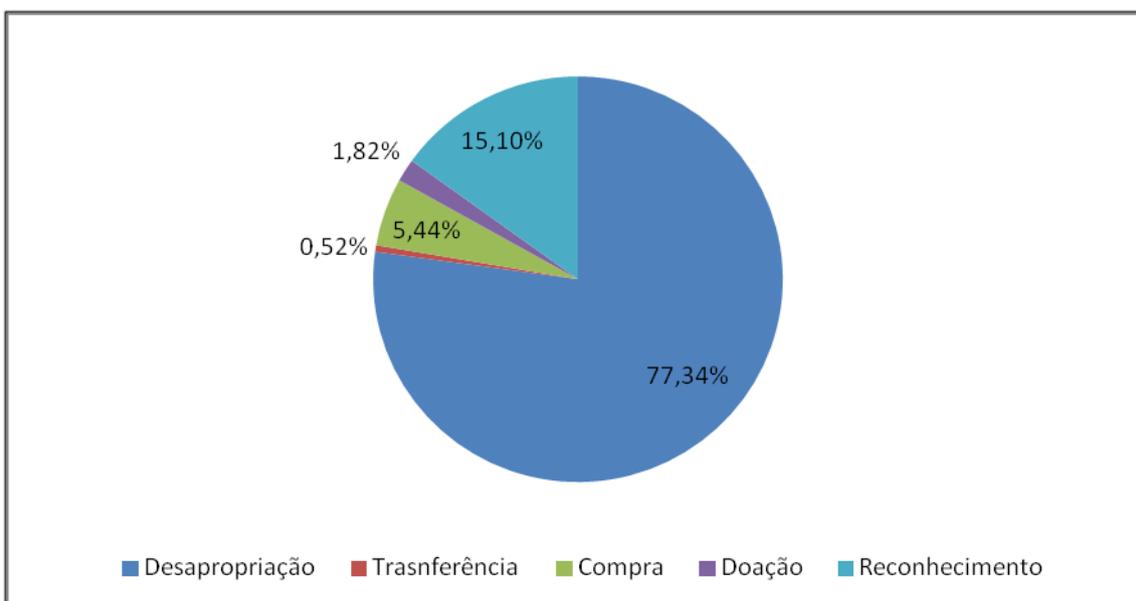
Vale ressaltar que foram dos acampamentos do MST montados na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e na mesorregião Sul/Sudoeste que vieram as famílias para realizar a ocupação pacífica na Fazenda Santa Helena, no município de Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata Mineira culminado com a constituição do primeiro projeto de assentamento de reforma agrária nessa mesorregião com capacidade para 30 famílias (INCRA:2008).

**Tabela 07: Distribuição do Número de Famílias (NF) Quantidade Projetos Assentados (QPA) criados pelo INCRA-MG SR (06) e INCRA-DF SR (28) organizados pelo MST por município e mesorregião de Minas Gerais - 1986-2011.**

Mesorregião	Município	Q. P. A	N.F
Triângulo/Alto	Uberlândia	05	106
	Sacramento	01	27
	Santa Vitória	01	31
	Uberaba	01	16
	Campo Florido	01	38
	Patos de Minas	01	27
<b>Subtotal</b>	<b>06</b>	<b>10</b>	<b>245</b>
Jequitinhonha	Novo Cruzeiro	01	24
	Jequitinhonha	01	92
	Itaipé	01	32
	Rubim	01	40
	Itaobim	01	23
	Almenara	01	19
<b>Subtotal</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	<b>230</b>
Noroeste	Buritis	03	138
	Unaí	02	64
	Arinos	01	62
<b>Subtotal</b>	<b>03</b>	<b>06</b>	<b>262</b>
Norte de Minas	Capitão Enéas	02	64
	Montes Claros	01	31
	Japonvar	01	47
	Coração de Jesus	01	29
	São Francisco	01	55
	Nova Porteirinha	01	45
<b>Subtotal</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>271</b>
Vale do Rio Doce	Gov. Valadares	02	123
	Tumiritinga	02	109
	Jampruca	02	79
	Resplendor	02	74
	São J. da Safira	01	66
	Periquito	01	40
	S. Maria Suaçuí	01	30
<b>Subtotal</b>	<b>07</b>	<b>11</b>	<b>521</b>
Metropolitana de BH	Betim	01	49
	Pequi	01	24
	Mariana	01	12
	Funilândia	01	20
	Nova União	01	40
<b>Subtotal</b>	<b>05</b>	<b>05</b>	<b>145</b>
Sul/Sudoeste	Campo do Meio	01	42
	Guapé	01	49
<b>Subtotal</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>91</b>
Zona da Mata	Visconde Rio Branco	01	30
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>30</b>
Oeste Minas	Bambuí	01	49
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>49</b>
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>49</b>	<b>1.844</b>

Fonte: Relatório INCRA-MG SR (06) INCRA- DF SR (28) - Ano de 2011. - MST-MG, 2012.

De acordo com o relatório INCRA-MG SR (06) e INCRA -DF SR (28) dos 384 assentamentos rurais existentes em Minas Gerais, duzentos e noventa e sete (297) foram obtidos através de desapropriação, 21 por compra, 57 por reconhecimento, 07 por doação e 02 por transferência. Veja-se esses dados em percentagem na Figura 10.



**Figura 10: Formas de obtenção e quantidade total de terras em valores percentuais adquiridas pelo INCRA-MG SR (06) e INCRA DF SR (28) para a implantação de P. As em Minas Gerais no período de 1986 a 2011.**

Fonte: Relatório – INCRA-MG SR (06) e INCRA-DF SR (28), 2011.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira, 2012.

Considera-se como áreas reformadas aquelas que, previamente, compunham a estrutura agrária mineira e que foram obtidas por meio de desapropriação, doação e compra. No período de 1986 a 2011 estas áreas totalizaram 1.046.361,41 hectares, conforme Tabela 08.

**Tabela 08: Quantidade total de terras em hectares obtidas pelo INCRA-MG SR (06) e INCRA-DF SR (28) consideradas como áreas reformadas para criação de projetos de assentamentos rurais em Minas Gerais, no período de 1986 a 2011.**

Formas de obtenção	Quantidades obtidas em hectares
Desapropriação	980.440,28 ha
Doação	27.949,88 ha
Compra	37.974,25 ha
<b>Total</b>	<b>1.046.361,41</b>

Fonte: INCRA-MG SR (06) E INCRA-DF SR (28) - 1986-2011 – MG, 2011.

Elaboração – Manoel Tadeu Teixeira

Com base no total de hectares acumulados no período de 1986 a 2011 as áreas reformadas obtidas para a criação dos 325 assentamentos rurais denominados reformadores correspondem a 2,01% dos 51.881.730,18 hectares cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), em 2011 no Estado de Minas Gerais (DATALUTA-MG:2010).

Nesse sentido não se pode deixar de perceber a importância dos movimentos sociais de luta pela terra para pressionar o Governo na criação dos assentamentos rurais. No entanto, deve se levar em consideração que a luta pela terra não se encerra com a entrada das famílias no lote, pois a partir daí inicia-se a luta para permanecer na terra.

Entretanto, os desafios e as possibilidades de que outras demandas sejam atendidas dependerão da organização, mobilização e da força das famílias assentadas e dos mediadores. O que é mediação?

Segundo Novaes (1994) este termo faria referência ao papel de intermediário, de fazer a ponte, introduzir falas, traduzir, independentemente de se estar a serviço da reprodução da ordem vigente ou de um questionamento da mesma.

Quem são os mediadores? Novaes (1994) destaca três tipos de mediadores: os “mediadores externos” que são os portadores de recursos humanos, financeiros e materiais com denominações específicas. No caso da Igreja Católica ou de ONGs, usa-se o termo assessoria. Quando mediação é realizada pelas universidades ou o Estado se dá através da chamada extensão universitária e assistência técnica.

No entanto, de acordo com Novaes (1994) juntamente com esses recursos são trazidos de fora também recursos simbólicos, “chegam adesões e oportunidades de construção conjunta de símbolos e de reafirmação de valores” (NOVAES:1994:180). Já os mediadores “de cima” são representados pelos agentes do Estado.

E, por fim, os “mediadores de dentro” representados pelos dirigentes dos sindicatos e pelas lideranças dos movimentos sociais. No entanto, a autora adverte que é inteiramente questionável na atuação destes mediadores o caráter e os graus dessa externalidade.

Oliveira (2011) em estudos em assentamentos na região do Entorno de Brasília, especificamente no município de Padre Bernardes, aponta diferentes grupos de mediadores com propostas e objetivos distintos tais como: lideranças do MST; agentes do Estado, representados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e EMATER; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Universidades (Grupo de Trabalho (GT) de reforma agrária da UnB); partidos políticos; entre outros.

Novaes (1994) enfatiza que “no âmbito dos atores da luta pela terra e dos assentamentos, parece-me, ninguém se autodefine como mediador. Na disputa da mediação, mediador é sempre o outro” (NOVAES:1994:183). Nesse sentido todos se consideram parte e afirmam defender os interesses dos trabalhadores que dizem representar.

## CAPÍTULO 3

### 3. A LUTA PELA TERRA NA ZONA DA MATA MINEIRA.

#### 3.1 A Ocupação Territorial da zona da Mata Mineira.

A ocupação territorial da Zona da Mata Mineira tem suas particularidades e características próprias. Seu nome é uma alusão à existência de uma densa vegetação natural, denominada Mata Atlântica que cobria toda região à época de sua ocupação nos séculos XVIII e XIX. A região era habitada por tribos indígenas reputadas como hostis, o que por si só já representava um empecilho retardando sua ocupação e povoamento (VALVERDE:1958).

Além disso, segundo o mesmo autor, a Coroa Portuguesa a considerava como “áreas proibidas”, a ordem era “manter virgem a floresta da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce, proibindo terminantemente a penetração nela e a abertura de atalhos” (VALVERDE:1958:25).

Estas imposições eram devido a sua situação geográfica à época da mineração e do ciclo do ouro; ela servia como porta de entrada para região mineradora, sendo rota obrigatória de passagem para o deslocamento das frentes de desbravadores. Portanto, o objetivo era restringir o acesso e ocupação efetiva da região, para evitar o desvio do ouro e extravio de impostos à coroa Portuguesa (VALVERDE:1958).

Porém, com o início da utilização do solo para atividades econômicas a região da mata destacou-se na produção de café tanto pela disponibilidade de terras de boa fertilidade quanto de mão de obra proveniente da decadente região (ALVES:1993). Entretanto, Carneiro (2008) chama atenção para o fato de que no período colonial e imperial o apossamento de terras nas bordas e ao longo do caminho novo<sup>7</sup>, era preferencial à elite e às famílias de prestígio, a quem eram concedidas sesmarias. Desse modo, enfatiza o autor, foi sendo delineada a formação de grandes propriedades voltadas principalmente para

---

<sup>7</sup> A abertura do caminho novo ocorreu entre o final do século XVII e início do século XVIII, foi uma alternativa encontrada pela Coroa Portuguesa para encurtar o deslocamento do ouro e pedras preciosas da colônia brasileira para a metrópole Portugal de uma forma mais segura, passando por Minas Gerais e o Rio de Janeiro. O caminho velho tinha como rota o Rio de Janeiro passando por São Paulo e pelo Sul de Minas Gerais (TOMAZ:2010:18).

atividade cafeeira, “o avanço do café e dos meios de transportes impulsionariam a ampliação da atividade agroexportadora escravocrata e de suas características basilares: acumulação de terras e escravos” (CARNEIRO: 2008:58).

A abertura do caminho novo ocorreu entre o final do século XVII e início do século XVIII, foi uma alternativa encontrada pela Coroa Portuguesa para encurtar o deslocamento do ouro e pedras preciosas da colônia brasileira para a metrópole Portugal de uma forma mais segura, passando por Minas Gerais e Rio de Janeiro. O caminho velho tinha como rota o Rio de Janeiro passando por São Paulo e pelo Sul de Minas Gerais (TOMAZ:2010).

Pode-se visualizar no mapa produzido, em 1855, o *caminho velho* e o *caminho novo* (Fig.11), além do povoamento existente e a forma de ocupação do espaço agrário da região.

Conhecido como o primeiro mapa geral da província de Minas Gerais: a “Carta da Província de Minas Gerais”, elaborada pelo engenheiro Ferdinand Halfed e pelo desenhista Friedrich Wagner e concluída no ano de 1885 (SOARES:2009:03).



**Figura 11: Mapa demonstrando os assentamentos humanos existentes na região da Zona da Mata em 1855.**

Fonte: Mapa base: HALFED, H.G.F., WAGNER, F. Carta da Província Brasileira de Minas Gerais – Fundação João Pinheiro, 1998.

Como se pode observar pelos dados da estrutura fundiária de algumas freguesias, de acordo com os registros paroquiais de 1855 constam números de propriedades e área ocupada por alqueires.

Santo Antônio do Paraibuna concentrava 145 proprietários, com tamanho médio, quando declarado, equivalente a uma ou duas sesmarias. Em Mar de Espanha, Cataguases e Leopoldina, os números dos proprietários eram, respectivamente, 270, 207, e 82. As cifras mencionadas contrastavam com as de Rio Pomba (1.600), Muriaé (553), Visconde do Rio Branco (504), Ponte Nova (365) e Viçosa (327). Na freguesia de Ubá, 211 proprietários registrados com tamanho média, de 37 alqueires (179,1 hectares), sendo que, nove por cento (9%), do total de proprietários, ocupavam 46% da área declarada. Na freguesia de Ubá, 211 proprietários registrados, os dados paroquiais indicavam que o tamanho médio dos imóveis girava em torno dos 37 alqueires (179,1 hectares), (...) em Leopoldina dimensão média das propriedades equivalia a 220 alqueires (1.064,8hectares). Em Santo Antônio do Paraibuna (incluído o distrito de Simão Pereira) dimensão média dos imóveis se situava por volta dos 334 alqueires (1.616,6 hectares). (...) Em Nossa Senhora da Glória (Itamuri, atual Distrito de Muriaé) e São Paulo do Muriaé (hoje Muriaé), 26% dos proprietários, ocupava 82% da superfície declarada, com mais de 200 alqueires (968 hectares) (...), já, Ponte Nova teve sua expansão advinda da instalação de grandes fazendas que exploravam uma das primeiras culturas mercantis, de grande expressão, instalada na Mata: a cana de açúcar (CARRARA:1999:24:25 Apud CARNEIRO:2008:58:59).

Assim o autor vem demonstrar que a constituição desigual da estrutura agrária da Zona da Mata Mineira remonta à época do início da concessão e exploração do uso econômico do solo com destaque para a cultura do café.

A riqueza gerada pelas rubiáceas foi indubitavelmente relevante para a organização e equilíbrio das finanças públicas mineiras e o desenvolvimento de outros setores da economia, sendo que mais da metade dos impostos arrecadados provinham dessa cultura. A Zona da Mata Mineira até 1930 respondia por 15% do café produzido no Brasil (ALVES:1993).

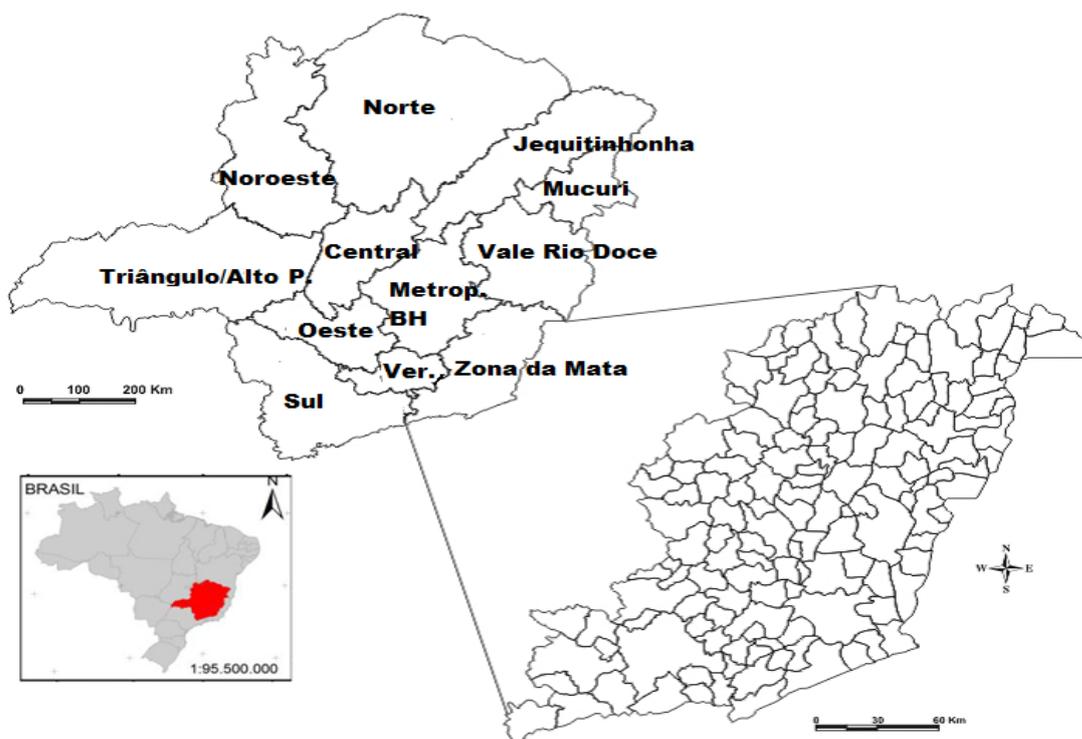
No entanto, em fins da década de 1920 e durante a década seguinte, o padrão da industrialização da região começou a decair e a crise de 1929 com a erradicação dos cafezais afetou a economia cafeeira que entrou em declínio, forçando a diversificação da economia.

Entretanto, a cultura do café nos dias atuais ainda prevalece como uma atividade econômica, além da pecuária leiteira, horticultura e a produção de milho, feijão, mandioca, criação de animais de pequeno porte. Porém, a ausência de políticas públicas visando aos minifúndios e às pequenas

propriedades que somam 94,49% do número total dos estabelecimentos agropecuários contribuiu para engendrar um processo de estagnação da economia regional, como enfatiza Carneiro (2008)

A superação da estagnação regional da Mata também passa, indispensavelmente, pela resolução da acentuada atomização do pequeno estabelecimento fundiário, condição essencial para a construção de uma agricultura familiar em bases competitivas (CARNEIRO:2008:64).

Atualmente a Zona da Mata Mineira compreende uma das 12 mesorregiões de Minas Gerais, localiza-se na região sudeste do estado e é composta por sete microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá e Viçosa, conforme se pode visualizar na Figura 12.



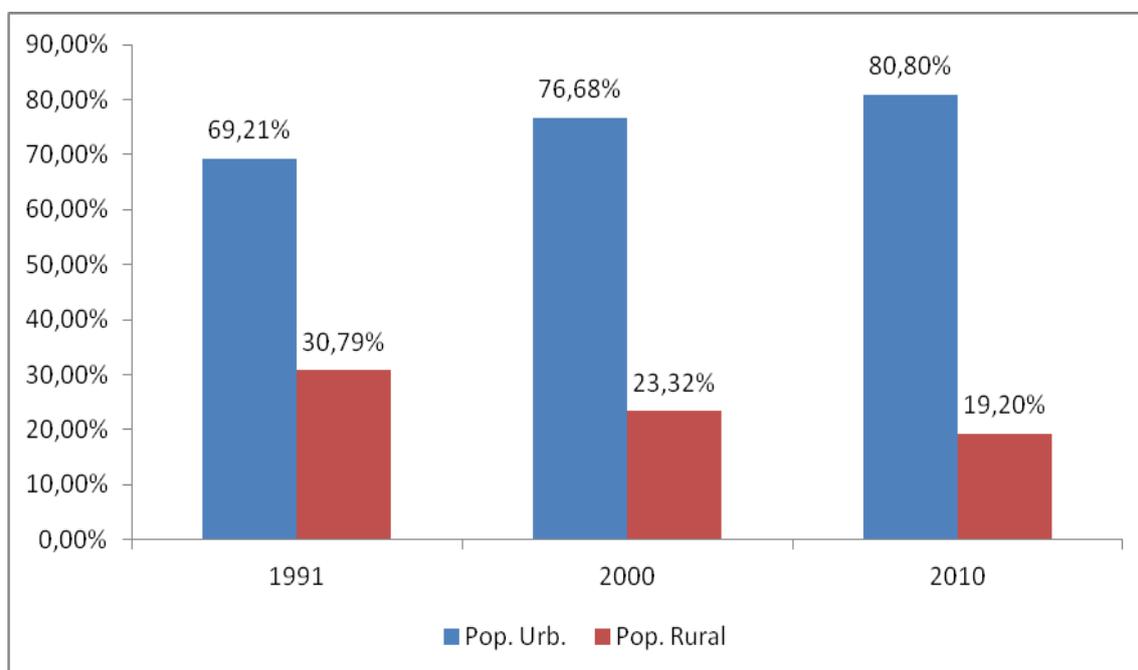
**Figura 12: Divisão mesorregional do Estado de Minas Gerais, em destaque a Zona da Mata Mineira.**

Fonte: IBGE- SIDRA, 2012.

De acordo com dados do IBGE (2010) a Zona da Mata Mineira abarca 142 municípios que estão divididos em sete microrregiões: Viçosa, Manhuaçu e Muriaé são compostas por 20 municípios; a microrregião de Cataguases com 14 municípios, a microrregião de Juiz de Fora com 33 municípios, microrregião de Ponte Nova com 18 municípios e a microrregião de Ubá com 17 municípios.

Em 1991 de acordo com dados do IBGE, a população da Zona da Mata mineira era de 1.847.158 habitantes, sendo que deste total 30,79% moravam na zona rural, ou seja, 568.747 habitantes. No ano de 2000 houve um acréscimo de sua população total para 2.030.856, no entanto a população rural encolheu, passando para 23,32%, ou seja, 473.625 habitantes.

Em 2010 a população da Zona da Mata Mineira chegou a 2.173.374 habitantes, sendo 1.756.051, ou seja, 80,80% da população residente na área urbana e 19,20% na área rural, evidenciando que ao longo das últimas décadas houve uma tendência de redução desta população, porém ela ainda representa um expressivo universo de 417.323 habitantes, conforme se verifica na Figura 13.



**Figura 13: Evolução da população da Zona da Mata Mineira nos períodos de 1991, 2000 e 2010.**

Fonte: SIDRA IBGE, 2012.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira

Vale ressaltar que a população total da Zona da Mata Mineira em 2010 representava 11,09% da população do estado de Minas Gerais que é de 19.597.330 habitantes (IBGE:2012) abarcando uma área de 35.726 Km<sup>2</sup>, ou seja, 35.772.600 hectares, o que equivale a 6,01 % da área territorial total do estado de Minas Gerais.

Para que se possa ter uma compreensão do espaço agrário atual da Zona da Mata Mineira, faz-se necessário conhecer os conceitos de minifúndio, latifúndio, sendo considerado minifúndio o imóvel rural com tamanho inferior a um (1) módulo fiscal<sup>8</sup>, sendo que na Zona da Mata Mineira oscila entre 22 a 30 hectares. Já o latifúndio corresponde ao imóvel superior a seiscentas vezes o módulo fiscal, porém também abarca os imóveis que não excedam este limite e tendo área igual ou superior a um módulo fiscal que não cumpre a sua função social, porém são mantidos com fins especulativos ou subexplorados<sup>9</sup>.

Em se tratando de municípios da Zona da Mata Mineira, de acordo com Carneiro (2008) utilizando a média regional e tomando como referência o Decreto n. 84.685/80 e com a Lei n.8.629/93<sup>10</sup>, que determinam as categorias de propriedades em relação a sua dimensão.

Minifúndios são todos aqueles com extensão menor que 26 hectares. Pequenas propriedades são consideradas as com dimensão entre 26 e 104 hectares. Médias propriedades são as com extensão entre 104 e 390 hectares. E grandes propriedades são as que excedem 390 hectares (CARNEIRO:2008:55).

De acordo com dados do censo Agropecuário de 2006, a Zona da Mata Mineira abarca 84.868 estabelecimentos agropecuários dos quais 60.792 (71,63%) têm área inferior a 20 hectares, portanto considerados minifúndios; 19.707 (23,22%) com área inferior a 100 hectares são as pequenas propriedades e 4.369 (5,14%) com área de 100 a mais de 2.500 hectares são consideradas médias e grandes propriedades, conforme Tabela 09.

---

<sup>8</sup> Expresso em hectares e com o valor definido para cada municipalidade, o cálculo do módulo fiscal contempla as características naturais, agrícolas e socioeconômicas dos municípios, levando em conta: a) o tipo de exploração predominante; b) a renda obtida com a exploração preponderante; c) outras explorações existentes que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; d) e o conceito de propriedade familiar do Estatuto da Terra, Lei n.4.504, de 30 de novembro de 1964 (CARNEIRO:2008:54).

Em Minas Gerais, o INCRA, classifica as dimensões dos módulos fiscais, tendo módulo máximo 70 hectares e o módulo mínimo 05 hectare, sendo mais frequente o módulo de 30 hectares (ESTATÍSTICA DO MEIO RURAL – 2010-2011)

<sup>9</sup> BRASIL. Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980. Regulamenta a Lei n.6746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do ITR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 7 de maio de 1980. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. acesso em: 15 jan. 2006. No estudo do espaço agrário regional atual, evitaremos a adoção do termo latifúndio, em virtude de não podermos dimensionar a sua segunda característica: área inexplorada ou subexplorada (CARNEIRO:2008:54).

<sup>10</sup> BRASIL. Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a reforma agrária. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, 26 de fevereiro de 1993. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> acesso em: 15 jan. 2006 (CARNEIRO:2008:55).

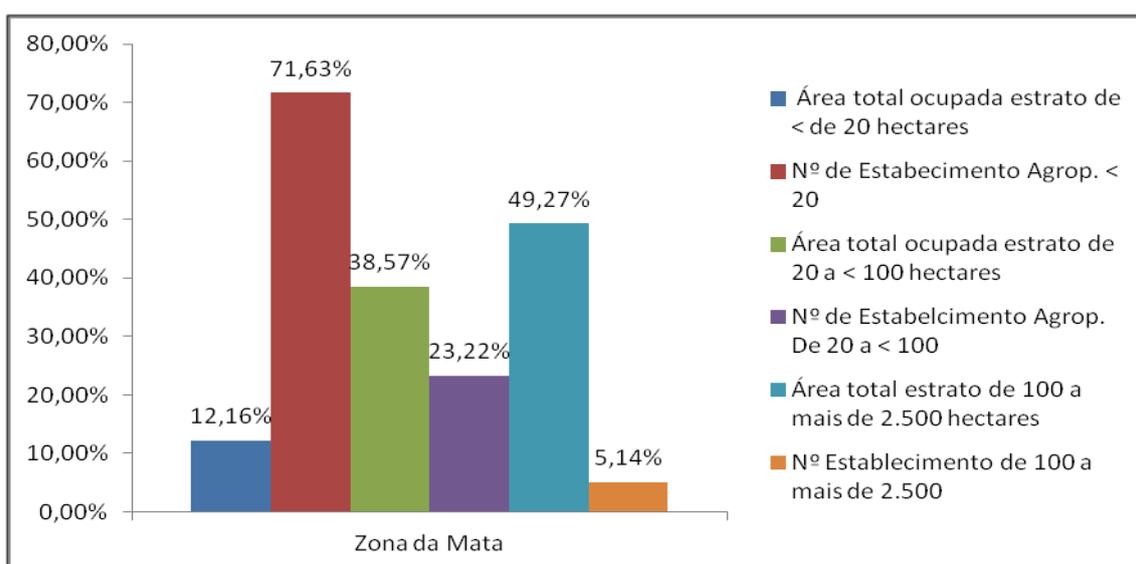
**Tabela 09: Número total de estabelecimentos agropecuários por estrato de área - Zona da Mata Mineira - 2006**

Microrregião	Estratos de área (hectares)				
	Até < 20	20 < 100	100 < 500	500 < 1.000	1.000 a mais 2.500
Manhuaçu	15.372	2.832	435	17	02
Viçosa	14.231	2.839	339	08	02
Muriaé	9.802	3.180	601	33	06
Ponte Nova	7.559	2.655	681	34	13
Ubá	6.813	2.280	300	07	01
Juiz de Fora	3.728	3.752	1.145	76	23
Cataguases	3.287	2.169	597	38	11
<b>Total</b>	<b>60.792</b>	<b>19.707</b>	<b>4.098</b>	<b>213</b>	<b>58</b>

Fonte: Censo agropecuário – IBGE 2006, 2012.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira.

A partir de dados do censo agropecuário pode-se entender mais claramente a estrutura agrária da Zona da Mata Mineira ao confrontar os dados do número de estabelecimentos e da área ocupada. Nota-se que existe um número elevado de propriedades nas faixas de até menos que 100 hectares. Nos estratos de área acima de 100 hectares a situação se inverte, há um menor número de propriedades ocupando quase a metade do espaço agrário, evidenciando a tendência de concentração fundiária, conforme se observa na Figura 14.



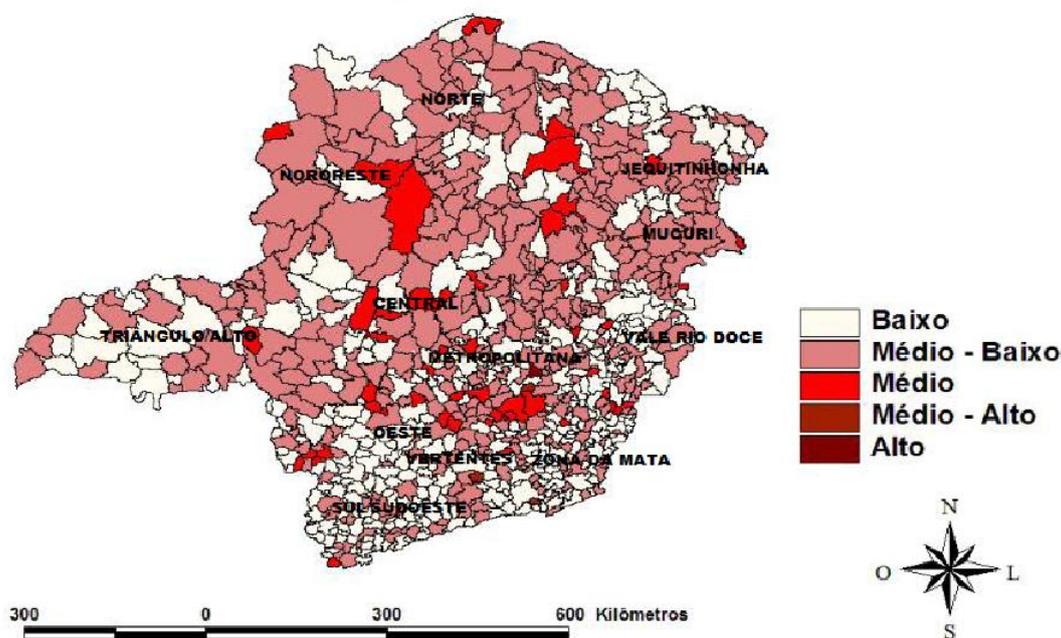
**Figura 14: Número de Estabelecimentos agropecuários e área ocupada em percentual– Zona da Mata Mineira, 2006.**

Fonte: Censo Agropecuário (2006) IBGE (SIDRA) – Ano de 2012.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira

Somando-se a isso o documento final da Agenda de Desenvolvimento da Zona da Mata Mineira (ADZMM:2011) concluiu em suas análises que houve um fraco desempenho econômico na maioria dos municípios entre 1988 a 2008.

De acordo com estudo, a evolução do PIB per capita, alguns municípios da Zona da Mata Mineira (Figura 15), estão em situação pior que muitos outros localizados em regiões mais pobres do estado de Minas Gerais, “como é o caso das mesorregiões do Jequitinhonha e Mucuri, nos quais se observam a prevalência de desempenho médio-baixo e algumas ocorrências de desempenho médio” (ADZMM:2011:6).



**Figura 15: Evolução do PIB per capita dos municípios mineiros entre 1999 e 2008.**

Fonte: Agenda Desenvolvimento Zona da Mata, Relatório Final – UFJF, 2011.

Portanto, a mesorregião da Zona da Mata Mineira apresenta suas especificidades, contradições e desigualdades sociais. A chegada do MST como mediador da luta pela terra na região traz à tona a discussão sobre a reforma agrária e a constituição de assentamentos rurais, não somente como forma de diminuir a pobreza, mas de promover o desenvolvimento rural regional.

### 3.2. A Chegada do MST na Zona da Mata Mineira.

Veja a resposta do dirigente estadual do MST quando perguntado sobre o motivo que levou o Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST) a iniciar a luta pela terra na Zona da Mata Mineira:

Foi fazendo o questionamento sobre a questão agrária aqui na região da Zona da Mata. Primeiro que tinha uma literatura que na Zona da Mata não existia Latifúndio. Então nós resolvemos dar uma averiguada. Averiguando isto, nós descobrimos um latifúndio improdutivo que antes foi uma usina de cana açúcar, 890 hectares. Depois disso, nós descobrimos um outro latifúndio, também improdutivo na cidade de Santana de Cataguases, de 2.800 hectares. E agora recentemente nós descobrimos também um outro latifúndio improdutivo na cidade de Goianá, região da periferia de Juiz de Fora, de 4.683 hectares. Então desvendado o mito, não é verdade que aqui na Zona da Mata não tem latifúndio. Além de ter latifúndio ela tem problemas sociais de ordem econômica, de mão de obra desqualificada, de pobreza concentrada em certas regiões da Zona da Mata. Como a nossa tarefa política é lutar por terra, trabalho e transformação social, isto nos motivou, uma vez que levantando todos estes elementos que estão presentes na zona da Mata, isto motivou O MST a estar aqui presente, fazer luta por terra, trabalho, dignidade, enfim (Dirigente Estadual – MST, 2012).

Percebe-se que os argumentos expressos pelo militante vêm demonstrar que o MST é conhecedor da realidade da estrutura agrária e socioeconômica da Zona da Mata Mineira. No entanto, verifica-se na fala do dirigente o discurso que transcende a luta pela terra e por reforma agrária proveniente do Movimento, que é o desejo político ideológico de transformação social.

Navarro (1997) alerta para o equívoco do caráter revolucionário do movimento, destacando que inexiste no imaginário do sem-terra a possibilidade de rompimento do regime político e econômico dominante.

Segundo o autor os sem-terra estão “interessados, isto sim, em encontrar uma saída para a falta de oportunidades de trabalho e para os limites do acesso à terra em sociedade tão espantosamente desigual como a brasileira” (NAVARRO:1997:88),

Para Novaes (1994) os elementos que têm contribuído universalmente para gerar a necessidade de mediadores são o isolamento, a falta de similaridade entre valores e a “dominação política e econômica para o “bem” ou para o “mal”, isto é, para a reprodução ou para o questionamento da dominação” (NOVAES:1994:178).

Entretanto, por mais contraditória que esta relação possa ser, os trabalhadores que sonham em buscar melhoria das condições de vida em um pedaço de terra, no contexto em que é conduzida a política fundiária nacional, altamente dependente dos movimentos sociais, necessitam dos mediadores, mesmo que os seus projetos ou os seus caminhos para alcançá-la possam ser diferentes e conflitantes.

Dito isto, o início da luta pela terra na Zona da Mata Mineira teve como marco a ocupação da fazenda Santa Helena no município de Visconde do Rio Branco, no dia 14 de junho de 2005, quando cerca de vinte e quatro famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), provenientes dos acampamentos: Carlos Lamarca (Pará de Minas), Olga Benário (Esmeraldas), 02 de julho (Betim), Ho Chi Minh (Juatuba) e Herbert de Souza (Campo do Meio) se deslocaram da mesorregião metropolitana de Belo Horizonte e do Sul do estado de Minas Gerais para uma ocupação pacífica, nas terras pertencentes a uma antiga usina de cana de açúcar (INCRA:2008).

Cabe aqui ressaltar que a fazenda já havia sido desapropriada pelo governo, de acordo com as palavras do dirigente estadual do MST, sendo resultado de muitas lutas e de pressão popular, para resolver conflitos agrários que estavam acontecendo em outras regiões de Minas Gerais.

Várias famílias que estavam em acampamentos na região metropolitana de Belo Horizonte que havia..., sido submetida a sucessivos despejos. E, nós havíamos feitos muitas lutas, muitas marchas e, nós descobrimos que o Governo Federal havia desapropriado uma fazenda na Zona da Mata, em Visconde do Rio Branco, exatamente para tentar resolver estes conflitos. Nós descobrimos que esta fazenda já estava desapropriada, então nós fizemos uma ocupação simbólica. Famílias oriundas da região metropolitana de Belo Horizonte e do Sul de Minas se deslocaram de ônibus, caminhão e carros pequenos trazendo as coisas, as poucas coisas que estas pessoas possuíam. Chegamos aqui em 14 de junho de 2005 (Dirigente Estadual – MST, 2012).

Embora estas famílias tenham se deslocado de outras mesorregiões do Estado, a maioria já havia participado de outros processos migratórios de décadas passadas e permanecido em acampamentos por um período superior a quatro anos, sendo que neste período foram vítimas de vários despejos (INCRA:2008).

Veja a resposta do dirigente estadual quando se perguntou o critério utilizado para conduzir estas famílias para realizar a ocupação da Fazenda

Santa Helena, no município de Visconde do Rio Branco na Zona da Mata Mineira.

Estas famílias moravam em acampamentos na região metropolitana de Belo Horizonte, foi feita uma seleção. E as pessoas que queriam terra, mas que estavam dispostas a se deslocar da capital para o interior. E fez essa seleção então das famílias que tinham vontade de vir. Foi feito a escolha de cerca de vinte e duas famílias. Outras famílias já eram então agregadas do antigo fazendeiro. Então, vieram vinte e duas (22) famílias da região metropolitana pra ocupar aqui e serem donos dos seus sonhados pedaços de terra. (Dirigente Estadual - MST, 2012).

A ação contou com a contribuição e o apoio de estudantes da Universidade Federal de Viçosa.

Esta ocupação foi fruto de uma aliança política entre, como eu posso dizer, uma parceria entre estudantes organizados da Universidade Federal de Viçosa mais o MST; uma ocupação feita então com esta parceria (Dirigente Estadual – MST, 2012).

Após a ocupação, de acordo com o dirigente entrevistado, foram construídos os barracos de lona, as famílias seguindo as orientações do Movimento tomaram como primeira medida a organização em três núcleos.

A partir de então, nestes núcleos foram constituídos os principais serviços e tarefas que são denominados por setores: segurança, saúde, lazer, finanças, alimentação, produção, higiene, educação, tendo cada função um responsável.

Também foi constituída a coordenação do acampamento, composta por 01 coordenador e 01 coordenadora de cada núcleo instituído; 02 coordenadores de área, que são os responsáveis pelas informações no acampamento; 01 dirigente estadual; 01 representante de cada um dos setores criados.

Para sobreviverem no período da ocupação, às famílias acampadas recebem cestas básicas compostas por produtos alimentícios básicos tais como feijão, arroz, farinha, óleo de soja, açúcar cristal, macarrão, leite em pó etc. Esta ajuda é fruto do programa Fome Zero numa parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Governo Federal (CONAB).

Após quase quatro meses da ocupação, houve o Ato da criação do assentamento oficializado pela Portaria nº 110, de 11, de outubro de 2005, da

Superintendência Regional do INCRA do Estado de Minas Gerais (SR06). O assentamento foi denominado Olga Benário<sup>11</sup>.

A fim de homenagear uma grande lutadora, as famílias escolheram o nome de Olga Benário para batizar o Assentamento. Este era o nome de um dos acampamentos de origem de um grupo de famílias que foram assentadas (INCRA:2008:52).

A área destinada para o assentamento foi de 759,9060 hectares. Deste total 216,7219 hectares foram destinados à Reserva Legal e 75,9849 hectares são Áreas de Preservação Permanentes (APPs) (INCRA:2008).

No entanto, a criação do primeiro assentamento de reforma agrária na Zona da Mata Mineira aconteceu de maneira peculiar: a fazenda já havia sido desapropriada desde 19 de maio 2004 (Relatório INCRA SR 06). A sua ocupação foi pacífica, não havendo confronto com o proprietário e nem o envolvimento de famílias da região no ato da ocupação da mesma.

Nesse sentido logo após a criação do assentamento Olga Benário, para fortalecer a sua presença na região, o MST organizou outras duas ocupações de terras nos municípios de Santana de Cataguases e Goianá que serão abordadas nos próximos itens.

### **3.2.1. O Município de Santana de Cataguases e a Ocupação da Fazenda da Fumaça.**

O povoado surgiu ao redor da Igreja de Santana por volta de 1863. A comunidade pertencia ao município de Cataguases. O Distrito teve sua emancipação política em 1962, tendo como a base de sua economia a produção de café, porém com a crise de 1929 e, conseqüentemente, a queda do preço do café, vários fazendeiros foram à falência. As atividades econômicas do município foram diversificadas, destacando-se, atualmente, a cultura do arroz, produção de leite e carne (SANTANA DE CATAGUASES:2012).

---

<sup>11</sup> Olga Benário Prestes nasceu de uma família judia em Munique, na Alemanha, em 12 de fevereiro de 1908. Em 1934, recebe a missão internacionalista de acompanhar, na condição de segurança pessoal, Luís Carlos Prestes ao Brasil, para que este liderasse a revolução de 1935. Na longa viagem se apaixonam No início de 1936, é presa, no subúrbio carioca de Caxambi. Em setembro de 1936 foi deportada para a Alemanha e, em fevereiro de 1942 é assassinada na câmara de gás (INCRA:2008:52).

Segundo os dados do Censo demográfico do IBGE (2010) a população total do município é de 3.622 habitantes. Sendo que deste total 2.917 são residentes em área urbana e 705 na zona rural.

A ocupação da fazenda da Fumaça de 2.800 hectares aconteceu no dia 01 de maio de 2006 com a participação de 32 famílias (CPT- 2010). Segundo o relato de um dos militantes dado ao jornalista Jacyntho Batalha (2006) a ação contou com mais de cem famílias oriundas de Santana de Cataguases e de municípios circunvizinhos.

E aí deu neste grande acampamento que a gente tá fazendo aqui, com mais de cem famílias acampadas aqui hoje (Militante – Zequinha, 2006).

Nota-se que há um desencontro em relação ao número de famílias participantes nesta ocupação. Os dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) são bem menores que os informados pelo militante do MST. Nesse sentido é preciso haver seriedade, tanto por parte das Instituições de pesquisa quanto dos militantes dos movimentos sociais na divulgação destes dados, o que facilitaria a leitura desta realidade. As pessoas envolvidas na luta pela terra não podem ser consideradas apenas como número, ou seja, massa de manobra, pois se trata de trabalhadores em busca de melhores condições de vida, dignidade e cidadania.

De acordo com as imagens cedidas pelo jornalista Jacyntho Batalha (2006), as famílias ocuparam uma área próxima à sede da fazenda e iniciaram os preparativos e a limpeza do local escolhido para construção dos barracos e formação do acampamento. A partir de então, conforme as orientações do MST, as famílias se organizaram em núcleos, foram constituídos os diversos setores: segurança, educação, higiene, disciplina, finanças, produção, saúde, entre outras necessidades.

Após esta formação foi definida a coordenação do acampamento formada por dois representantes de cada núcleo de família sendo um representante de cada setor instituído, dois coordenadores de área, um dirigente estadual e um coordenador de Brigada.

A Brigada, segundo o militante do MST, é uma nova estratégia de atuação, visando a uma divisão de poder entre as lideranças do movimento.

A Brigada é um termo militar que a gente usa para definir um certo grupo organizado. Antigamente, nós não nos organizávamos por brigadas, nós nos organizávamos por região. Então se você pega a região da Zona da Mata, com certeza a região da zona da mata é maior do que muitos países que existe no mundo. Então, você vai colocar um dirigente político para coordenar a Zona da Mata, é uma coisa muita ampla, muito grande. Então nós decidimos que 200 famílias formam uma brigada. Então isto significa se nós fizermos mais quatro acampamentos aqui na zona da mata e nós tivermos 400 famílias, nós vamos ter duas brigadas. Porque a gente dividindo em brigadas, a gente também divide poder. Se tem duas brigadas, ao invés de ter um dirigente, tem dois, ao invés de ter um coordenador de brigada tem dois, ao invés de ter um coordenador de saúde têm vários (Dirigente Estadual – MST, 2012).

De acordo o dirigente estadual a Brigada já está sendo utilizada pelo MST em outros estados. A opção por sua utilização em Minas Gerais foi referendada no encontro estadual, ocorrido no município de Teófilo Otoni, no ano de 2005. Nesse sentido, Magno (2011) já chamava a atenção de que na afirmação de sua territorialidade, os movimentos sociais têm se recriado, com novas formas de organização, de produção e de existência coletiva (MAGNO:2011).

A nossa brigada na Zona da Mata é a Brigada Manuel Marulanda. (...) Como ela está dentro de uma região, a nossa regional chama Antônio Ventura que também é uma homenagem a um outro companheiro que no dia da nossa ocupação no Dênis Gonçalves o companheiro morreu (Dirigente Estadual – MST, 2012).

Então a Brigada envolve as famílias do assentamento Olga Benário e do acampamento Francisco Julião, sendo composta por 01 (um) dirigente Estadual; Frente de Massa, 01 Coordenador da Brigada e representantes dos setores já constituídos no assentamento e acampamento.

Entretanto, os assentamentos e acampamentos são espaços sociais totalmente distintos. D’Incao e Roy (1995) enfatizam que os interesses nos acampamentos são homogêneos, o objetivo é obter um pedaço de terra. “Nessa ocasião, tanto os trabalhadores como os agentes externos participantes das mobilizações tinham uma mesma aspiração e um mesmo objetivo: a conquista da terra” (D’INCAO e ROY:1995:30). Nos assentamentos as peculiaridades afloram, cada família tem em mente seu próprio projeto de vida e que nem sempre as decisões dos mediadores são bem aceitas pelos trabalhadores.

E, agora, o desejo de autonomia na terra conquistada se encarregaria de fazer emergir as muitas diferenças existentes entre essas famílias singulares. Diferença de idade, de composição da família, de conhecimento agrícola, etc. diferenças de trajetórias de vidas e, conseqüentemente de objetivos, de sonhos e de fantasia que, necessariamente, tornariam mais complexas as negociações entre eles mesmos e com seus assessores (...). Homens que haviam enfrentado, juntamente com suas famílias, toda sorte de adversidade para chegar a terra conquistada. Que aspiravam liberdade e tinham um projeto de autonomia para ser realizado nessa terra (INCAO e ROY:1995:31).

Percebe-se que a organização em Brigada é uma estratégia mais em função do projeto político dos dirigentes e lideranças do Movimento que uma necessidade das famílias, pois de acordo com a fala do dirigente esta forma de organização surge no contexto nacional e não da especificidade das famílias envolvidas neste processo.

### **3.2.2. O Acampamento Francisco Julião.**

Segundo os entrevistados, foi o sonho de conquistar a terra que os induziu a participar de sua primeira ocupação. Porém, ainda sem experiência dos problemas inerentes à luta pela reforma agrária as famílias criaram certa expectativa de celeridade em alcançar o pedaço de terra que, no entanto, não se concretizou plenamente.

Naquela época basicamente o sonho de ter um pedaço de terra. Meu esposo me acompanhou pelo mesmo motivo, ter um pedaço de terra (Ex-acampada (01) Francisco Julião, 2012).

Muita euforia, muito trabalho, muito sonho e eu pensava que seria realizado assim, rapidamente, sabe (Ex-acampado (01) Francisco Julião, 2012).

Após a euforia dos primeiros dias, de acordo com os entrevistados as dificuldades de viver em um acampamento que era totalmente desconhecido por eles foram surgindo.

No início foi aquela euforia total, algo novo. Você não tinha conhecimento, tinha vontade de lidar com a terra mais conhecimento mesmo a gente não tinha não, de como que a coisa funcionava (Ex-acampado (01) Francisco Julião, 2012).

Eu não tinha ideia de como seria um acampamento. Foi bastante difícil, apesar de que eu cheguei ao acampamento mesmo, 15 dias depois da ocupação. Mas, foi uma reação assim bem dolorida, foi no mês de maio, um mês muito frio. Foi complicado (Ex-acampada (01) Francisco Julião, 2012).

Passados quase seis meses da ocupação, no dia 20/11/2006 foi realizada a primeira audiência judicial com o Juiz Agrário no Fórum do município de Cataguases. Porém o que resultou de concreto desta audiência foi a negociação da mudança do acampamento para outro local dentro da fazenda no prazo de trinta dias.

Este acordo teve como consequência a queda do número de famílias acampadas, pois várias famílias estavam com dificuldades financeiras e não conseguiram adquirir os materiais para construção dos barracos em outro local e desistiram da luta. Além disso, a demora na decisão judicial também foi causa de abandono do acampamento.

Por um lado, as famílias que permaneceram no acampamento Francisco Julião começaram a cultivar a terra produzindo arroz, mandioca, feijão, amendoim, verduras e legumes, tanto para a subsistência quanto para a comercialização. A produção excedente era adquirida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Governo Federal e encaminhada para as três escolas do município de Santana de Cataguases.

Por outro lado, segundo o dirigente estadual a militância do Movimento solicitava ao INCRA que fizesse vistorias em diversas fazendas improdutivas na região, entre as quais constava a fazenda Fortaleza de Santana localizada no município de Goianá.

### **3.3. O Município de Goianá- MG e a Ocupação da Fazenda Fortaleza de Sant' Anna.**

O distrito de Goianá obteve sua emancipação política em 1995 (GOIANÁ:2012). Na década de 2000, de acordo com dados do censo demográfico do IBGE 2010, o município teve uma perda de 24,25% de sua população rural, representando em 2010 apenas 18,85% de sua população total (Quadro 03). Esse é um fato concreto na maioria dos pequenos municípios da Zona da Mata Mineira, devido à inexistência de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural visando os minifúndios e as pequenas propriedades, o que dificulta a permanência das pessoas no campo.

**Quadro 03: População total e população rural do município de Goianá-MG, no período de 2000 a 2010.**

Pop. Total 2000	Pop. Rural 2000	Pop. Total 2010	Pop. Rural 2010
3.323	911	3.659	690

Fonte: IBGE (SIDRA), 2012.

Em 2009, a Fazenda Fortaleza de Sant' Anna de 4.321 hectares foi vistoriada pelo INCRA e dada como improdutiva, portanto passível de desapropriação por interesse social, para fins da reforma agrária. Esta fazenda foi doada em carta de Sesmarias a uma família influente da época e tinha na produção de café e na escravidão a base de sua economia. As terras desta fazenda estão localizadas nos municípios de Goianá, Coronel Pacheco, Chácara e São João Nepomuceno. A ocupação da Fazenda Fortaleza de Sant' Anna, de acordo com o entrevistado, aconteceu no dia 25 de março de 2010, às 05h50min, tendo como protagonistas os militantes do MST, estudantes das Universidades Federais de Juiz de Fora e Viçosa e com o apoio dos sindicatos de Juiz de Fora. Dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT-2011) informa que 50 famílias participaram desta ocupação.

A ocupação foi monitorada pelo Estado, deslocando para o local o Pelotão de Choque da Polícia Militar. Em seguida, após o processo de negociação, (Fig. 16) houve a retirada dos policiais do local.



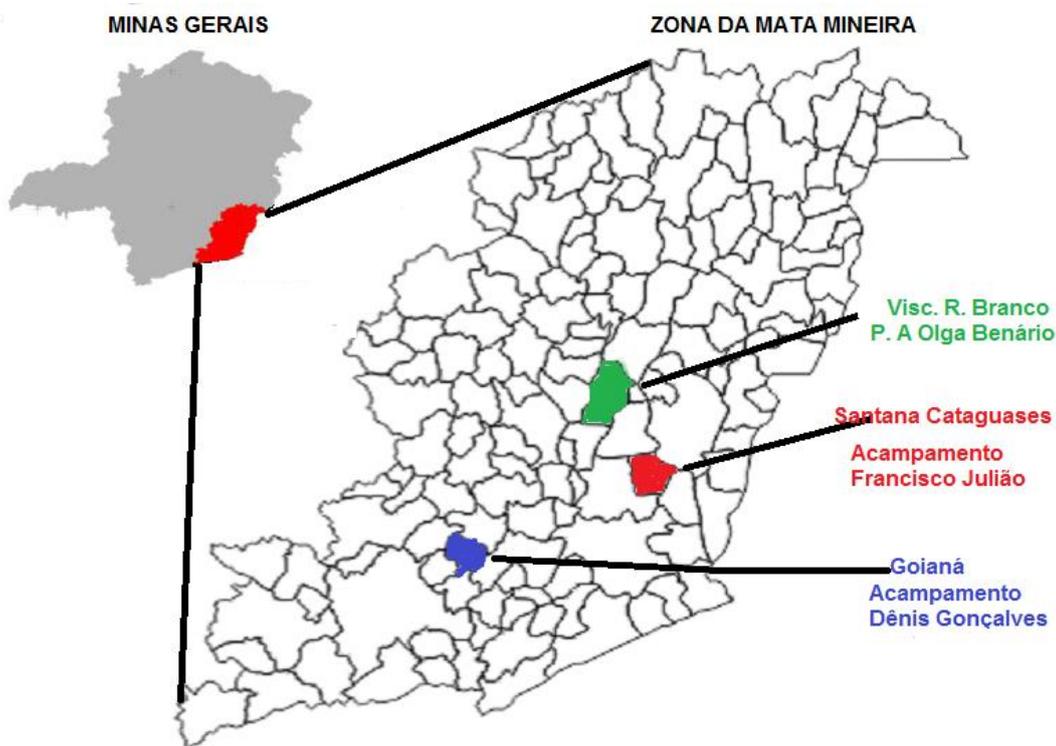
**Figura 16: Negociação entre a Polícia Militar e os Militantes MST Fazenda Fortaleza de Sant' Anna, 2010.**

Fonte: Notícias fora do Ar- Imprensa Juiz de Fora, 2010.

Ainda segundo o entrevistado, o MST autorizou o acompanhamento de uma equipe de reportagem de uma emissora de televisão regional, o que resultou em uma ampla divulgação tanto televisiva no noticiário regional quanto no blog dos repórteres.

Aqui vale um ponto de reflexão: por que para acompanhar uma ação de ocupação de terra, a imprensa teria que ter uma permissão do Movimento? Se a ocupação é legítima do ponto de vista da área ser improdutiva e não está cumprindo a sua função social, a divulgação do ato e do fato, por meio dos órgãos de comunicação, em muito contribuiria para que a opinião pública viesse a entender o que realmente está acontecendo ao seu redor e a partir daí manifestar-se de forma imparcial sobre esta questão.

Na Figura 17, pode-se visualizar os municípios de Santana de Cataguases e Goianá onde se inserem respectivamente os acampamentos Francisco Julião e Dênis Gonçalves e o município de Visconde do Rio Branco, onde está situado o assentamento Olga Benário.



**Figura 17: Divisão Territorial - Municípios Zona da Mata Mineira – Minas Gerais. Em destaque s municípios de Visconde do Rio Branco, Santana de Cataguases e Goianá.**

Fonte: IBGE, 2012.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira

O acampamento foi denominado Denis Gonçalves, nome de um integrante do Movimento, assentado no Olga Benário, no município de Visconde do Rio Branco que veio a falecer em consequência de um acidente automobilístico em uma rodovia próxima ao assentamento.

Passados alguns dias da ocupação, as famílias foram divididas em núcleos de base, de acordo com a trajetória e afinidades das famílias e formaram-se os setores: higiene, educação, produção, saúde, alimentação, segurança, etc, tendo como objetivos organizar o cotidiano no acampamento e dar assistência às famílias.

Em julho de 2010 houve a primeira audiência no Fórum do município de Rio Novo, onde os advogados do fazendeiro solicitaram a mudança de local do acampamento, mas não houve acordo. A audiência prosseguiu sem maiores resultados e os trabalhadores retornaram ao acampamento a espera dos trâmites legais do processo da fazenda na justiça.

Enquanto isso as famílias que estavam acampadas na Fazenda da Fumaça em Santana de Cataguases também aguardavam, desde o dia 1º de maio de 2006, por uma decisão da justiça que veio a acontecer no dia 04 de novembro de 2010, após três anos e sete meses de ocupação, com a liminar de reintegração de posse e a decepção do acampado.

De início foram cadastradas 185 famílias. No dia da ocupação 85 famílias e chegamos a 185 famílias. No final que deu a reintegração lá o pessoal já tinha abandonado. Porque lá a promessa de que ia sair rápido e depois de 04 anos deu a reintegração. No final a gente chegou com 40 famílias (Ex-acampado (02) Francisco Julião, 2012).

Por meio do relato do entrevistado é possível perceber a inexistência da democratização do acesso a informações entre as lideranças do Movimento e as famílias acampadas, principalmente em relação aos riscos inerentes a ocupação, os possíveis percalços que essas famílias terão que enfrentar após o ato da ocupação, a morosidade de todo o processo da luta pela terra, além da possibilidade de reintegração de posse da área ocupada.

As famílias acampadas se retiraram pacificamente do local e diluíram-se de forma quase integral, a maioria das famílias desistiram de prosseguir na luta, poucas famílias persistiram e rumaram para o acampamento do MST no município de Goianá- MG.

No entanto a decisão Judicial em relação à fazenda Fortaleza de Sant'Anna veio a acontecer no dia 18 de dezembro de 2010, também sendo favorável ao proprietário com a liminar de reintegração de posse.

Após o despejo as famílias acamparam próximo à entrada da fazenda, ao lado da rodovia estadual MG 353 Coronel Pacheco- Rio Novo.

Após quase um ano do acampamento, no dia 23 de dezembro de 2011, a presidente da república Dilma Rousseff assina o decreto autorizando ao INCRA iniciar os procedimentos legais para a desapropriação da fazenda. O Decreto foi publicado no Diário Oficial da União, do dia 26 de dezembro de 2011.

Art.1º - Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Fortaleza de Santana", com área registrada de quatro mil seiscentos e oitenta e três hectares e sessenta ares, e área medida de quatro mil trezentos e vinte e um hectares trinta e um ares e trinta e três centiares, situada nos municípios de Goianá, Coronel Pacheco, Chácara e São João Nepomuceno, objeto da Matrícula nº 4.926, fls. 167, Livro 2-X, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Novo, Estado de Minas Gerais (Processo INCRA/SR-06 /nº 54170.007010/2009-90).

Passado mais de um ano do acampamento à beira da rodovia MG 353 e um mês da emissão do Decreto de desapropriação do imóvel, o MST articulou a visita do superintendente Regional do INCRA em Minas Gerais, (SR-06) Carlos Alberto Menezes Calazans ao acampamento Dênis Gonçalves que ocorreu no dia 26 de janeiro de 2012.

A visita teve como objetivo sensibilizá-lo das condições precárias em que as famílias se encontravam morando em barracos improvisados há mais de um ano à beira da rodovia. Na Figura 18 pode-se visualizar o Superintendente do INCRA em conversa com os acampados, lideranças do MST e parceiros.



**Figura 18: Visita do Superintendente do INCRA SR (06) ao acampamento Dênis Gonçalves, Goianá – MG, ano de 2012.**

Fonte: acervo do autor, 2012.

Neste mesmo dia o MST organizou uma manifestação (Fig. 19) em protesto à atitude do prefeito local que estava deixando de oferecer atendimento médico aos acampados e a prestação de serviço de coleta de lixo no acampamento Denis Gonçalves. A Manifestação teve início com uma caminhada do acampamento até a sede da prefeitura, percorrendo alguns quilômetros da MG-353 - Coronel Pacheco- Rio Novo.



**Figura 19: Manifestação do MST- caminhada de 5 km na MG 353 – Coronel Pacheco/Rio Novo até a Prefeitura Municipal de Goianá-MG, ano de 2012.**

Fonte: Acervo do autor, 2012.

Ao final da caminhada, houve um ato público em frente à sede da prefeitura local (Fig.20), resultando na concessão de audiência com o prefeito com a participação dos parceiros e do Superintendente do INCRA, em que foi firmado o compromisso de assistência da prefeitura aos acampados.



**Figura 20: Ato público em frente à sede da Prefeitura de Goianá, MG, 2012.**

Fonte: Acervo do autor, 2012.

Atualmente, segundo o dirigente estadual do MST mais de cem famílias continuam acampadas em barracos improvisados às margens da rodovia MG-353, próximo à entrada da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna, conforme Figura 21.

Nós estamos atualmente com mais de cem famílias acampadas na beira da BR aguardando o sinal do Governo Federal para efetivar a arrecadação da terra, para passar para o INCRA e, posteriormente, o INCRA, legitimar as famílias e passar estas terras para as mãos dos trabalhadores (Dirigente Estadual MST – Maio de 2012).



**Figura 21: Vista panorâmica do acampamento Dênis Gonçalves, Goianá-MG, ano de 2012.**

Fonte: Acervo do Autor, 2012.

De acordo com as informações do dirigente estadual, estão acampadas no Dênis Gonçalves, famílias oriundas de municípios circunvizinhos, tais como Coronel Pacheco, Rio Novo, Goianá, Rio Pomba, Chácara, Juiz de Fora e de outros acampamentos do MST.

Para sobreviverem os trabalhadores acampados exercem diversas atividades, trabalhando nas propriedades rurais próximas ao acampamento e fazendo bicos no município de Goianá. Entretanto não deixam de produzir alguns alimentos cultivando hortaliças e grãos nas pequenas faixas disponíveis entre os barracos e a rodovia, conforme Figura 22.



**Figura 22: Horta comunitária das famílias do acampamento Dênis Gonçalves- Goianá-MG, ano de 2012.**

Fonte: Acervo do Autor, 2012.

Portanto, a luta pela terra e por reforma agrária ainda esta sendo gestada na mesorregião da Zona da Mata. No entanto, percebe-se um descompasso entre o discurso político militante de transformação social do Movimento e o objetivo de lutar por um pedaço de terra expresso pelas famílias envolvidas neste processo, deixando evidenciar que o objetivo destas famílias é com a terra e não com a ideologia do Movimento.

Nota-se que os militantes ao arregimentar as famílias para entrar para o Movimento não estavam prestando os esclarecimentos necessários sobre os perigos e as dificuldades inerentes ao doloroso processo de luta pela terra.

A demanda pela terra é real e o debate entre os envolvidos neste processo se faz necessário. A reforma agrária deve ser integrada a uma política de desenvolvimento rural visando o fortalecimento das pequenas propriedades. Nesse sentido, há mais de duas décadas Navarro (1997), já sinaliza que o MST deveria contribuir neste debate.

Uma exigência que é atualmente submetida ao Movimento refere-se à necessidade de ampliar suas propostas para o “mundo rural”, extrapolando os limites de seu público interno (os sem-terra) e introduzindo-se no debate sobre o “desenvolvimento rural”, incluindo neste campo os outros setores sociais rurais (particularmente os agricultores familiares), o Estado e suas políticas, empresas agroindustriais, prefeituras e segmentos sociais das pequenas e

médias cidades do interior, estratos profissionais que têm no campo sua área de atuação, entre tantos outros setores sociais que estariam interessados, potencialmente, em dinamizar a economia e a transformação social nestas regiões (NAVARRO:1997: 87:88).

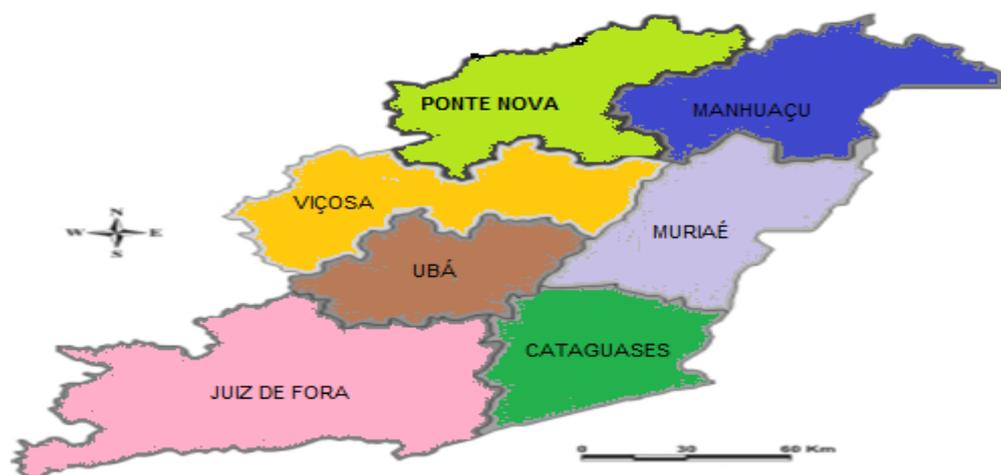
No próximo capítulo será abordada a materialização da ocupação consolidada com a criação do assentamento Olga Benário, a microrregião onde o assentamento se insere, a trajetória destas famílias na luta pela terra e como elas expressam, atualmente, seus problemas e suas perspectivas em relação ao futuro e a emancipação do assentamento.

## CAPÍTULO 4

### 4. O PROJETO DE ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO

#### 4.1. A Microrregião de Ubá.

A microrregião de Ubá, onde se insere o assentamento Olga Benário, é uma das sete microrregiões que compõem a Zona da Mata Mineira, conforme Figura 23.

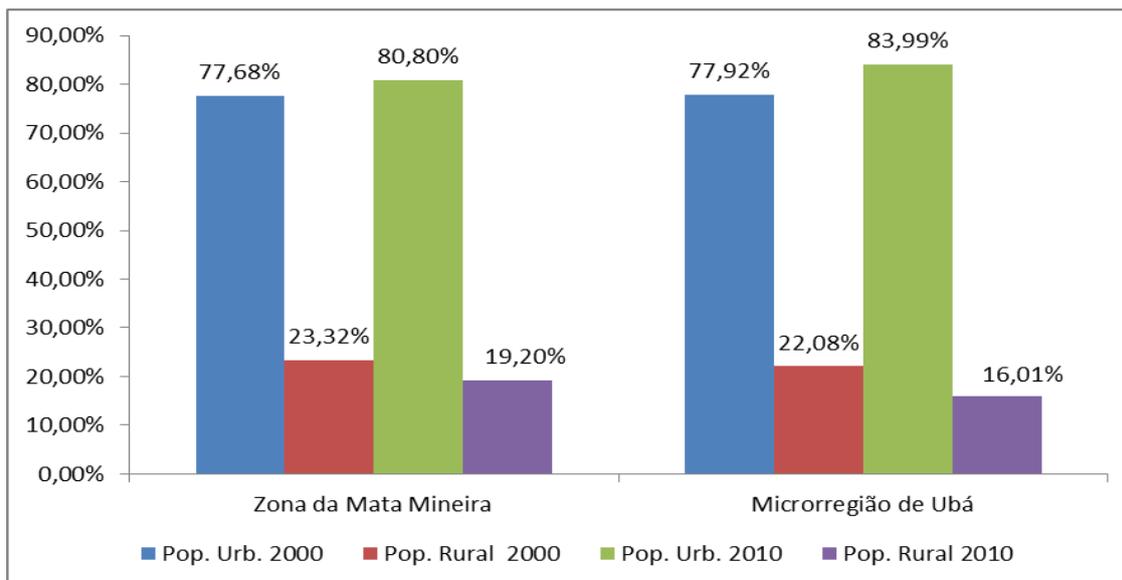


**Figura 23: Divisão Microrregional da Zona da Mata Mineira, MG.**

Fonte: IBGE, 2011.

Em 2000 de acordo com dados do IBGE, a microrregião de Ubá contava com uma população residente de 241.688, sendo 77,92% considerada urbana e 22,08% rural. Em 2010, a população aumentou para 269.650, sendo que 226.475 (83,99%) são residentes em área urbana e 43.175 (16,01%) em área rural, evidenciando a tendência de queda de sua população rural.

Esta tendência de queda da população rural também ficou evidente na zona da Mata Mineira, porém de forma menos acentuada. No ano de 2000 a sua população total era de 2.030.856 e a população rural era de 473.625 habitantes (23,32%). Em 2010 a população chegou a 2.173.374 habitantes, sendo 1.756.051, ou seja, 80,79% da população residentes na área urbana, e 19,21% na área rural. Conforme pode-se visualizar na Figura 24.



**Figura 24: População da Zona da Mata Mineira e Microrregião de Ubá, nos períodos de 2000 a 2010.**

Fonte: SIDRA IBGE, 2012.

Elaboração: Manoel Tadeu Teixeira

Em relação à expansão populacional da microrregião de Ubá, comparando os censos demográficos de 2000 e 2010, verifica-se uma tendência de queda na população rural em 15 dos seus 17 municípios, em destaque o município de Ubá que teve uma queda bem acentuada, conforme Tabela 10.

**Tabela 10: Dados demográficos da população urbana e rural dos Municípios da microrregião de Ubá, MG, 2000 a 2010.**

Município	Pop. Urb. (2000)	Pop Urb. (2010)	Pop. Ru (2000)	Pop.Ru. (2010)	Pop.T. (2000)	Pop. T (2010)
Ubá	76.687	97.636	8.378	3.883	85.065	101.519
V. R Branco	25.889	31.380	6.709	6.562	32.598	37.942
Rio Pomba	13.290	14.454	3.069	2.656	16.359	17.110
Tocantins	11.347	12.909	3.658	2.914	15.005	15.823
Ast. Dutra	10.342	11.882	1.463	1.167	11.805	13.049
Piraúba	8.502	8.814	2.638	2.048	11.140	10.862
Mercês	6.155	7.256	3.906	3.112	10.061	10.368
São Geraldo	5.344	7.270	2.372	2.993	7.716	10.263
Guiricema	3.955	4.225	5.304	4.482	9.259	8.707
Guarani	6.205	6.876	2.315	1.802	8.520	8.678
Sen Firmino	3.998	4.683	2.600	2.547	6.598	7.230
Guidoval	5.304	5.199	2.186	2.007	7.490	7.206
Rodeiro	4.309	5.556	1.066	1.311	5.375	6.867
D. do Turvo	1.877	2.030	2.922	2.432	4.799	4.462
Tabuleiro	2.595	2.701	1.977	1.378	4.572	4.079
Divinésia	1.494	2.175	1.694	1.118	3.188	3.293
Silveirânea	1.021	1.429	1.117	763	2.138	2.192
<b>Total</b>	<b>188.314</b>	<b>226.475</b>	<b>53.374</b>	<b>43.175</b>	<b>241.688</b>	<b>269.650</b>

Fonte: IBGE – SIDRA, 2012.

Vale ressaltar que 53% dos municípios da microrregião têm uma população inferior a dez mil habitantes. O município de Visconde do Rio Branco representa a segunda maior população da microrregião, perdendo apenas para o município polo de Ubá, juntos eles representam 51,71% da população total da microrregião.

Ao comparar os dados do número total de estabelecimentos agropecuários da microrregião de Ubá, através do censo agropecuário de 1995 e 2006, verifica-se uma tendência de aumento dos minifúndios e das pequenas propriedades e uma retração do número de médias e grandes propriedades.

Em 1995, na microrregião de Ubá os minifúndios (estrato de área menor que 20 hectares) representavam 65,83% do número total de estabelecimentos, as pequenas propriedades (estratos de área menor que 100 hectares) 28,41%, as médias (estrato de área de 100 a menos que 500) 5,59% e as grandes propriedades (estrato de área maior que 500 hectares) 0,15%.

Em 2006 os minifúndios representavam 72,46%, as pequenas propriedades 24,24%, as médias propriedades 3,20%, e as grandes propriedades 0,08% do total do número de estabelecimentos rurais, o que evidencia uma tendência do aumento na porcentagem de minifúndios e uma diminuição das propriedades nos estratos das demais áreas (Quadro 04).

**Quadro 04: Número Total de Estabelecimentos Agropecuários (E.A) por estrato de área– Microrregião Ubá -1995 e 2006.**

Ano	Estratos de área (hectares)			
	Até < 20	20 < 100	100 < 500	500 a + 2.500
1995 (Nº Total E.A)	5.071	2.188	431	12
2006 (Nº Total E.A)	6.813	2.280	301	08

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário – SIDRA, 2012.

Percebe-se a existência de grandes áreas com a redução do número de proprietários e o aumento do fracionamento de terras que dá origem a milhares de minifúndios e pequenas propriedades. Portanto, o espaço agrário microrregional possibilita compreendermos onde o assentamento Olga Benário se insere. No próximo item destacamos o município de Visconde do Rio Branco, universo empírico da pesquisa.

## 4. 2. Visconde do Rio Branco e o assentamento Olga Benário

O município de Visconde do Rio Branco foi fundado em 1787, pelo padre Manoel de Jesus Maria, tendo o batizado de São João Batista do Presídio<sup>12</sup>. No entanto, quando em sua emancipação de categoria de vila para cidade em 1882, passou a ser denominado de Visconde do Rio Branco, em homenagem a José da Silva Paranhos, autor da Lei do Ventre Livre.

Em 1941 o município sofre outra mudança, passando a denominar-se Rio Branco, porém em 1943 retorna para Visconde do Rio Branco, denominação que permanece até dias atuais (PDA-INCRA:2008). O município teve por mais de um século na monocultura da cana de açúcar a matéria prima de sua economia através do Engenho Central Rio Branco, fundado em 1855, sendo a mola propulsora da economia do município, criando milhares de emprego (VISCONDE DO RIO BRANCO:2004).

Ao procurar entender a história de Visconde do Rio Branco Simoncini (2011) traz um trecho do jornal impresso local “O Cicerone” que em sua edição de 1985 pag. 03 divulga informações sobre o centenário da Usina destacando a presença do Imperador no dia de sua inauguração em 07 de setembro de 1855.

Nesta data nascia a Usina Rio Branco oriunda de um sonho antigo da região, mas nem por isso acanhada em suas pretensões, afinal era a primeira Usina de Açúcar das Minas Gerais. Recebeu suas bênçãos do Padre Severiano Anacleto Varela, pároco de Rio Branco e contou com a presença do Imperador Pedro II e sua esposa, além da comitiva que incluía nomes como Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, Ministro da Marinha Imperial (SIMONCINI:2011:57 apud O CICERONE:1985:03).

A empresa cresceu e suas instalações foram sendo ampliadas surgindo a Usina São João II. Entretanto, houve um enfraquecimento no setor açucareiro brasileiro e diversas crises afetaram a economia nacional, conseqüentemente levando a Companhia Açucareira Riobranquense, em meados da década de 1990, a desativar as suas atividades no município. Na Figura 25, pode-se visualizar as suas edificações em completo abandono e destruídas pelo tempo.

---

<sup>12</sup> Segundo o Barão de Eschwege, “dá-se aqui o nome de presidio o lugar onde se estabelece as forças militares destinadas a defesa ou civilização dos índios, bem como a prevenção do contrabando (SOARES:2009:05).



**Figura 25: Instalações onde funcionava a usina de açúcar - Visconde do Rio Branco-MG, ano de 2012.**

Fonte: Acervo do Autor, 2012.

Atualmente a economia do município conta com o complexo da empresa Pif-Paf alimentos integrando o abatedouro de frango e a fábrica de ração, possibilitando um número razoável de empregos; a indústria de suco Tial e a fábrica de polpa de frutas AGROFRUIT. Além das médias e pequenas empresas e indústrias. De acordo com os dados do IBGE (2010) em 2009 foram gerados 9.209 empregos no município.

Em se tratando da estrutura fundiária do município de acordo com os dados disponíveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), em 2002 constavam 1.116 propriedades em uma área de 31.080,80 hectares.

Tendo como predominância as pequenas propriedades com área de até 50 hectares que representam 1.041 propriedades, ou seja, 93,27% do total das propriedades ocupando 51,43% da área total cadastrada. Por outro lado os estratos de áreas acima de 50 hectares somam 75 propriedades, ou seja, 6,73% ocupam 10.391,60 hectares (48,56%), conforme Tabela 11.

**Tabela 11 - Estrutura Fundiária do município de Visconde do Rio Branco, MG, 2002.**

Área Hectare	Nº de Imóveis	Área Total (hectare)
Até 5 Hectares	358	1.076,00
De 6 até 10	321	2.344,80
De 10 até 50	362	7.583,60
De 50 até 100	43	3.011,80
De 100 até 500	31	6.511,00
De 500 até 1.000	01	868,80
De 1.000 até 5.000	XXXX	XXXX-
Mais de 5.000	XXXX	XXXX-
<b>Total</b>	<b>1.116</b>	<b>21.396,80</b>

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural - INCRA, 2008.

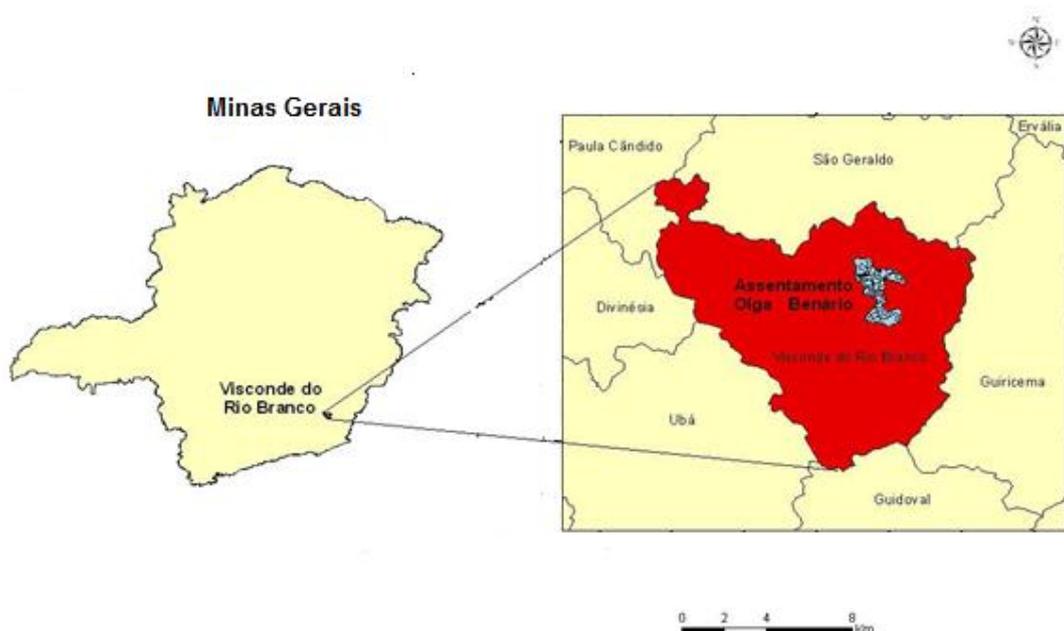
Nota-se a existência de uma única propriedade cadastrada acima de 500 hectares, a Fazenda Santa Helena, sendo esta justamente onde foi implementado o primeiro Projeto de Assentamento (PA) de reforma agrária da Zona da Mata Mineira, criado pela Portaria nº 110 de 11 de outubro de 2005 da Superintendência Regional do INCRA do Estado de Minas Gerais (SR06).

Porém, mesmo antes de sua criação, parte das famílias atualmente assentadas já haviam ocupado esta propriedade por uma decisão política do MST com o intuito de pressionar o INCRA em agilizar o processo de compra deste imóvel que já havia sido desapropriado em 19 de maio de 2004 (INCRA SR - 06).

Nós, descobrimos que havia uma fazenda já desapropriada pelo governo, pelo então governo Fernando Henrique Cardoso que, aliás, desapropriou mais terra do que os dois anos do Governo Lula. Então, esta terra ela estava desapropriada. O que nós fizemos ao descobrir isto por acaso na mesa do superintendente do INCRA, nós reivindicamos que estas terras fossem direcionadas para sanar um problema que nos tínhamos na região metropolitana de Belo Horizonte, que era vários acampamentos que o nosso povo foi despejado de forma truculenta pela polícia, estavam morando as margens das rodovias. Então, nós trouxemos essas pessoas, já que esta terra estava desapropriada. Trouxemos pra aqui. Fizemos a ocupação simbólica, porque o fazendeiro tinha um prazo pra sair, entregar a terra. E, nós não respeitamos este prazo já que as terras estavam desapropriadas e era propriedade do governo federal, era um patrimônio do povo e nós não tínhamos que esperar o fazendeiro sair. E, viemos então no dia 14 de junho de 2005. Então, chegamos aqui com várias famílias oriundas da região metropolitana de Belo Horizonte e também do Sul de Minas. (Dirigente Estadual- MST, 2012).

As famílias que participaram da ocupação pacífica da fazenda Santa Helena no dia 14 de junho de 2005 eram provenientes dos acampamentos Carlos Lamarca (Pará de Minas), Olga Benário (Esmeraldas), 02 de julho (Betim), Ho Chi Minh (Juatuba) e Herbert de Souza (Campo do Meio) (INCRA:2008)

O Projeto de Assentamento Olga Benário foi criado com capacidade de suporte para 30 famílias, distante 2,8 km da sede do município de Visconde do Rio Branco-MG (INCRA:2008).



**Figura 26: Localização assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco, MG.**

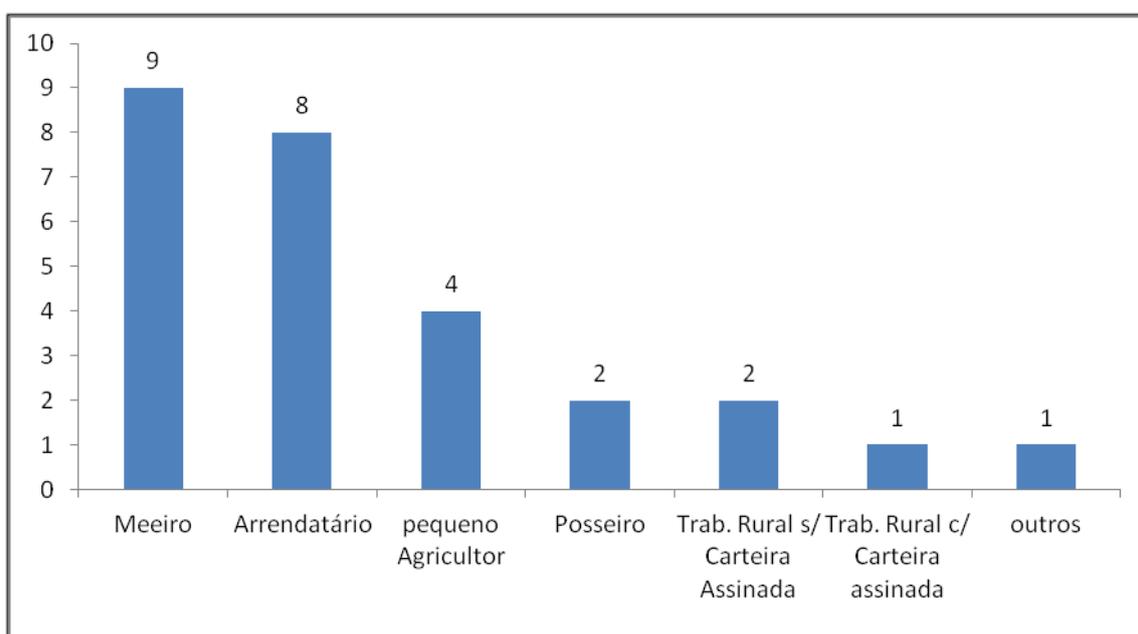
Fonte: LAB-GEO – DPJ- UFV, Fernanda Ayaviri Matuk et. al, 2009.

O assentamento trouxe uma significativa transformação na forma de utilização e apropriação da terra, visto que a propriedade foi fracionada em lotes. Desse modo o acesso à terra traz para as famílias a expectativa de possíveis mudanças em suas vidas principalmente em busca de maior inclusão socioeconômica, propiciando melhores condições de vida, não só para minimizar as penúrias do cotidiano, mas também para buscar um lugar social em que se possa driblar a exclusão, buscar cidadania. Nesse sentido, conforme Oliveira (2007) é interessante entender a trajetória dessas famílias a partir das diversas fases que viveram até chegar aos assentamentos.

### 4.3. Origem e trajetória de vida das famílias do Assentamento Olga Benário.

De acordo com os dados da pesquisa de campo, pode-se perceber que a maioria destes trabalhadores (96,70%) protagonistas de uma nova dinâmica de luta pela democratização do acesso à terra e por reforma agrária na Zona da Mata Mineira, apesar de serem trabalhadores urbanos têm suas raízes oriundas no meio rural.

Ao serem questionados se os pais já haviam trabalhado na agricultura, 26 dos 27 entrevistados responderam que sim. São filhos de trabalhadores rurais que trabalhavam como meeiro (33,33%), arrendatário (29,62%), pequeno proprietário (14,81%), posseiro (7,40%), agregado (7,40%), trabalhador rural c/ carteira assinada (7,40%) trabalhador rural s/ Carteira assinada (7,40%) e outros (3,70%), conforme Figura 27.



**Figura 27: Profissão exercida pelos pais dos 27 entrevistados, 2012.**

Fonte: pesquisa de Campo, 2012.

Estes trabalhadores rurais não tinham uma relação direta com a apropriação de terras. O proprietário concedia as terras por um determinado período para serem cultivadas e como pagamento recebia parte da produção ou dinheiro, a chamada renda da terra (MARTINS:2003).

Além disso, segundo relato de um entrevistado estes trabalhadores rurais viviam em situação de extrema instabilidade, precariedade, exploração e de exclusão do acesso à posse da terra.

Eu nasci, já nasci deserdado né..., já nasci sem -terra. Conheci meu pai arando as terras de outros donos. E, sempre na televisão a gente via a marcha dos camponeses que faz parte da marcha da história. Então a gente via que existia uma certa identidade com aquelas pessoas pelo fato da gente também ter crescido na roça e, não poder ter um pedaço de terra para produzir para trabalhar (Assentado 3, 2012).

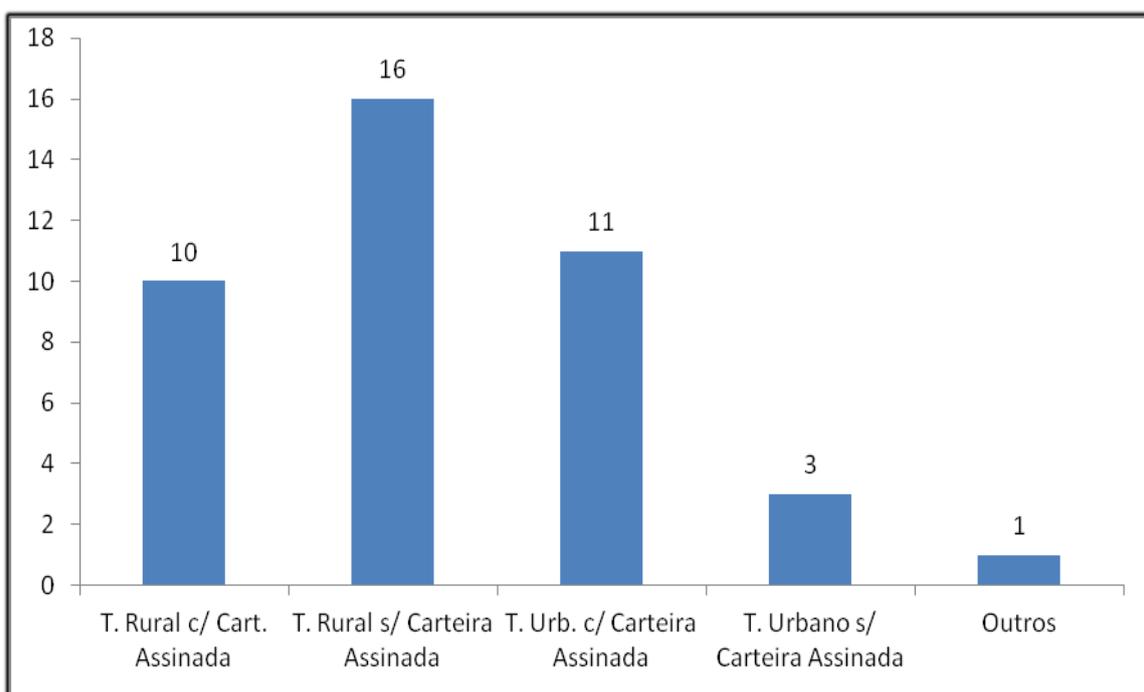
No entanto antes de migrarem para as cidades, vinte e cinco (92,59%) dos vinte e sete trabalhadores entrevistados mantiveram vínculo com a terra, porém em uma outra condição, diferente dos seus pais. De acordo com os entrevistados 61% permaneceram exercendo atividades rurais, mas não contavam com qualquer garantia legal, ou seja, um contrato de trabalho.

Outros, porém, mantiveram na condição de filhos de trabalhadores rurais e permaneceram nas atividades rurais até a maioridade em fazendas ou sítios, e migraram para a cidade na idade adulta. Não enxergavam perspectivas de futuro no campo, somente expropriação e exploração. No entanto, a migração para as cidades não foi uma opção e sim uma questão de sobrevivência, como enfatiza os entrevistados do Olga Benário.

Minha origem é rural, meu pai trabalhou a vida inteira na roça. Então eu sou camponês de sangue, filho de camponês e, camponês de sangue e de raiz. Tive uma trajetória de vida parecida com a vida de todos os outros brasileiros pobres que é esta questão da migração de um canto para o outro, uns chamam de migração, outros chamam de êxodo, é o caso de Sebastião Salgado. Que a classe trabalhadora no mundo está sempre em trânsito por uma razão ou por outra. Tem algum lugar que é por causa da miséria, tem lugar que são questões religiosas, tem lugar que é por causa guerras. E a migração dos camponeses para a cidade também se dá pelo processo de acumulação no campo (Dirigente Estadual MST, 2012).

Meu pai não tendo mais espaço na terra do fazendeiro veio morar na região metropolitana de Belo Horizonte, na cidade chamada de Ibiritê. Nós viemos todo mundo e ficamos ali lutando por trabalho na cidade. E, eu fiquei durante muito tempo, fiz quase de tudo na vida, desde trabalhar na construção civil, trabalhar de camelô, esses muitos serviços subalternos que as pessoas quando vai perdendo espaço de trabalho, eles vão recriando, vão inventando o trabalho. Os seres humanos têm essa capacidade extraordinária de reinventar sempre as coisas e lutar pela permanência da vida (Assentado 3, 2012).

Vale ressaltar que alguns trabalhadores antes de migrarem para as cidades continuaram por um período exercendo atividades rurais, porém 61,50% não tinham registro em carteira. Veja as respostas (Fig. 28) quando se perguntou as atividades exercidas antes de ingressarem na luta pela terra, alguns optaram por mais de uma resposta.



**Figura 28: Atividades profissionais exercidas pelos 27 entrevistados, anterior ao ingresso na luta pela terra, maio 2012.**

Fonte: Pesquisa de campo – Maio de 2012

Em busca de emprego e melhores condições de vida estes trabalhadores traçaram suas trajetórias de vida e experiências sociais de formas distintas. Segundo os entrevistados, eles migraram por nove estados brasileiros: Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas e Ceará, deslocando-se por 48 municípios (Quadro 05).

Algumas famílias se deslocaram por vários municípios, em mais de um Estado da Federação, outras famílias migraram menos. Nesta busca incessante pela sobrevivência, de acordo com os dados da pesquisa de campo 45% dos vinte e sete entrevistados residiram em mais de cinco municípios, 7% em quatro, 15% em três, 11% em dois e 22% permaneceram em um único município.

**Quadro 05: Municípios e Estados por onde migraram as famílias assentadas no PA Olga Benário, Visconde do Rio Branco- MG, 2012.**

Município	Estado
1-Maceió	Alagoas
2-Eunapólis	Bahia
3-Itajibá	Bahia
4-Itamarajú	Bahia
5-Paulo Afonso	Bahia
6-Santo Antônio	Bahia
7-São Felix	Bahia
8-Ecoporanga	Espírito Santo
9-Mucurici	Espírito santo
10-Montanha	Espírito santo
11-Nova Venécia	Espírito santo
12-Ponto Belo	Espírito santo
13-Viana	Espírito Santo
14-Vila Velha	Espírito santo
15-Araçuai	Minas Gerais
16-Belo Horizonte	Minas Gerais
17-Betim	Minas Gerais
18-Bom Jesus da Cachoeira alegre	Minas Gerais
19-Cataguases	Minas Gerais
20-Capitão Andrade	Minas Gerais
21-Campos Gerais	Minas Gerais
22-Conselheiro pena	Minas Gerais
23-Contagem	Minas Gerais
24-Esmeraldas	Minas Gerais
25-Inhapim	Minas Gerais
26-Itambacuri	Minas Gerais
27-Ibiritê	Minas Gerais
28-Juiz de Fora	Minas Gerais
29-Laranjal	Minas Gerais
30-Lagoa da Prata	Minas Gerais
31-Mariana	Minas Gerais
32-Mercês	Minas Gerais
33-Mirai	Minas Gerais
34-Padre Paraíso	Minas Gerais
35-Pingo D'água	Minas Gerais
36-Pocrane	Minas Gerais
37-Rio Pomba	Minas Gerais
38-Santos Dumont	Minas Gerais
39-Santana de Cataguases	Minas Gerais
40-Teófilo Otoni	Minas Gerais
41-Visconde do Rio Branco	Minas Gerais
42-Cárceres	Mato Grosso
43-Tangará da Serra	Mato Grosso
44- Apucarana	Paraná
45-Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
46-Volta Redonda	Rio de Janeiro
47-São Paulo	São Paulo
48-Aracajú	Sergipe

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Em relação à última atividade profissional exercida antes da adesão a luta pela terra, de acordo com as respostas dos 27 entrevistados (Quadro 06), estes trabalhadores têm experiências tanto no meio rural quanto no urbano.

**Quadro 06: Última atividade profissional exercida pelos 27 entrevistados, anterior ao ingresso na luta pela terra, 2012.**

Atividades Agrícolas	Ativ. não agrícolas	Ativ. Agrícolas e não Agrícolas
Trabalhador rural	Carpinteiro	Servente de pedreiro
Caseiro	Estudante	Dona de casa
Dona de casa	Coordenador frigorífico	Carpinteiro
Cozinheira	Empregada doméstica	Coordenador frigorífico
Carvoeiro	Comerciante	Comerciante
Op. de Maquinas	Pedreiro	Pedreiro
Artesã	Auxiliar de forneiro	Artesã
	Gari	Cozinheira
	Artesã	Empregada doméstica
	Vigilante	
	Assessor de Vereador	
	Telefonista	
	Comerciante	

Fonte: pesquisa de Campo, 2012.

De acordo com os entrevistados, o sonho de conquistar um pedaço de terra para cultivar foi o que motivou 79% dos 27 entrevistados, 7% afirmaram ser influência de amigos, 3% influência de parentes, 4% desemprego e 7% outros. Portanto, não há interesse político ideológico de transformação social e sim de melhorias de condições de vida.

#### **4.4. A Trajetória da luta pela terra**

Pode-se notar nas falas dos entrevistados que após aderir ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o ato de acampar e de lutar pelo acesso à terra reflete uma alternativa para um problema de exclusão vivido na cidade e como uma possibilidade de retorno às origens. Nesse sentido recorremos a Ferreira et al (2011).

Os trabalhadores atraídos para a cidade não podiam responder à qualificação que as ocupações urbanas exigiam. O predomínio dos fatores de expulsão sobre os de atração explica por que a migração rural foi a migração da pobreza e agrega um componente agrário à pobreza urbana (FERREIRA et al:2011:76).

O relato de um entrevistado é ilustrativo das condições precárias de vida que levava na cidade e sua perspectiva negativa em relação ao futuro. No entanto após aderir ao MST sua expectativa na chegada ao acampamento se resume em obter um pedaço de terra para transformar sua vida.

O sujeito quando vai para o acampamento, ele já não tem mais muitas esperanças na vida. Ele não vai por achar bonito, ele não vai por achar romântico, ele vai porque é a última porta. Essa porta está sempre aberta. Então, geralmente, são pessoas que já acostumaram, acostumaram não, né, que já endureceram, né, que passaram por muitos sofrimentos. Então, quando ele acampa, ele começa a ter no seu imaginário, ele começa a sonhar de novo. E, sonhar com a possibilidade da terra. A transformação do ser humano já começa aí quando você começa. Você não tinha mais sonho nenhum e, de repente, pô, eu vou lutar que de repente eu posso ter meu pedaço de terra, eu posso ter a minha casa com varanda e com rede, eu posso ter galinha, eu posso plantar, eu posso alimentar eu vou me livrar da fome. Então este alimento espiritual é fundamental. Isto tudo é jeito, o sonho ajuda a alimentar os desejos, as expectativas. (Assentado 3, 2012).

Na visão de outros entrevistados o acampamento é também um local onde as dificuldades passam a ser coletivas principalmente em relação ao acesso à alimentação e à moradia, no entanto eles enaltecem o aprendizado da solidariedade e da partilha.

Como no acampamento você vive debaixo da lona preta, a lona preta tem um problema, quando esfria, ela esfria demais e, quando esquenta, ela esquenta demais. Mas, o aprendizado, o que fica é porque as pessoas conseguem desenvolver alguns valores como é o caso do valor da solidariedade. As pessoas aprendem a dividir o pouco que têm, até a dividir o nada, né. Então, no acampamento se vai passar fome, passa todo mundo, mas, ninguém come e o outro fica sem comer. Eu penso que este é um aprendizado pedagógico que serve para gente carregar como exemplo, né. (Assentado 3, 2012).

O aprendizado pedagógico, a convivência, a relação entre as pessoas, por exemplo, existe alguns valores que a gente quando tamos no acampamento a gente pratica, além do valor da solidariedade, é uma espécie de contrato entre os que estão acampados, que são as formas como as pessoas vão se relacionar. Por exemplo, em acampamento é proibido o espancamento de crianças, é proibido o espancamento de mulheres, é proibido alguém comer demais e o outro não comer nada. (Assentado 4, 2012).

A vida no acampamento não é uma vida. (...) A ponto de ter dia das pessoas não terem o que comer. Ou, se não ter só farinha para comer. Ou tinha peixe, mas não tinha o óleo. E não tinha leite para as crianças. Quando não tem alimentos para as crianças, a prioridade quando chega algum alimento é dos mais velhos e das crianças e as pessoas tiveram muito sacrifício, momento de dor. (Dirigente Estadual, MST, 2012).

A vida no acampamento é bastante difícil. É difícil aqui no assentamento, mas no acampamento é pior ainda, nós costumamos com o hábito de dizer nos acampamentos, que nós matamos uma onça hoje e, deixamos uma outra amarrada, para amanhã, porque realmente é muito difícil a vida no acampamento. Por todas as dificuldades existentes, falta de energia, alimentação. (Assentada – 1, 2012).

Assim, através das dificuldades vividas nos acampamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) as famílias foram compondo suas histórias construídas de diferentes formas e em diferentes lugares.

Das 20 famílias entrevistadas que já estavam vivendo em acampamentos do MST 15 delas relataram que acamparam pela primeira vez na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, 02 famílias na mesorregião Sul/Sudoeste, 02 famílias na Zona da Mata Mineira e por fim, uma no Estado do Mato Grosso, no município de Cárceres (Quadro 07).

**Quadro 07: Local e ano do primeiro acampamento das 20 famílias integrantes do MST assentadas no Olga Benário, 2012.**

Município	Estado	Ano
1-Cárceres	Mato Grosso	2001
2-Betim	Minas Gerais	2002
3-Juatuba	Minas Gerais	2002
4-Betim	Minas Gerais	2002
5-Betim	Minas Gerais	2002
6-Betim	Minas Gerais	2002
7-Betim	Minas Gerais	2002
8-Campo do meio	Minas Gerais	2002
9-Juatuba	Minas Gerais	2002
10-Juatuba	Minas Gerais	2002
11-Juatuba	Minas Gerais	2002
12-Santana de Cataguases	Minas Gerais	2003
13-Campo do Meio	Minas Gerais	2003
14-Esmeraldas	Minas Gerais	2003
15-Santana de Cataguases	Minas Gerais	2004
16- Pequi	Minas Gerais	2004
17-Pará de Minas	Minas Gerais	2004
18-Betim	Minas Gerais	2004
19-Esmeraldas	Minas Gerais	2006
20-Pará de Minas	Minas Gerais	2006

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Segundo os dados da pesquisa, das 20 famílias que viviam em acampamentos do MST assentadas atualmente no Olga Benário, 16 delas (80%) participaram de outros acampamentos em outros municípios. Sendo que

04 destas famílias ficaram acampadas em 01 município, 05 famílias em 02 municípios, 06 famílias em 03 municípios e 01 família em 04 municípios. (Pesquisa de Campo, maio de 2012).

Se confrontarmos o ano do primeiro acampamento das famílias com a data da chegada para a ocupação da fazenda Santa Helena, nota-se que 55% das famílias assentadas no Olga Benário permaneceram por mais de três anos acampadas, excetuando as famílias de ex-funcionários da fazenda, conforme Quadro 08.

**Quadro 08: Acampamento de origem e data de chegada das 27 famílias assentadas no P. A Olga Benário, 2012.**

Nome Acampamento	Município	Mesorregião	Ano/chegada
02 de julho	Betim	Met. de BH	2005
02 de julho	Betim	Met. de BH	2005
02 de julho	Betim	Met. de BH	2005
02 de Julho	Betim	Met. de BH	2005
02 de Julho	Betim	Met. de BH	2005
02 de julho	Betim	Met. de BH	2005
Ho Chi Minh	Betim	Met. de BH	2005
Ho Chi Minh	Betim	Met. de BH	2005
Cap. Carlos Lamarca	Esmeraldas	Met. de BH	2005
Cap. Carlos Lamarca	Esmeraldas	Met. de BH	2005
Cap. Carlos Lamarca	Esmeraldas	Met. de BH	2005
Cap. Carlos Lamarca	Esmeraldas	Met. de BH	2005
Cap. Carlos Lamarca	Esmeraldas	Met. de BH	2005
Herbert de Souza	Campo do Meio	Sul/sudoeste	2005
Herbert de Souza	Campo do meio	Sul/sudoeste	2006
Herbert de Souza	Campo do Meio	Sul/sudoeste	2006
Estrela dos Mártires	Carmo da Mata	Oeste de Minas	2007
Estrela dos Mártires	Carmo da Mata	Oeste de Minas	2008
Francisco Julião	Santana de Cat.	Z. da Mata Mineira	2008
Dênis Gonçalves	Goianá	Z. da Mata Mineira	2011
Func. Faz. Sta Helena	Vis. Rio Branco	Z. da Mata Mineira	2005

Fonte: pesquisa de campo, 2012.

Ao analisar a data de chegada das famílias ao assentamento, percebe-se que seis delas chegaram posterior à data de sua criação em substituição as famílias que por alguma razão abandonaram os lotes. Vale ressaltar que no momento da execução da pesquisa havia dois lotes vagos no assentamento.

Indagando aos entrevistados sobre o que poderia ter contribuído para a evasão destas famílias, prontamente eles relataram vários motivos, tais como a

distância de familiares que ficaram nos acampamentos de origem, precariedade das moradias, a morosidade na liberação de créditos pelo INCRA e a inexistência de apoio técnico.

Nota-se que duas famílias participantes de ocupações de terra na Zona da Mata Mineira foram contempladas com lotes no assentamento Olga Benário. Entretanto, elas chegaram ao assentamento em diferentes datas. Segundo informações do dirigente estadual, em 2006 foi realizada uma consulta no acampamento Francisco Julião, em Santana de Cataguases e uma das famílias se prontificou a vir.

A outra família obteve o seu lote em 2011, estava acampada no Dênis Gonçalves, em Goianá – MG, onde foram efetivados os mesmos procedimentos de consulta às famílias acampadas. Vale frisar que esta família já havia sofrido despejo no acampamento Francisco Julião em Santana de Cataguases.

Vale ressaltar que o assentamento foi projetado para trinta famílias, e que atualmente há dois lotes vagos. Em relação à ocupação destes lotes de acordo com o entrevistado as famílias indicadas pelo MST estadual precisam ter a aprovação de seus nomes pelos assentados do Olga Benário em assembleia geral convocada para este fim.

#### **4.5 - O Assentamento Olga Benário**

O assentamento tem a seguinte composição, 80% dos assentados nasceram no Estado de Minas Gerais, 12,63% são procedentes da Bahia, 2,10% são oriundos do Espírito Santo, 2,10% do Ceará, 2,10% do Estado de São Paulo e finalizando 1,05% são dos Estados do Paraná e Alagoas (Tabela 12). Percebe-se que 30,52% desta população nasceram na Zona da Mata Mineira.

**Tabela 12: Naturalidade da população do P.A Olga Benário, 2012.**

Cidade	Estado	Nº Total/Pessoas
Visconde do Rio Branco	Minas Gerais	24
Belo Horizonte	Minas Gerais	10
Betim	Minas Gerais	08
Campos Gerais	Minas Gerais	08
Padre paraíso	Minas Gerais	04
Santa Luzia	Minas Gerais	04
Mercês	Minas Gerais	03
Itambacuri	Minas Gerais	02
Pocrane	Minas Gerais	02
Governador Valadares	Minas Gerais	01
Laranjal	Minas Gerais	01
Santana de Cataguases	Minas Gerais	01
Malacacheta	Minas Gerais	01
Bandeira	Minas Gerais	01
Araçuaí	Minas Gerais	01
Ipatinga	Minas Gerais	01
Capitão Andrade	Minas Gerais	01
Conselheiro Pena	Minas Gerais	01
Teófilo Otoni	Minas Gerais	01
Pingo D'água	Minas Gerais	01
Itamarajú	Bahia	03
Eunápolis	Bahia	02
São Felix	Bahia	02
Itororó	Bahia	01
Santo Antônio do Jacinto	Bahia	01
Itajibá	Bahia	01
Medeiros Neto	Bahia	01
Itaberaba	Bahia	01
São Paulo	São Paulo	02
Apucarana	Paraná	01
Juazeiro do Norte	Ceará	01
Montanha	Espirito Santo	01
Serra do Espirito Santo	Espirito Santo	01
Maceió	Alagoas	01
<b>Total</b>	<b>07</b>	<b>95</b>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

A pesquisa demonstrou que as famílias têm uma composição muito variada, desde numerosas até as de um único membro, mantendo-se uma média 3,5 pessoas por família. No geral a população do assentamento é composta por 37 mulheres e 58 homens.

Em relação à faixa etária da população do assentamento pode-se notar que, mais de 50% estão acima dos 25 anos e se considerar a força de trabalho a partir dos 18 anos, ela representa 55,78% (Tabela 13).

**Tabela 13: População por faixa etária residente no assentamento Olga Benário, 2012.**

Faixa etária	Até 10	11 a 17	18 a 24	25 a 40	+ 40	Total
Mulher	08	05	02	06	16	37
Homem	06	11	10	10	21	58
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>16</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>37</b>	<b>95</b>

Fonte: pesquisa de campo, 2012.

Em se tratando de educação, os dados da Tabela 14 demonstram um baixo nível de escolaridade, 11,58% dos entrevistados são analfabetos, 45,27% possuem menos de 04 anos de estudo, portanto, abaixo da média do rural brasileiro que de acordo com o Programa Nacional de Avaliação domiciliar (PNAD), em 2009 era de 4,8 anos. Além disso, somente 7,35% complementaram o ensino médio e, 1,05% o ensino superior.

**Tabela 14: Nível de escolaridade da população residente no assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco, 2012.**

Escolaridade	Fem.	%	Masc.	%	%Total
a. Nunca frequentei escola	04	11%	07	12%	11,58%
b. Alfabetizado	02	5%	02	04%	4,22%
c. Ensino Fund. (I) Incompleto	15	41%	13	22%	29,47%
d. Ensino Fund. (I) completo	05	13%	10	17%	15,78%
e. Ensino Fund. (II) incompleto	05	14%	10	17%	15,78%
f. Ensino Fund. (II) completo	00	00%	04	7%	4,22%
g. Ensino Médio Incompleto	02	5%	04	7%	6,33%
h. Ensino Médio Completo	01	3%	06	10%	7,35%
i. Ensino Téc. Prof.. Incompleto	00	00%	00	00%	00%
j. Ensino Téc. Prof. Completo	02	5%	01	02%	3,17%
l. Ensino Superior Incompleto	00	00%	00	00%	00%
m. Ensino Superior completo	00	00%	01	02%	1,05%
n. Outros	01	3%	00	00%	1,05%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>	<b>58</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: pesquisa de Campo, 2012.

Verifica-se que o assentamento necessita de atuação de um programa destinado a Educação de Jovens e Adultos – EJA do campo.

#### **4.5.1- Organização Sócio-espacial e Econômica do Assentamento Olga Benário.**

As famílias do assentamento Olga Benário estão organizadas em três núcleos, Lênin (09 famílias), Santa Helena (12 famílias), atualmente, com 10 famílias e União (09 famílias).

No Núcleo de Base Santa Helena as 10 famílias optaram por parcelas com uma parte individual e outra coletiva (Área de Exploração Comum 01-AEC1). A moradia, as edificações de apoio e parte da produção agropecuária destas parcelas se localizam no lote individual e parte da produção coletiva na área de exploração para este fim e complementando 02 famílias optaram por lotes individuais (INCRA:2008). Na Tabela 15 pode-se verificar a área de cada lote individual, a área de Exploração Comum (Área útil) e a Área de Preservação Permanente (APP).

**Tabela 15: Parcelamento final dos lotes do Núcleo Santa Helena, INCRA, 2008.**

Núcleo Santa Helena				
Lote	Área útil		APP	Total
	Individual	Coletivo AEC1		
01	10,6402 ha	5,6645 ha	0,4448 ha	16,7495 ha
02	9,7302 ha	5,6645 ha	0,7590 ha	16,1537 ha
03	9,8862 ha	5,6645 ha	0,4335 ha	15,9842 ha
04	7,5572 ha	5,6645 ha	1,2850 ha	14,5067 ha
05	7,5136 ha	5,6645 ha	0,6450 ha	13,8231 ha
06	7,3870 ha	5,6645 ha	0,6703 ha	13,7218 ha
07	13,8107 ha	0,0000 ha	0,9538 ha	14,7645 ha
08	13,8707 ha	0,0000 ha	1,0525 ha	14,9232 ha
09	7,6140 ha	5,6645 ha	0,6502 ha	13,9287 ha
10	7,8389 ha	5,6645 ha	0,3739 ha	13,8773 ha
11	7,8383 ha	5,6645 ha	0,8363 ha	14,3391 ha
12	7,8385 ha	5,6645 ha	0,9165 ha	14,4195 ha
AEC1	-	-	12,7416 ha	12,7416 ha
<b>Total</b>	<b>111,5255 ha</b>	<b>56,6451 ha</b>	<b>21,7624 ha</b>	<b>189,9330 ha</b>

Fonte: PDA INCRA MG, 2008.

Já no Núcleo Lênin cinco famílias optaram por parcelas contendo uma parte individual e outra coletiva e quatro famílias por lotes com parcelas individuais, conforme Tabela 16.

**Tabela 16: Parcelamento final dos lotes do Núcleo Lênin, INCRA, 2008.**

Núcleo Lênin					
Lote	Área útil			Soma das APP's (A + B)	Total
	Moradia A	Coletivo AEC3	Produção B		
13	13,3690 ha	0,0000 ha	0,0000 ha	2,1054 ha	15,4744 ha
14	7,7279 ha	1,4499 ha	4,2138 ha	0,6007 ha	13,9923 ha
15	7,7283 ha	1,4499 ha	4,3062 ha	1,4032 ha	14,8876 ha
16	11,9077 ha	1,4499 ha	0,0000 ha	3,6368 ha	16,9944 ha
17	7,0025 ha	1,4499 ha	4,9702 ha	0,9983 ha	14,4209 ha
18	7,0870 ha	0,0000 ha	6,1700 ha	1,9857 ha	15,2427 ha
19	7,3596 ha	1,4499 ha	4,4038 ha	0,5590 ha	13,7723 ha
20	13,9513 ha	0,0000 ha	0,0000 ha	0,9835 ha	14,9348 ha
21	13,8657 ha	0,0000 ha	0,0000 ha	7,7067 ha	21,5724 ha
AEC3	-	-	-	3,3870 ha	3,3870 ha
<b>Total</b>	<b>89,9990 ha</b>	<b>7,2493 ha</b>	<b>24,0640 ha</b>	<b>23,3663 ha</b>	<b>144,6786 ha</b>

Fonte: PDA INCRA, 2008.

Entretanto, no Núcleo União (Tabela 17) todas as famílias optaram por lotes com parcelas individuais.

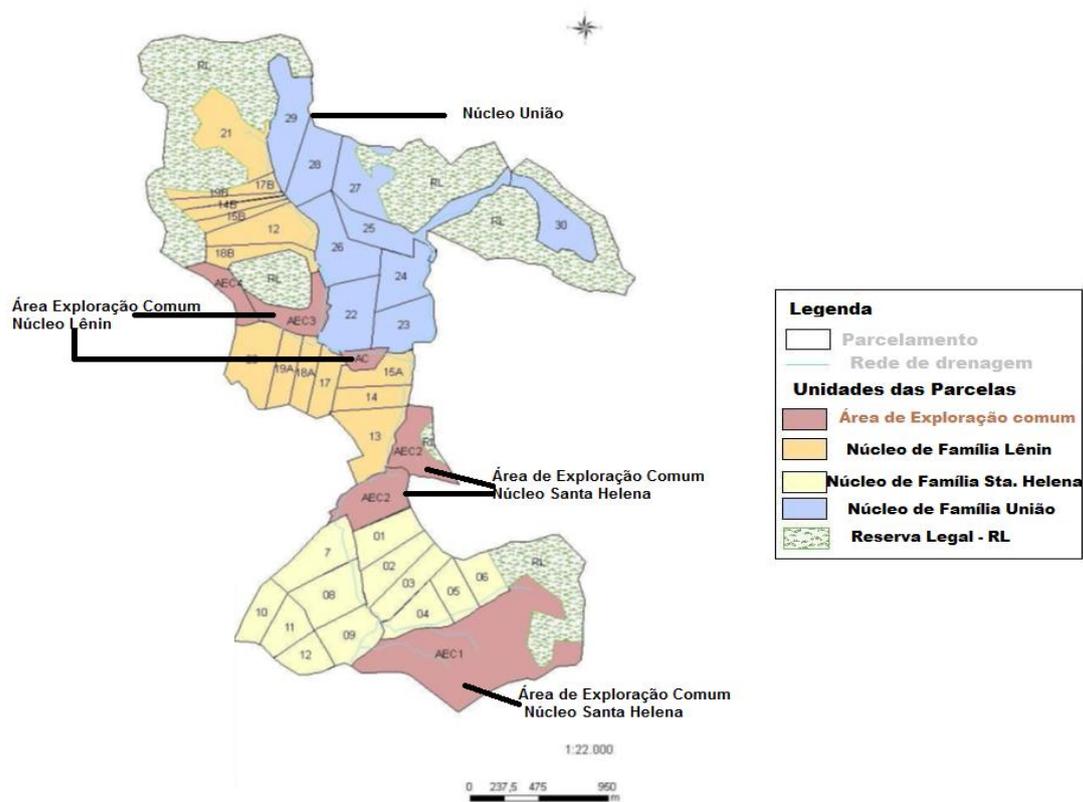
**Tabela 17: Parcelamento final dos lotes do núcleo União, INCRA, 2008.**

Núcleo União			
Lote	Área Útil	APPs	Total
22	13,6290 ha	0,9399 ha	14,5689 ha
23	10,5882 ha	1,9003 ha	12,4885 ha
24	10,8073 ha	0,8031 ha	11,6104 ha
25	13,0979 ha	5,0327 ha	18,1306 ha
26	15,5728 ha	2,1310 ha	17,7038 ha
27	14,3218 ha	0,9973 ha	15,3191 ha
28	14,4351 ha	0,4170 ha	14,8521 ha
29	16,8263 ha	2,3814 ha	19,2077 ha
30	12,6885 ha	3,0328 ha	15,7213 ha
<b>Total</b>	<b>121,9669 há</b>	<b>17,6355 ha</b>	<b>139,6024 ha</b>

Fonte: PDA INCRA MG, 2008.

Vale ressaltar que “o valor total do imóvel em 2004 foi avaliado em R\$2.073.787,37, sendo R\$1.699.398,18 referente à terra nua e R\$ 374.389,19 de benfeitorias. O custo/família para a obtenção da terra é de R\$ 69.126,25” (INCRA:2008:155).

Na figura 29 pode-se visualizar a distribuição espacial dos lotes do assentamento Olga Benário por núcleo de família, as áreas de exploração coletivas e as áreas destinadas a Reserva Legal.



**Figura 29: Mapa do parcelamento final dos lotes do Assentamento Olga Benário.**

Fonte: LABGEO/DPS-UFV, Fernanda Ayaviri Matuk et. al, 2009.

Nota-se que 15 famílias do assentamento Olga Benário optaram por lotes individuais e as outras 15 famílias por uma parte coletiva e outra individual. Portanto, todas as famílias que compõem o assentamento têm pelo menos uma parte de seu lote individualizado e direcionado para o trabalho familiar. Essa opção pelo trabalho individual se torna uma contradição, pois o Movimento prima para pôr em prática uma estrutura de produção coletiva nos assentamentos levando a uma situação de conflitos.

Nesse sentido a socióloga Zimmermann (1994), que em seus estudos discute a dinâmica interna do processo de organização social e produtiva no assentamento Annoni localizado no Rio Grande do Sul, propõe uma análise que leve em conta não apenas os confrontos individuais e coletivos no assentamento, mas também o “ser colono”. Neste contexto, a autora enfatiza a relevância da terra para as famílias.

Os depoimentos das famílias entrevistadas levam à compreensão de que o móvel principal da luta pela terra que empreenderam foi a busca da efetivação do projeto de ser colono, ou seja, ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e ter sob seu controle a organização e os resultados da produção. E, nessa remontagem de um novo modo de vida, padrões fundamentais do processo produtivo e da vida social da família camponesa se explicitam (ZIMMERMANN:1994:208).

De acordo com Zimmermann (1994) contrariando estas expectativas das famílias, aparecem as estratégias do MST com práticas sociais coletivas. As famílias a partir de então passam a conviver em espaços hierarquizados, mediante regras estabelecidas, sendo que a não observância destas regras e normas poderá levar até a exclusão do assentamento. A autora adverte que

A adoção de formas mais complexas, comprovadamente mais eficazes, a potencialização da produtividade do trabalho e aumento dos investimentos produtivos, terá de se dar em meio à prática democrática do autofazer-se na diversidade de formas associativas que as especificidades das famílias determinam. Havendo equilíbrio de poder e de reconhecimento político, as contradições que ameaçam o projeto de ser colono poderão ser solucionadas (ZIMMERMANN:1994:223).

Assim, Zimmermann (1994) afirma que a democracia é um objetivo a ser alcançado pelos assentados, mas que cotidianamente vem sendo encoberto pelas ações das propostas do MST.

No entanto, até o momento da pesquisa os conflitos relacionados aos processos produtivos ainda não afloraram no assentamento em estudo. As famílias ainda não haviam conseguido acessar os Créditos Fomento<sup>13</sup> e o Adicional Fomento<sup>14</sup> (R\$3.200,00 + adicional R\$ 3.200,00) o que dificulta o trabalho na terra visando à produção e geração de renda à maioria das famílias no assentamento.

Desse modo, pode-se perceber que a luta pela terra não se encerra com a sua conquista. Após sete anos, as famílias ainda continuam envolvidas na luta para garantir as condições mínimas de infraestrutura, crédito e assistência técnica para que possam permanecer e fazer produzir a terra para que a mesma cumpra a sua função social.

---

<sup>13</sup> **Fomento:** destina-se a garantir a segurança alimentar das famílias e a geração de excedente produtivo, visando dar suporte à geração de renda (INCRA:2012).

<sup>14</sup> **Adicional Fomento:** destina-se a consolidar a segurança alimentar das famílias e fortalecer o processo de geração de excedente produtivo (INCRA:2012).

A luta pela terra tem seus objetivos, são três os objetivos: primeiro, democratizar o latifúndio; o segundo é fazer a reforma agrária; terceiro é fazer a transformação social. Ocupar este latifúndio, nós ocupamos e temos então posse da terra. A luta pela terra foi válida, valeu. Agora o nosso desafio é fazer com que esta terra cumpra a sua função social, ou seja, a terra nós já temos, agora nós temos que fazer a reforma agrária na terra; e não adianta você ter terra se você não dominar os meios de produção. As tecnologias não são coisas ruins para a humanidade. Tem que ver a que serviço que estas tecnologias estão e nas mãos de quem estão. Então, a gente tem a terra, mas não tem tecnologia pra poder produzir e a terceira coisa, é as transformações sociais, é lutar para a construção de uma sociedade humanamente justa, solidária e fraterna (Dirigente Estadual, 2012).

Ter a terra e, não saber o que realmente nós conseguiremos fazer dela, aqui hoje. (...) como eu te diria como fazer, por exemplo, produzir esta terra. Voltando a dizer precisamos de auxílio de faculdades, de escolas técnicas, de meios realmente para sobreviver aqui. Porque a terra só em si ela não nos resolve (Assentada 1, 2012).

Imagina se o governo quisesse fazer um investimento mínimo em tecnologia dentro deste assentamento. Nós seríamos um assentamento referência para o Brasil na produção, inclusive na produção agroecológica, visto que além de o assentamento bem situado nós estamos no meio de três centros de ensino federal que é o IFET- Rio Pomba, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), são três instituições federais de ensino e que poderia estar nos auxiliando na área de pesquisa e extensão, isto poderia transformar este assentamento em um referencial para outros assentamentos no Brasil (Assentado 3, 2012).

Nos depoimentos destes trabalhadores percebe-se que o acesso à terra, não trouxe em si as condições necessárias para produzir e gerar renda e assim escapar das difíceis condições de vida em que se encontravam.

No entanto de acordo com os entrevistados, todos estão satisfeitos com suas parcelas, cada família optou por morar perto de um vizinho com quem se dá bem. As famílias escolheram onde queriam morar, como queriam morar e perto de quem queriam morar, além disso, como iriam produzir. Porém, isso não é o que se observa na realidade, uma vez que juntas não conseguem exercer efetivamente essa liberdade e a busca pela satisfação de seus interesses. Estas dificuldades podem estar relacionadas com as condições históricas e sociais de subordinação por eles vividas.

Nesse sentido, D'Incao e Roy (1995) enfatizam que estes trabalhadores que haviam sido socializados em relações de dominação seja ela qual for, quando se reconhecessem sem patrão eles viveriam no assentamento um

verdadeiro impasse, pois não estavam preparados para viverem esta liberdade que aspiravam.

Desse modo, nota-se um desencontro entre a teoria e a prática do MST, pois não foram engendrados processos educativos para que estes trabalhadores se tornassem capazes de tomar decisões por si mesmas e pudessem buscar de forma democrática as alternativas coletivas para solução de seus problemas o que iria contribuir para o alargamento de seus limites e de suas possibilidades além de fortalecer a união interna, a organização e o desenvolvimento do assentamento.

#### **4.5.2. Moradia, Saúde e Lazer.**

Ao adentrar pelo assentamento para execução da pesquisa de campo, pôde-se perceber melhor a realidade de cada família assentada. A maioria das famílias reside em casas provisórias construídas com recursos dos próprios assentados (Fig. 30), outras famílias moram nas antigas construções da fazenda que necessitam de reformas urgentes.



**Figura 30: Aspectos de moradia provisória de uma família assentada no Olga Benário, 2012.**

Fonte: Acervo do autor, 2012.

Ao serem questionados sobre as condições de moradias: 37,00% avaliaram como péssima/ruim; 51,87% boa e 11,13% ótima/muito boa. Vale

ressaltar que todas as residências usufruem de energia elétrica, porém a água utilizada provém de mina ou cisterna e na maioria das casas 81,41% ela não é tratada.

Após sete anos do assentamento, o INCRA ainda não havia disponibilizado para as famílias o crédito habitação. Porém, há uma grande expectativa de liberação deste crédito, no ano de 2012.

O valor do crédito em 2012 era de R\$ 15.000,00 para aquisição de material para construção e de R\$ 8.000,00 para aqueles que optarem por melhorias, o chamado crédito recuperação materiais de construção. Vale frisar que o trabalho de construção e reparos das casas é de responsabilidade dos próprios assentados.

A concepção da moradia para as novas unidades foram discutidas, conjuntamente nos núcleos de bases pelas famílias, alunos e professores da Universidade Federal de Viçosa para a elaboração de plantas de projetos, de acordo com os anseios da comunidade. Posteriormente, foi realizada uma reunião em fevereiro de 2012, na casa sede do assentamento, para que cada família fizesse a escolha do modelo de sua moradia (Figura 31).



**Figura 31: Apresentação dos modelos de moradia para discussão e escolha das famílias do assentamento Olga Benário, 2012.**

Fonte: acervo do autor, fevereiro 2012.

Na reunião foram apresentadas três tipologias, uma que é padrão do INCRA e duas elaboradas mediante as sugestões apresentadas pelas famílias que variavam, principalmente, em relação entre dois ou três quartos, se tem o banheiro dentro ou do lado de fora da casa.

Em relação à saúde, o assentamento não é atendido pelo Programa Saúde da Família (PSF), para procedimentos médicos de consultas, exames, as famílias se deslocam para o Posto de Saúde ou Hospital em Visconde do Rio Branco. No entanto, 76% dos entrevistados avaliaram como péssimo/ruim a prestação destes serviços. Veja-se o comentário de um dos entrevistados

Nós estamos no mesmo patamar do povo pobre brasileiro. A saúde no Brasil, ela ainda é privada. O Estado não teve a coragem de assumir o SUS que é um patrimônio do povo brasileiro. Mais ainda deixa muito a desejar no que se diz quesito, apostar na saúde e investir na saúde como um programa de governo, isto seria fundamental. (Dirigente Estadual, 2012).

Em se tratando de lazer, segundo os entrevistados, alguns frequentam o campo de futebol, outros gostam de nadar ou pescar nas duas represas existentes no assentamento.

No entanto, o lazer não faz parte da agenda da maioria das famílias entrevistadas (59,25%). Como ponto de encontro no assentamento, as famílias foram unânimes em apontar a casa sede, onde são realizadas as assembleias, festas juninas e a comemoração do dia da chegada à terra.

#### **4.5.3. Produção e Renda.**

A atividade econômica que predomina no assentamento é a pecuária leiteira que tem boa adaptação na região. De acordo com os dados da pesquisa, o gado leiteiro foi adquirido por todas as famílias ao acessar o Crédito Instalação, na modalidade apoio, concedido após a elaboração do Programa de Exploração Anual (PEA<sup>15</sup>) no valor de R\$2.400,00. Nestes sete

---

<sup>15</sup> A implantação dos Projetos de Assentamento envolve muitas etapas. Tem-se a elaboração do Plano de Exploração Anual (PEA) com o auxílio da empresa prestadora de assistência técnica escolhida pelas famílias. O primeiro recurso liberado, após a sua elaboração é o crédito Apoio Inicial, os valores são atualizados, atualmente, este valor é de R\$ 3,2 mil por família. Porém, há outras modalidades de créditos: Apoio Mulher: R\$ 2,4 mil por família; Aquisição de Materiais de Construção: R\$ 15 mil por família; Fomento: R\$ 3,2 mil por família; adicional do Fomento: R\$ 3,2 mil por família; Semiárido: Até R\$ 2 mil por família; Recuperação / Materiais de Construção: Até R\$ 8 mil por família; Reabilitação de Crédito de Produção: Até R\$ 6 mil por família; Crédito Ambiental: R\$ 2,4 mil por família (Fonte: INCRA:2012)

anos, este foi o único crédito acessado pelas famílias. (Pesquisa de campo, maio 2012).

Em conversa com as famílias assentadas ficou nítido que a comercialização do leite tem a vantagem de gerar uma renda mensal, contrapondo-se a renda sazonal da produção agrícola. Portanto, conforme pode-se perceber na Tabela 18, o leite é a principal atividade econômica de 18 famílias (66,66%) assentadas. Em seguida, o milho para 03 famílias (11,11%), hortaliças para 02 famílias (7,40%), a mandioca 01 família (3,70%), a criação de suíno para 01 família (3,70%), a produção de café para 01 família (3,70%) e finalizando a produção artesanal de queijo (3,70%) para 01 família.

**Tabela 18: Principal atividade econômica de cada uma das 27 famílias entrevistadas. Maio de 2012**

Atividade econômica	Número total de famílias
Leite	18
Milho	03
Hortaliças	02
Criação de suíno	01
Produção de mandioca	01
Café	01
Produção de queijo	01
<b>07</b>	<b>27</b>

Fonte: pesquisa de campo, 2012.

As famílias apontam inúmeras dificuldades para o desempenho e a viabilidade econômica de suas atividades agrícolas, principalmente, a ausência de créditos e de assistência técnica que são os entraves e fatores limitantes para que as famílias possam produzir excedentes para comercialização e obtenção de renda. De acordo com os dados da pesquisa devido a estes fatores as áreas produtivas das parcelas não são utilizadas em sua totalidade. Os quintais são utilizados para a criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos para o autoconsumo e comercialização (Fig. 32).



**Figura 32: Detalhe das instalações destinadas à criação de aves e suínos no quintal de uma família. Assentamento Olga Benário, 2012.**

Fonte: Acervo do autor, 2012.

Através dos dados da pesquisa percebe-se que há uma produção diversificada de alimentos no assentamento, tais como verduras, legumes, milho, feijão, leite, frutas, suínos, aves, ovos, mel, café, requeijão destinados ao autoconsumo o que dá uma certa estabilidade às famílias, sendo que algumas delas comercializam os excedentes desta produção.

De acordo com os dados da pesquisa, 19 famílias comercializam leite; 12 famílias ovos; 10 famílias milho e mandioca; 09 famílias carne suína; 08 famílias feijão, pães/ bolos e verduras; 06 famílias legumes; 05 famílias mel, 04 famílias frango, outras 02 famílias queijo e café e 01 família requeijão.

No Quadro 09 pode se verificar o que é produzido pelas famílias nos três núcleos: Santa Helena, Lênin e União e, qual o destino desta produção: consumo (C); comercialização (CO); consumo e comercialização (CCO) e não Produz (NP).

**Quadro 09: Produção Agropecuária por Família em cada núcleo, assentamento Olga Benário e sua utilização, 2012.**

Núcleo	Santa Helena (10 famílias)				Lênin (09 famílias)				União (08 famílias)			
	C	CO	CCO	NP	C	CO	CCO	NP	C	CO	CCO	NP
Verduras	06	xx	04	xx	06	xx	03	xx	04	xx	01	03
Legumes	05	xx	03	02	06	xx	02	01	03	xx	01	04
Milho Grão	06	xx	03	01	04	xx	03	02	04	xx	04	xx
Feijão	06	xx	02	02	04	xx	03	02	05	xx	03	xx
Mandioca	05	xx	04	01	02	xx	03	04	05	xx	03	xx
Frutas	09	xx	01	xx	07	xx	xx	02	08	xx	xx	xx
Leite	01	xx	06	03	02	xx	06	01	01	xx	07	xx
Frango	07	xx	01	02	05	xx	03	01	03	xx	02	03
Queijo	02	xx	xx	08	03	xx	01	05	03	xx	01	04
Mel	01	xx	01	08	01	xx	02	06	02	xx	02	04
Ovos	05	xx	04	01	05	xx	04	xx	02	xx	04	03
Pães/bolos	01	01	03	05	05	xx	xx	04	02	xx	03	04
Carne suína	03	xx	03	04	01	xx	03	05	05	xx	01	02
Doce	xx	xx	xx-	10	xx	xx	xx	09	xx	xx	xx	08
Manteiga	xx	xx	xx	10	xx	xx	xx	09	xx	xx	xx	08
Cana	07	xx	xx	03	07	xx	01	01	08	xx	xx	xx
Café	xx	xx	xx	10	xx	xx	02	07	xx	xx	xx	08
Requeijão	xx	xx	xx-	10	02	xx	xx	07	01	xx	xx	07

**Legenda: C = Consumo; CO = Comercialização; CCO = Comercialização e Consumo; NP = Não Produz.**

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012.

A fim de contribuir para melhoria das condições de vida das famílias e o desenvolvimento do assentamento, foi criada a Associação Regional de Cooperação Agrícola da Zona da Mata (ARCA-ZM) tendo como principal objetivo buscar projetos e benefícios para as famílias assentadas. Além disso, a ARCA abarca também as famílias acampadas. De acordo com o atual presidente, o processo de criação da associação foi amplamente debatido pela comunidade do Olga Benário.

Essa associação, ela há dois anos a gente já havia pensando em criar uma associação pra nós Sem Terra. E aí a gente procurou através do Thomás e do Daniel lá em Viçosa e a equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares<sup>16</sup>- UFV. Os meninos da ITCP veio aqui fez a primeira conversa com a gente e logo em seguida, depois de cinco ou seis reuniões a gente começou a pensar na questão do Estatuto. E, através do Estatuto a gente fez vários Estatutos e, aí colocamos um monte de coisas, só que aí a gente viu que não era o estatuto ideal e a gente teve que refazer o estatuto e, hoje o Estatuto que temos é este ARCA-ZM. Tudo a gente

<sup>16</sup> Constituída em 27 de outubro de 2003. Teve seu quadro social composto por professores e estudantes da Universidade Federal de Viçosa. A proposta do projeto é promover a Economia Popular Solidária e o desenvolvimento local sustentável através do fomento e acompanhamento de organizações populares, sejam elas cooperativas associações ou clubes de trocas, no intuito de gerar trabalho e renda para populações socialmente excluídas (ITCV:2012).

faz via ARCA é aprovado em Assembleia, aprovado e depois feita a ata e lida e todas as famílias assinam. (Presidente – ARCA, 2012).

Segundo o presidente, através da Associação as famílias vendem seus produtos para os programas de fortalecimento da agricultura familiar do Governo Federal: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Questionado sobre as ações em prol da comunidade, o presidente informou sobre o encaminhamento de projetos de irrigação, produção de hortaliças, de recuperação ambiental (voçoroca), para aquisição de um tanque de leite, para a implantação de um viveiro de mudas e uma agroindústria visando à produção de derivados do leite.

O rendimento anual per capita das 22 famílias que responderam o questionário (Tabela 19) é de R\$ 4.040,00, o que equivale a R\$336,74 mensais. Este valor representa uma renda extremamente frágil, um pouco acima da linha da pobreza estipulada em meio salário mínimo para o rural brasileiro (BUANAIN et al :2011).

Além disso, existem no assentamento Olga Benário casos extremos de famílias que não dispõem de recursos para produzir nem para o autoconsumo. A alternativa de sobrevivência encontrada por estas famílias é trabalhar fora do assentamento e deixar o lote sem cultivar.

**Tabela 19: Renda anual auferida no lote por família no assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco, MG, 2012.**

Renda (anual)	Núcleos		
	Santa Helena	Lênin	União
01	12.000,00	1.200,00	N.R.
02	8.000,00	2.500,00	N.R.
03	3.600,00	1.500,00	4.000,00
04	2.000,00	3.000,00	3.600,00
05	N.R.	340,00	600,00
06	1.500,00	N.R.	960,00
07	2.800,00	N.R.	1.800,00
08	2.000,00	20.000,00	7.500,00
09	6.000,00	2.000,00	XXXXX
10	2.000,00	XXXXX	XXXXX
<b>Total</b>	<b>39.900,00</b>	<b>30.540,00</b>	<b>18.460,00</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2012.

Percebe-se que a renda proveniente de programas sociais e assistenciais tem importância fundamental na complementação da renda de

algumas famílias, 22,3% delas recebem aposentadoria ou pensão (marido ou mulher) e 33,4% são beneficiados, pelo programa Bolsa Família<sup>17</sup>, bolsa Verde. Há casos em que toda a renda familiar é oriunda destes benefícios, não há geração de renda no lote, a produção agrícola é destinada apenas para autoconsumo, o que de certa forma não deixa de ser garantia de segurança alimentar destas famílias.

No entanto, 15 famílias obtêm a complementação da renda familiar em atividades não agrícolas exercidas fora do assentamento, beneficiando-se da proximidade do assentamento com o município de Visconde do Rio Branco.

De acordo, com os entrevistados (Tab. 20), eles exercem atividades na forma de trabalho assalariado temporário ou permanente. A renda obtida tem um caráter de estratégia para a sobrevivência destas famílias.

**Tabela 20: Atividades exercidas fora do assentamento, 2012.**

Núcleo	Santa Helena	Lênin	União
Atividades	Pedreiro	Carvoeiro	Comerciário
	Domestica	Montador M.	Operador maq.
	Serviços Gerais	Vigilante	Aux. Caminhão
	Montador (móveis)	XXXXXXXXX	Auxiliar Agroindústria
	Montador (móveis)	XXXXXXXXX	Comerciário
	Motorista	XXXXXXXXX	Montador M.
Total	06	03	06

Fonte: pesquisa de Campo, 2012.

Este total de trabalhadores representa 24,19% da força de mão de obra do assentamento Olga Benário. Em relação aos rendimentos obtidos (Tab.21) percebe-se uma resistência por parte da maioria das famílias em demonstrar os valores auferidos nestas atividades, somente quatro famílias responderam a esta pergunta.

<sup>17</sup> O Programa Bolsa Família tem três modalidades: 1) o Benefício Básico, que é para aquelas famílias com renda per capita de até R\$ 70,00, e é disponibilizado um valor de R\$ 68,00; 2) o Benefício Variável se destina às famílias com crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos e recebem R\$ 22,00 por criança/adolescente, podendo cada família ter no máximo três beneficiários (valor máximo de R\$ 66,00); 3) o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, voltado para as famílias com adolescentes entre 16 e 17 anos, cujo valor a ser pago por adolescente é de R\$ 33,00 – uma família pode ter no máximo 02(dois) beneficiários (valor máximo de R\$ 66,00). (Fonte:LOFRANO et al:2011:88).

**Tabela 21: Renda mensal auferida nas atividades exercidas pelos trabalhadores fora do assentamento, 2012.**

Núcleo	Santa Helena	Lênin	União
Renda	R\$ 2.000,00	Não respondeu	Não respondeu
	R\$ 311,00	Não respondeu	Não respondeu
	R\$ 622,00	Não respondeu	Não respondeu
	R\$ 1.866,00	XXXXXXXXXX	Não respondeu
	Não respondeu	XXXXXXXXXX	Não respondeu
	Não Respondeu	XXXXXXXXXX	Não respondeu
<b>Total</b>	<b>R\$ 4.799,00</b>	-----	-----

Fonte: dados da pesquisa de Campo, 2012.

Em se tratando de entidades que apoiam o assentamento, os entrevistados citaram as Instituições Federais de Ensino: Universidade Federal de Viçosa (26), Universidade Federal de Juiz de Fora (13) e IFET Sudeste de Minas Gerais (10).

#### **4.5.4 - Perspectivas de Futuro.**

Passados sete anos da criação do assentamento, quando questionados se a luta pela terra valeu a pena, as famílias do Olga Benário foram unânimes em afirmar que o acesso ao lote no assentamento valeu todo o esforço empreendido, mesmo em meio a todas as dificuldades, principalmente a morosidade na liberação dos créditos moradia e Fomento para a viabilização da produção. Entretanto, um dos entrevistados, mediante a situação que se encontrava disse: “Eu saí da miséria, agora estou na pobreza” (Assentado 3, maio 2012).

Nesse sentido percebe-se uma frustração por parte do assentado em relação a ter um lote de terra e não ter os recursos financeiros e assessoria técnica para fazê-la produzir e gerar renda. A expectativa do acesso ao lote de terra como fator de melhorias de sua condição de vida ainda não foi idealizado.

No entanto, ao questionar sobre as perspectivas de futuro percebe-se que as famílias do assentamento, no geral, convivem com uma realidade de grandes desafios para permanecerem na terra, contudo não perdem a esperança e fazem planos deixando evidenciar a importância da terra adquirida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa parte final do trabalho, é importante descrever o longo percurso entre o primeiro contato deste pesquisador como o objeto desta análise, os assentamentos rurais e a atuação do MST na organização da luta pela reforma agrária, e os resultados finais do trabalho como marcas de uma trajetória profissional, acadêmica e pessoal. Esse contato inicial se deu a partir de uma parceria estabelecida entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba- MG, atualmente denominado Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais Campus Rio Pomba, onde o pesquisador atua como técnico do setor de produção com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) que desenvolvia à época, o ano de 2006, uma pesquisa sobre cultivares de café.. Em conversas com os pesquisadores da EPAMIG obtive informações que a empresa de pesquisa estava desenvolvendo um trabalho de análise em lavouras de café no assentamento Olga Benário em Visconde do Rio Branco. Falei de minha inquietação e desejo em conhecer as famílias e o assentamento e, para minha surpresa, fui convidado a acompanhar os pesquisadores da EPAMIG em uma de suas visitas campo.

Ao chegarmos ao assentamento fui apresentado a algumas famílias que estavam participando da pesquisa. Essas famílias falaram das suas trajetórias em busca de melhores condições de trabalho e de vida e da decisão de voltar às origens aderindo à luta pela terra. Falaram também de suas expectativas e esperanças de, após muito sofrimento, alcançar dias melhores após a obtenção da terra. Um dos trabalhadores ali presentes falou entusiasmado que havia conquistado a sua sonhada liberdade. Lembro-me quando ele disse entusiasmado: *“saí das garras do fazendeiro”*.

Aquele encontro me marcou profundamente. Pensei na possibilidade remota, de, quem sabe um dia, poder contar a história daquelas famílias que, em virtude das poucas oportunidades pessoais ou em consequência de um modelo econômico e social altamente excludente gera amplos contingentes populacionais marginalizados e excluídos de condições mínimas de cidadania, mas que não esmoreceram e lutam por dias melhores.

A partir de então algumas perguntas acompanharam o pesquisador: Quem são essas pessoas? De onde vieram? Como vieram? Como vivem?

Naquele momento, em minha ingênua concepção, ainda acreditava na existência de uma política pública que viabilizasse o desenvolvimento dos assentamentos gerando trabalho, produção e renda para estas famílias.

A partir deste primeiro contato houve interesse das lideranças MST atuantes no assentamento em propor uma parceria com o IFET Rio Pomba para realização de trabalhos de orientação agrônômica para os assentados. Assim, foi por meio desta parceria que comecei a frequentar esporadicamente o assentamento, estabelecendo um contato mais direto com as lideranças e com algumas poucas famílias. Entretanto, eu queria conhecer as demais famílias, fora da influência do MST. Queria entender suas trajetórias de vida, seus objetivos e seus planos em relação futuro do assentamento.

Nesta perspectiva ao ingressar em 2010, no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa-MG, iniciei os contatos com as lideranças e com as famílias assentadas informando-os sobre meu desejo em realizar uma pesquisa que me desse repostas para aquelas perguntas. Como não houve rejeição da proposta nem pelas lideranças, nem pela comunidade do Assentamento Olga Benário comecei a dar os primeiros passos para realização da pesquisa, tendo como objetivo central analisar como o processo de espacialização da luta pela terra, conduzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), influenciou na implementação de assentamentos rurais na Zona da Mata Mineira, tendo como parâmetro o processo de criação PA Olga Benário, localizado no município de Visconde do Rio Branco.

A espacialização e territorialização da luta pela terra em todo o Brasil tem se dado, principalmente, por meio das ocupações de terras improdutivas e da constituição dos acampamentos que são formas de pressionar o Governo que como resposta a essas ações atua na criação de assentamentos rurais. Neste contexto, os desdobramentos da luta pela terra a partir da criação do assentamento Olga Benário se deram, por meio de novas ações de ocupações de terras organizadas pelo MST em outros dois municípios da região, Santana de Cataguases e Goianá.

Em Santana de Cataguases as famílias permaneceram acampadas por mais de três anos na fazenda da Fumaça, com a concessão de liminar favorável ao proprietário do imóvel a maioria das famílias acampadas

abandonou a luta pela terra. Do mesmo modo, após um ano de ocupação houve a reintegração de posse da Fazenda Fortaleza de Sant' Anna em Goianá. Entretanto, as famílias seguem acampadas há mais de um ano, à beira da rodovia nas proximidades da fazenda, com um ainda futuro incerto.

A realização da pesquisa de campo permitiu ampliar e aprofundar minha visão e reflexão sobre a dinâmica do processo de luta pela terra e reforma agrária que é antigo em outras regiões do Brasil, mas que estava chegando à mesorregião da Zona da Mata Mineira. Nos momentos de convivência com as famílias assentadas, na análise de suas falas e de seu cotidiano, pôde-se perceber que o envolvimento desses trabalhadores com o Movimento é o resultado de um desejo comum pela obtenção de um lote de terra, ou seja, o ideal comum da luta pela reforma agrária que marca historicamente as relações sociais no meio rural brasileiro. Entretanto, pôde-se também perceber que o Movimento não luta apenas pela terra, pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra. O Movimento atua também no sentido de consolidar uma visão de mundo marcada por posições políticas e ideológicas muitas vezes diferentes daquelas que orientam a vida dos trabalhadores envolvidos.

Nessa perspectiva, foi possível observar a existência de um desencontro entre os objetivos dos dirigentes, das lideranças e do próprio Movimento e os desejos e objetivos das famílias envolvidas nessas ações. Nesse sentido, pôde-se perceber que a luta pela democratização do acesso à terra precisa ser também caracterizada como um espaço de exercício da democracia interna, onde não ocorra a imposição dos dirigentes e militantes sobre os trabalhadores e suas famílias, num processo autoritário que cria “condições favoráveis à conformação dos mesmos ao ideal de homem e ao ideal de sociedade definidos por suas respectivas utopias” (D'INCAO:1995:34).

Para que esta luta seja efetivamente transformadora e libertadora deve-se partir de uma lógica que funcione ancorada no respeito, no diálogo franco, centrado nos reais interesses e objetivos dos acampados e na condução democrática de todo o processo. Cabe aos trabalhadores envolvidos nessa luta discutir e decidir os rumos a seguir “de modo a criar condições para o alargamento de seus limites e o pleno desenvolvimento de suas possibilidades” (D' INCAO: 1995:35). Desse modo, os laços de comunidade, solidariedade,

união e liberdade entre eles serão consolidados. A ausência dessa democracia e da capacidade dos trabalhadores decidirem sobre seus destinos, no processo de criação e organização do Assentamento Olga Benário fica clara quando se percebe que as famílias da região que foram arregimentadas pelos militantes do MST para a ação de ocupação de terra desconheciam as dificuldades, os perigos, a morosidade de todo o processo, nem foram devidamente informados sobre o funcionamento da dinâmica do processo de reforma agrária.

Em relação ao assentamento tive a oportunidade de conhecer e entrevistar todas as 27 famílias que, atualmente compõem esta comunidade. As moradias em alguns núcleos ficam distantes umas das outras, o que dificultou a realização da pesquisa. Ao conhecer mais profundamente o assentamento fui sendo envolvido por um sentimento de decepção. A imagem que tinha na memória era de uma comunidade unida e em ascensão, na qual as famílias estavam cultivando suas roças, produzindo e comercializando os seus produtos atingindo o objetivo de melhoria de suas condições de vida e buscando sua cidadania. No entanto, passados sete anos da criação do assentamento algumas famílias ainda se encontram em situações precárias, outras em condições de pobreza e poucas estão conseguindo melhorias em suas condições de vida.

Neste contexto, percebe-se que não há indícios da formação de uma coletividade alicerçada na democracia, na solidariedade, na união, onde todos são responsáveis por todos. Por outro lado, existem as dificuldades de construção de um projeto coletivo derivado do imaginário do Movimento, de uma associação, de suas lideranças, além da inoperância e omissão do Estado, representado pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, responsável por essa política pública.

Até o momento de realização da pesquisa as famílias ainda não haviam conseguido acessar os créditos habitação, de fomento e produção e o assentamento não contava com serviços de assistência técnica. A situação em que se encontra o assentamento evidencia que, apesar do início da organização da luta pela reforma agrária na Zona da Mata Mineira, esse processo vem sendo marcado por um lado o descaso e inoperância do Estado para com esta política pública e com as famílias dependentes dela, e por outro

lado, pela inexistência de projetos alternativos e dinamizadores dessa realidade por parte do Movimento, da associação e das lideranças e dirigentes.

O assentamento é um espaço heterogêneo de convivência de famílias com diferentes objetivos e trajetórias de vida, onde também atuam diversos mediadores podendo gerar benefícios ou conflitos, dominação ou liberdade, autoritarismo ou democracia, num processo que depende da forma que estas famílias e estes mediadores se veem e se relacionam. Se por um lado os mediadores são imprescindíveis para a possibilidade de obtenção do tão sonhado lote de terra, por outro lado podem engendrar novas relações de desigualdades, de subordinação política e de autoritarismo.

As famílias precisam valorizar as formas organizativas existentes no assentamento cobrando das lideranças e dos dirigentes práticas democráticas mediante as quais estarão em posição de igualdade, além de revelarem as possibilidades de novas relações entre eles mesmos, de conhecerem os seus próprios limites e possibilidades de viverem essas novas relações. Somente assim vão se libertar das relações de paternalismo, clientelismo, de obediência e de autoritarismo.

Assim para que se possa atingir aos objetivos aqui expostos, torna-se indispensável um planejamento estratégico e bem elaborado pelos mediadores, as famílias assentadas, o Estado, as entidades interessadas no desenvolvimento local e regional.

Enfim, para que todos estes fatores possam interagir, é preciso que o Governo assuma a sua responsabilidade e conduza esta relevante política pública nos moldes democráticos, procurando buscar o desenvolvimento dos projetos de assentamentos dentro de uma realidade onde as famílias com suas singularidades possam conviver em harmonia e realizar seus diferentes objetivos, melhorando as suas condições de vida. A partir daí as famílias poderão exercer sua cidadania, colher bons frutos e contribuir para o desenvolvimento rural local e regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO DA ZONA DA MATA – Relatório final – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

ALVES, M. R. F., Mata Mineira: Passado e Presente. Viçosa: Folha de Viçosa, 1993.

BARCELOS, F. H. G., **Francisco Julião e as Ligas Camponesas: Uma análise das narrativas e uso do passado**. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

BATALHA, J., MST 03 documentários. Ocupação da Fazenda da Fumaça em Santana de Cataguases. Documentário: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Visconde do Rio Branco, 2006.

BRUNO, R. O., **Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Rio de Janeiro, Estudos Sociedade e Agricultura, Nº 5, novembro 1995: 5-31. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libras/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm> .Acesso: 15 set. 2011.

BUANAIN, A. M., **Caracterização, mapeamento, especificidades e evolução da pobreza no Brasil**. in Tibúrcio, B. et al (org). Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. Brasília: IICA, 2011. Disponível em formato eletrônico (PDF) no *Website* institucional <http://www.iica.int>. Acesso: 03/02/2012.

CARNEIRO, A; CIOCCARI, M., **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985**. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CARRARA, Â, A., **Estruturas Agrárias e Capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: UFOP, 1999.

CARNEIRO, P. A. S., **Conquista e povoamento de uma fronteira**: A formação da zona da Mata Mineira no Leste da Capitania de Minas Gerais – 1694- 1835. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2008.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia, 2012.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA 2010 - Minas Gerais**. Uberlândia: UFU-IG/LAGEA, 2011.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra de Minas Gerais**, 2010. LAGEA/ NERA, Relatório, 2009,2010.

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**, 4ª Edição, São Paulo, 2011.

DELGADO, G. C.. **Questão Agrária no Brasil: 1950-2003**. In: Luciana Jaccoud. (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. 01 ed. Brasília DF: IPEA, 2005.

D'INCAO, M. C. & Roy, G., **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Paz e Terra, São Paulo, 1995.

FAULSTICH, E. P. **Nós fazemos a reforma agrária**, In: Marques Alberto Et.al (Org) **Memória INCRA 35 anos**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Edição Especial. Brasília. MDA: INCRA – 2006.

FERNANDES, B M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_ **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)** – Tese de Doutorado apresentada no Curso de Pós Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo – 1999.

\_\_\_\_\_ **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_ **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_ **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Revista NERA, Presidente Prudente, Artigo do Mês. 2005. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/telas/artigo%20do%20m%C3%AAs.htm>. Acesso: 28 out. 2011

\_\_\_\_\_ **Territorialização da luta pela terra**. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA B., et al ALVES, F., FILHO., J. J C. **Constituição Vinte Anos: Caminhos e descaminhos da reforma Agrária – embates (permanentes), Avanços (poucos) e derrotas (Muitas)- IPEA – 2008**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps\\_17/volume02/06\\_capt03.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_17/volume02/06_capt03.pdf). Acesso em:13/04 2012.

\_\_\_\_\_ **A questão Agrária, a Agricultura Familiar e a pobreza no Brasil Rural**. in Tibúrcio, B. et al (org). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. Brasília: IICA, 2011. Disponível em formato eletrônico (PDF) no *Website* institucional <http://www.iica.int>. Acesso: 03/02/2012.

FERREIRA NETO, J. A. **Lideranças sindicais e ação coletiva: a FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 1999.

FERREIRA NETO, J. A.; DOULA, S. M., **Assentamentos rurais: mobilização, organização e imaginário social - Visconde do Rio Branco,** 2003.

GERMANI, G. I., **Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro**, GeoTextos, Vol. 2, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3040/2145> Acesso em: 15 set. 2011.

GOIANÁ. Portal da Prefeitura Municipal. História. Disponível em: [http://www.goiana.mg.gov.br/cidade\\_historia.htm](http://www.goiana.mg.gov.br/cidade_historia.htm). Acessado em 12/04/2012.

HAESBAERT, R., **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R., **O mito da desterritorialização.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALFED, H.G.F, TSCHUDI, J. J. Von., **A provincial brasileira de Minas Gerais.** Mapa de bolso. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1998.

IBGE., INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006.** Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acessado em: 14/03/2012

\_\_\_\_\_. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980,1991, 2000 3 2010.. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14/03/12.

INCRA., **Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil.** MDA/INCRA. 2010. Disponível em: <http://pqra.incra.gov.br/>. Acesso. Em: 13/09/2011.

\_\_\_\_\_. **Modalidades de créditos e seus valores.** Disponível em: [www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos](http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos) e programas do INCRA/credito-instalação. Acesso em: 15/05/2012.

INCRA., **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário (PDA).** Belo Horizonte, 2008.

JÚNIOR, C. P., **Historia econômica do Brasil.** São Paulo. Brasiliense, 1970.

LEITE, Sérgio., **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: UNESP, 2004.

LOFRANO, R., **As políticas de transferências de renda e pobreza rural** in Tibúrcio, B. et al (org). Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Série

Desenvolvimento Rural Sustentável: Edição Especial. Brasília: IICA, 2011. Disponível em formato eletrônico (PDF) no *Website* institucional <http://www.iica.int>. Acesso em: 03/02/2012.

MAGNO, Lucas., Dissertação de Mestrado - **Territorialização, conflitos e construção das identidades no assentamento rural Aurora em Descalvado-SP.**(Dissertação em Extensão Rural) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural , Universidade Federal de Viçosa –MG. 2011.

MARTINS, José de Souza., **O cativo da terra** – Livraria Editora Ciências Humanas LTDA. – São Paulo, 1979.

\_\_\_\_\_**A reforma Agrária e os limites da democracia na nova República.** Hucitec. São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_**Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª edição - Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_**A questão agrária brasileira e o papel do MST.** In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_**O sujeito oculto da reforma agrária:** estudos comparativos de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza (org). Travessias a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre. UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_**Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos,** Org. Martins, José de Souza. 2ª edição. Porto Alegre. UFRGS, 2009.

Matuk F. A.; Laschefski ,K.. Gomes, M. S. C. F., Oliveira, K., **Relações socioespaciais em assentamentos rurais: conflitos entre o planejamento e a realidade do espaço vivido.** Simpósio Geografia Eixo temático: n°12- Recursos Naturais, Sustentabilidade e Apropriação do Espaço. Universidade Federal de Viçosa, MG, 2009.

MEDEIROS, L.S **A luta pela terra no Brasil**, março de 2009. Disponível em: <http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/CGEEVF>. Acesso em: 12 out. de 2011.

MORISSAWA, M., **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Z. **Sete Teses Equivocadas Sobre as Lutas Sociais no Campo: o MST e a Reforma Agrária. Perspectiva**, São Paulo, p. 86-93, junho 1997.

\_\_\_\_\_, **Nunca cruzaremos este rio. A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a “sociologia militante”, e o caso da reforma agrária no Brasil**, 2008.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de reforma Agrária. Boletim DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra.** Metodologia DATALUTA Assentamentos, 2008, 2009, 2010. Presidente Prudente: NERA/UNESP. Disponível em: [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera). Acesso em: 13/04/2012.

NOVAES, R., **A mediação no campo**: entre a polissemia e a banalização. In. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. et al (orgs.) Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994.

O CICERONE. **Usina São João II comemora centenário**. Visconde do Rio Branco, Ano II - Nº 12. Setembro de 1985.

OLIVEIRA., M. L. R., **Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal**.(Tese de Doutorado em Ciências Sociais) Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade – CPDA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-RJ, 2007.

\_\_\_\_\_ **Reflexões sobre o processo de mediação e a transformação de identidades em assentamentos rurais**. Revista Espaço Acadêmico Nº 123, págs. 161-169. Agosto de 2011.

RAFFESTIN., C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA DE CATAGUASES- Informativo da Câmara Municipal – O começo. Disponível em: <http://www.santanadecataguases.xpg.com.br/historia.htm>. Acesso em: 12/04/12.

SANTOS., R. de O. C., **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2010.

SIMONCINI, J. B. V. B., **Produção Alimentar no Município de Visconde do Rio Branco-MG**. Dissertação de Mestrado Curso de Pós Graduação em Geografia- PPGeo-Análise Urbano-Regional. Universidade Federal do Rio Grande- FURG, 2011.

SILVA., Jose Graziano da., **A modernização dolorosa**: A estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SIPRA ., Sistema Nacional de Informações de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Relatório de 07/08/2011. Brasília: INCRA, 2011.

SIQUEIRA., J. C., **A Reforma agrária**: promessa constitucional (o conflito e a função social da propriedade), Revista de Direito Agrário, Brasília, 2007.

SOARES, J. M., **Das Minas às Gerais**: Um estudo sobre as origens do processo da formação da rede urbana da Zona da Mata Mineira. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade federal de Minas Gerais, 2009.

TOMÁZ, V., **Anais do Encontro de Pesquisadores de História e Geografia do Caminho Novo da Estrada Real**- Itinerário do Caminho Novo na região, Barbacena, 2010. Disponível em: <http://www.slideshare.net/edson55/novo-caminho-novoanais-do-primeiro-encontro-2010>. Acesso em 13/04/2012.

VALVERDE, O. **Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais.** Revista Brasileira de Geografia. Ano XX - Janeiro-Março de 1958 - N° 1.

VISCONDE DO RIO BRANCO., Câmara Municipal – História. Disponível em: [http://www.camaravrb.mg.gov.br/mat\\_vis.aspx?cd=5900](http://www.camaravrb.mg.gov.br/mat_vis.aspx?cd=5900). Acesso em: 15/04/2012.

ZIMMERMANN, N. de C. **Os desafios de organização interna de um assentamento rural.** In: MEDEIROS, L.S. de *et al* (orgs). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 01: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSENTADOS.



Questionário No. \_\_\_\_\_

#### Universidade Federal de Viçosa Departamento de Economia Rural

PROJETO: “Assentamento Olga Benário: Um Estudo de Caso da Especialização da Luta Pela Terra na Zona da Mata Mineira”.  
Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa sob a responsabilidade do mestrando Manoel Tadeu Teixeira e a orientação do Prof. José Ambrósio Ferreira Neto

PA: Olga Benário Núcleo: ( ) Lênin ( ) União ( ) Santa Helena Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2012

#### Questionário de coleta de dados

Entrevistado (a)						1. Sexo:	2. Idade:
	3. Parentesco	4. Idade	5. Sexo	6. Escolaridade	7. Está Estudando?	8. Local de nascimento	9. Benefícios/Governo
1º.							
2º.							
3º.							
4º.							
5º.							
6º.							
7º.							

#### - Moradia

10- Desde quando o senhor mora no assentamento?

\_\_\_\_\_

11 - Como o senhor avalia as condições de sua moradia?

( ) a. Ótima ( ) b. muito boa ( ) c. Boa ( ) d. Ruim ( ) e. Péssima

12 - Por quê? \_\_\_\_\_

13 - De onde vem a água utilizada pela sua família?

---

14 - Ela é tratada?

( ) Sim ( ) Não

15 - A sua residência possui acesso à rede de energia elétrica?†

( ) Sim† ( ) Não

### **Saúde**

16- Qual o atendimento médico que o senhor (a) utiliza?

( ) a. Hospital Publico ( ) b. Posto de Saúde ( ) c. Programa Saúde da Família ( PSF) ( ) d. outros \_\_\_\_\_ e. ( ) Não se aplica

17 - Se utiliza de atendimento médico como o senhor avalia este serviço?

( ) a. Ótimo ( ) b. muito bom ( ) c. Bom ( ) d. Ruim ( ) e. Péssimo ( ) f. Não se aplica

### **Lazer**

18 - quais as atividades de lazer que o senhor participa aqui no assentamento?

---

19 - qual o ponto de encontro aqui do assentamento que o senhor frequenta?

---

20- Há realizações de práticas culturais tradicionais no assentamento, tais como:

( ) a. Congado ( ) b. Folia de Reis ( ) c. Quadrilhas ( ) d. Festas Religiosas ( ) e. Comemoração do dia da Conquista do assentamento ( ) e. Outros \_\_\_\_\_

21 - Se sim, o senhor (a) participa?

( ) sim ( ) Não

22 - por quê?

---

### **Organização Socioeconômica**

23 - Quem apoia o assentamento?

---

24 - O Senhor (a) Acha importante ter uma cooperativa no assentamento?

( ) Sim ( ) Não.

25- por quê?

---

26 - O senhor participa com que frequência das reuniões da Associação?

Sim  Não

27 - O Senhor (a) já recebeu alguma linha de crédito?

Sim  Não

28 - Se sim, qual (is) crédito?

---

29 - Como foi utilizado?

---

30 - Se Não, por que não recebeu?

---

Não sabe

31 - O senhor (a) encontra dificuldades ao trabalhar a terra?

Sim  Não

32 - Se sim, qual (is)?

---

33 - Quantas pessoas da família estão envolvidas nas atividades agropecuárias no lote?

a. 01  b. 02  c. 03  d. 04  e. 05

34 - Qual a sua principal atividade econômica?

---

35 - O senhor conta com ajuda nas atividades agrícolas no seu lote?

Sim  Não

36 - Se sim, como?

---

---

37 - Existe pessoa da sua família que faz atividade não agrícola dentro do assentamento?

( ) Sim ( ) Não.

38 - Se sim, quantas?

( ) a. 01 ( ) b. 02 ( ) c. 03 ( ) d. 04 ( ) e. 05

39 – quais atividades?

---

40 - O que o senhor (a) produz? **1 - Sim 2- Não**

( ) Verduras ( ) Legumes ( ) Milho ( ) Feijão ( ) Mandioca ( ) Frutas ( ) leite

( ) Frango caipira ( ) Queijo ( ) Mel ( ) Ovos ( ) Pães, bolos ( ) Carne de porco ( )

Outros \_\_\_\_\_

41 - qual o destino desta produção? **1- Consumo 2- Comercialização 3- Comercialização e Consumo 4 – Não Produz.**

( ) Verduras ( ) Legumes ( ) Milho ( ) Feijão ( ) Mandioca ( ) Frutas ( ) leite

( ) Frango caipira ( ) Queijo ( ) Mel ( ) ovos ( ) Pães, bolos ( ) Carne de porco ( )

Outros \_\_\_\_\_

42 – Qual o valor da renda que o senhor obtém com as atividades no lote:

R\$ \_\_\_\_\_

43 - Existe pessoa na família que exerce atividades fora do assentamento?

( ) Sim ( ) Não.

44 - Se sim, quantas pessoas?

( ) a. 01 ( ) b. 02 ( ) c. 03 ( ) d. 04 ( ) e. 05

45- Quais atividades?

---

46 - Qual o valor mensal da renda em atividades fora do assentamento

R\$ \_\_\_\_\_

### **Trajétoria de vida**

47 - Os seus pais trabalharam na agricultura?

( ) Sim ( ) Não

48 - Se, sim de que forma?

( ) a. Arrendatário ( ) b. Posseiro ( ) c. Meeiro ( ) d. Pequeno Proprietário ( ) e. Agregado ( ) f. Trabalhador Rural c/ carteira assinada ( ) g. Trabalhador Rural s/ Carteira assinada ( ) h. Trabalhador Rural temporário( ) i. Outros \_\_\_\_\_

49- Antes do assentamento o senhor (a) já havia trabalhado na agricultura?

( ) Sim ( ) Não

50 - Que atividades o senhor exerceu antes de ingressar na luta pela terra?

( ) a. Trabalhador (a) rural permanente c/ carteira assinada ( ) b. Trabalhador (a) rural permanente s/ carteira ( ) c. Trabalhador(a) rural temporário( ) d. Parceiro (a) ( ) e. Posseiro (a) ( ) f. Arrendatário (a) ( ) g. Trabalhador (a) urbano c/ carteira assinada( ) h. Trabalhador (a) urbano s/ carteira assinada( ) i. Trabalhador (a) Urbano Temporário ( ) j. Sítiate ( ) l. Informal ( ) m. Outros \_\_\_\_\_

51 - qual a última atividade que o senhor exerceu antes de ser assentando?

---

52 - Em quantos municípios o senhor (a) já morou?

( ) a. Um ( ) b. Dois ( ) c. Três ( ) d. Quatro ( ) e. Cinco ou mais

53 - Quais municípios?

---

54 - O que o senhor levou em conta para tomar a decisão de entrar na luta pela terra?

( ) a. Desemprego ( ) b. Influência de amigos ( ) c. Influência de parentes ( ) d. Espírito aventureiro ( ) e. Violência Urbana ( ) f. Sonho de ter uma Terra ( ) g. Desilusão com a cidade ( ) h. Outros \_\_\_\_\_

### **Trajetória de luta pela terra**

55- o Senhor já ficou acampado alguma vez?

( ) Sim ( ) Não

56- Se sim, qual foi o primeiro município em que o senhor (a) ficou acampado?

---

57. Em que ano? \_\_\_\_\_

58 - Ficou acampado em outro município?

( ) Sim ( ) Não

59 - Se sim, em Quantos?

( ) a. Um ( ) b. Dois ( ) c. Três ( ) d. quatro ( ) e. Mais de quatro

60 - Qual (is) município (s)?

---

61 - Qual o último acampamento de origem antes do assentamento Olga Benário?

---

62 - Em qual município?

---

### **Ocupação e a conquista da terra**

63 - Como foi o envolvimento do senhor com o assentamento?

---

64 - Caso o senhor tenha participado da ocupação desta fazenda quais foram as suas dificuldades durante o período do acampamento?

---

65 - O senhor (a) ficou satisfeito com o lote que recebeu? ( ) Sim ( ) Não

66 - Alguma pessoa da família do senhor (a) desistiu de viver no assentamento?

( ) Sim ( ) Não

67 - Se sim, qual o destino desta pessoa?

( ) a. Cidade ( ) b. Outro lote no mesmo assentamento ( ) c. Outro lote em outro assentamento ( ) d. Acampamento ( ) e. Outros \_\_\_\_\_

### **Perspectivas de futuro**

68 - A conquista da terra valeu o seu esforço?

( ) Sim ( ) Não.

69- Por quê?

---

70 - Quais os planos futuros em relação ao seu lote?

---

## APÊNDICE 02: ROTEIRO DE ENTREVISTA



PROJETO: “Assentamento Olga Benário: Um Estudo de Caso da Espacialização da Luta Pela Terra na Zona da Mata Mineira”.

Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa sob a responsabilidade do mestrando Manoel Tadeu Teixeira e a orientação do Prof. José Ambrósio Ferreira Neto

### ROTEIRO DE ENTREVISTA OLGA BENÁRIO

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO

- Nome do entrevistador: Manoel Tadeu Teixeira

Nome do entrevistado \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

#### 2- Trajetória de vida

##### Questões importantes

- Como era seu trabalho no local de origem? Começou a trabalhar com quantos anos? O senhor (a) estudou?
- A terra era boa? Qual o tamanho da área? Era suficiente para alimentar toda a família? E que tipo de cultura plantava?
- Quais as dificuldades encontradas? Por quê?
- Qual era sua profissão? Ou, você trabalhava de meeiro, arrendatário, parceiro? Por quê?
- Por quanto tempo trabalhou nesta atividade?

## **A trajetória de vida e a decisão de entrar na luta pela terra**

### **Questões importantes**

- Como foi sendo formada sua ideia de sair para a cidade?
- Em quantas cidades, o senhor já morou? Em qual cidade o senhor permaneceu por mais tempo?
- Durante este período quais atividades o senhor exerceu? Qual delas o senhor se dedicou mais? O senhor já participava de algum movimento ou associação?
- Como foi sendo formado o interesse em lutar pela terra? O senhor já tinha ouvido falar sobre reforma agrária?
- Qual era a idéia que o senhor em relação à luta pela terra? Como foi o primeiro contato do senhor com o MST? Em que cidade, ano? O que o senhor levou em conta para tomar a decisão de entrar para o Movimento?

## **A decisão de migrar da cidade para o acampamento**

### **Questões importantes**

- Por que o senhor escolheu ingressar no MST? Em que cidade? Qual o ano? Qual foi a reação da sua família? Ela o acompanhou? Por quê? O senhor já conhecia alguém que vivia em acampamento ou assentamento?
- Qual a reação ao chegar ao acampamento? Como era a organização no acampamento?
- Como o senhor se sentiu nos primeiros dias? Qual a avaliação que o senhor fez da organização e atuação do MST nestes primeiros dias no acampamento?
- O senhor (a) assumiu alguma função na formação coletiva do acampamento? Senhor chegou a pensar em voltar atrás em sua decisão? Por quê?
- Quanto tempo ficou acampado? Em quantas cidades? O que o senhor (a) aprendeu neste período? Qual a avaliação do senhor para este período em sua vida?
- A atuação e organização do MST influenciaram em sua decisão de ficar e resistir? Por quê?

## **A Ocupação, atuação e organização do MST, no cotidiano e o futuro**

### **Questões importantes**

- Qual foi o ultimo acampamento antes de vir para Zona da Mata Mineira? Quanto tempo? O que o motivou a lutar pela terra aqui na Zona da Mata Mineira?
- Qual a opinião do senhor sobre a decisão do MST em vir lutar pela terra e por reforma agrária na Zona da Mata Mineira?
- Como foi o critério para definir as famílias para fazer esta ocupação? Como foi a organização da viagem para esta ação? Veio sozinho ou em grupo? Como aconteceu a Ocupação?
- Quantas famílias participaram da ocupação? Havia outras pessoas? Se sim, quais? Achou importante o apoio destas pessoas? Por quê? Foi diferente de outras ocupações que o senhor (a) participou? Por quê? Como foi a atuação e a organização do MST nesta ação?
- Como foram organizadas as famílias, após a ocupação? Como era o dia a dia do senhor (a) nesse período? Trabalhou em fazendas ou teve ajuda de alguém?
- Quanto tempo durou o acampamento?
- Quais foram às dificuldades durante este período?
- Como foi a organização e a atuação do MST neste período?
- O acampamento foi uma fase importante na vida do senhor (a)? Por quê?
- Como foi o processo de escolha das famílias a serem assentadas?
- Qual o significado da conquista da terra para o senhor (a)?
- Como foi feita a divisão dos lotes? Por que a opção em dividir o assentamento em três núcleos? O senhor concorda com a divisão das famílias em núcleos? Por quê?
- Houve alguma mudança para o senhor depois da conquista da terra? Valeu a conquista da terra? Como é o trabalho na terra? A renda da terra dá pra sustentar a família? Se não, por quê? Como está sendo sua vida aqui? Quais as suas principais dificuldades?

- O senhor participa das reuniões, festas aqui no assentamento? Como é o relacionamento entre os assentados no dia a dia? As divergências são solucionadas através do dialogo?
- Como o senhor (a) avalia a atuação e organização do MST, no assentamento, atualmente?
- Quais os planos futuros em relação ao seu lote?
- O Senhor (a) acha importante a conquista de outros assentamentos rurais aqui na Zona da Mata Mineira? Por quê?
- Participou de outra ocupação aqui na Zona da Mata mineira? Se sim, Onde? Quando? Como foi a organização desta ocupação? Como aconteceu esta ocupação?
- O que é Ser “Sem Terra”?

**ANEXO** – Avaliação do comitê de ética da UFV sobre a pesquisa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
**COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS**

*Campus Universitário - Viçosa, MG - 36570-000 - Telefone: (31) 3899-1269*

---

Of. Ref. Nº 216/2011/Comitê de Ética

Viçosa, 16 de dezembro de 2011.

Prezado Professor:

Cientificamos V. S<sup>a</sup>. de que o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em sua 9<sup>a</sup> Reunião de 2011, realizada nesta data, analisou e aprovou, sob o aspecto ético, o projeto intitulado *Assentamento Olga Benário: um estudo de caso da espacialização da luta pela terra na Zona da Mata Mineira*.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em tinta preta de Patrícia Aurélio Del Nero.

Professora Patrícia Aurélio Del Nero  
Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
Presidente

---

Ao Professor  
José Ambrósio Ferreira Neto  
Departamento de Economia Rural